

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS  
LGBT: ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO  
PARANÁ – APP SINDICATO**

**CLAUDEMAR PEDROSO LOPES**

**MARINGÁ  
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

**SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS LGBT:  
ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM  
EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – APP SINDICATO**

Dissertação apresentada por CLAUDEMAR PEDROSO LOPES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dra.: Eliane Rose Maio.

MARINGÁ  
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L864s	<p>Lopes, Claudemar Pedroso</p> <p>Secretaria da mulher trabalhadora e dos direitos LGBT : estudos sobre a atuação do sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná – APP Sindicato / Claudemar Pedroso Lopes. -- Maringá, PR, 2024. 125 f. : color., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Eliane Rose Maio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.</p> <p>1. Sociologia do conhecimento. 2. Direitos LGBTQIAPN+. 3. Sindicatos. 4. Educação - Paraná. 5. Direito das mulheres. I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p>
	CDD 23.ed. 306.432

CLAUDEMAR PEDROSO LOPES

**SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS LGBT:  
ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM  
EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – APP SINDICATO**

**BANCA EXAMINADORA**

Profª. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Profª. Dra. Elaine da Silva Nantes – UEM

Prof. Dr. Luciano Pereira dos Santos – UFPEL

Maringá, 20 de março de 2024.

Dedico esta dissertação à minha mãe, Catarina (*in memoriam*) e ao meu pai, Aldeni, em agradecimento ao incentivo que dela/e sempre recebi para que me dedicasse aos estudos, ainda que eles tenham tido pouco acesso à educação formal.

Esta dissertação também é dedicada a todos as/os/es sujeitas/os/es LGBTQIAPN+, que, por muito tempo, viveram e vivem, ainda, às margens e que, aos poucos, felizmente, estão ganhando suas vozes em nossa sociedade.

Dedico também às manas, às minas, às monas, às POC, às masculinizadas, às melissinhas/es, às sapas, às/os BI, às sargentonas, às/os Pan, às/os *Queer*, às/os/es não binários, às binários, às afeminadas, às ativas, às passivas, às coloridas, às *queens*, às declaradas, às não-declaradas, às discretas, às bichas, aos viados, às mulher-macho, às travestis, às travas, às trans, às yag, às babadeiras, às barbies, aos bofes, às amapôs, às destruidoras, às friendly, às irenes, aos ursos, às zoraidas. Enfim, dedico a todas, a todes e a todos os/as/es quais, por sua existência, serão resistência.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora (Mamys Poderosa), Professora Doutora Eliane Rose Maio, pela sabedoria, pela paciência e por todo o processo de orientação e parceria. Você é meu exemplo! Não tenho como agradecer por toda a troca durante esta trajetória. Gratidão hoje e sempre!

À minha mãe, Catarina (*in memoriam*) e ao meu pai, Aldeni por continuarem sendo meu esteio.

Ao meu eterno namorado-marido Ederson, meu boy magia (rs)!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e aos/às/es professores/as responsáveis pelo Programa, pela minha formação *stricto sensu*.

A todas/todos/todes as/os/es integrantes do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX). Que sorte eu tenho de poder conviver com vocês. Como é maravilhoso fazer parte de um grupo tão diverso, amoroso e generoso. Obrigada, Jean, Lua, Isa, Carma, Gustavo, Leila, Clara, Beri, Elaine, Claudia e Suelen.

À banca de qualificação e defesa – Professor Doutor Luciano Pereira dos Santos, Professora Doutora Elaine da Silva Nantes, pelas contribuições que se fizeram essenciais para este estudo.

Às professoras e aos professores participantes desta pesquisa.

Nunca foi sorte, sempre foi Deus!

Gratidão a todos, a todas e a todes!

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (Freire, 2019, p. 127).

LOPES, Claudemar Pedroso. **SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS LGBT: ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – APP SINDICATO**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2024.

## RESUMO

Esta pesquisa está situada na linha de pesquisa Aprendizagem e Desenvolvimento Humano do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculando-se ao Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual. O presente trabalho abordou a Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT: estudos sobre a atuação do sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná – APP Sindicato. O objetivo geral foi analisar o posicionamento de cinco dirigentes e ex-dirigentes da APP – Sindicato (Sindicato das/os/es trabalhadoras/os/es em Educação Pública do Paraná), sobre as temáticas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e o papel do Sindicato na trajetória destas temáticas. Pesquisou-se a história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, *Queers*, Intersexos, Pessoas Assexuadas, Pansexuais, Não-bináries e demais identidades de gênero e orientações sexuais) a partir de cinco entrevistas com membros da APP-Sindicato, que colaboraram neste sentido. Pretendeu-se empreender uma análise de conteúdo com base nas informações coletadas em entrevistas semiestruturadas junto a membros do referido Sindicato e professoras/es e funcionárias/os/es, que auxiliaram na construção da Diretoria da Diversidade, e na análise documental de Estatutos e outros materiais produzidos pela entidade. Este processo permitiu identificar padrões de pensamento e práticas relacionadas à promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica bem como identificaram-se possíveis obstáculos e oportunidades para o avanço deste tema, na educação do Paraná. A análise foi embasada pela perspectiva da sociologia do reconhecimento, que busca compreender as lutas por reconhecimento de identidades e diferenças na sociedade, incluindo a luta por direitos LGBTQIAPN+.

**Palavras-chave:** sindicato das/os/es trabalhadores/as em educação; secretaria LGBTQIAPN+; sociologia do conhecimento, educação.

LOPES, Claudemar Pedroso. **SECRETARIAT FOR WORKING WOMEN AND LGBT RIGHTS: STUDIES ON THE PERFORMANCE OF THE PUBLIC EDUCATION WORKERS UNION OF PARANÁ – APP UNION**. 125 pages. Dissertation (Master's in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Eliane Rose Maio. Maringá, 2024.

## **ABSTRACT**

This research is situated within the research line of Learning and Human Development of the Graduate Program in Education (PPE) at the State University of Maringá (UEM), and is linked to the Research and Study Center on Sexual Diversity. The present work addressed the Secretariat for Working Women and LGBT Rights: studies on the performance of the public education workers union of Paraná — APP Union. The general objective was to analyze the stance of five current or former directors of the APP Union (Union of Public Education Workers in Paraná) on gender, sexual orientation, gender identity issues, and the role of the Union in the trajectory of these themes. Research was conducted on the history of the implementation of the Secretariat for Working Women and LGBTQIAPN+ Rights (Lesbians, Gays, Bisexuals, Trans and Transvestites, Queers, Intersex, Asexual, Pansexual, Non-binary, and other gender identities and sexual orientations) based on five interviews with members of the APP Union who contributed in this regard. The intention was to undertake a content analysis based on information collected in semi-structured interviews with members of the aforementioned Union and teachers and employees who assisted in the construction of the Diversity Directorate, and on documentary analysis of Statutes and other materials produced by the entity. This process allowed the identification of patterns of thought and practices related to the promotion of anti-LGBTQIAPN+phobic education, and possible obstacles and opportunities for advancing this issue in Paraná's education system were identified. The analysis was grounded in the perspective of the sociology of recognition, which seeks to understand struggles for the recognition of identities and differences in society, including the fight for LGBTQIAPN+ rights.

**Keywords:** education workers' union; LGBTQIAPN+ secretariat; sociology of knowledge, education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pauta da App - Sindicato de 2012 a 2020 das campanhas salariais .....	16
Figura 2 – Campanha Salarial da APP - Sindicato.....	16
Quadro 1 – Número de sindicalizados por gênero e por área de professores/as e funcionários/as/es .....	30
Quadro 2 – Dados gerais das pessoas entrevistadas .....	74
Quadro 3 – Dados da formação e da experiência docente dos/as/es entrevistados/as/es .....	75
Quadro 4 – Categorias temáticas utilizadas na análise dos dados da pesquisa.....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABLP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
APLP	Associação dos Professores Licenciados do Magistério do Paraná
APMP	Associação do Pessoal do Magistério do Paraná
APP	Associação de Professores do Paraná
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COPEDE	Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DST/AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IEAL	Internacional da Educação na América Latina
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queers, Intersexos, Assexuadas, Pansexuais, Não-binárias e demais identidades de gênero e orientações sexuais
MEC	Ministério da Educação
MDH	Ministério de Direitos Humanos e Cidadania
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MI	Mandado de Injunção
NUDISEX	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
OMS	Organização Mundial da Saúde

OPA	Oposição das/os/es Professoras/es em Ação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PND	Política Nacional de Defesa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PSS	Processo Seletivo Simplificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SINTE-PR	Sindicato dos Trabalhadores da Educação – PARANÁ
SEJU	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE-SN	União Nacional de Estudantes del Paraguay Sindicato Nacional
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNINORTE	Faculdade Norte Paranaense
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA: A APP SINDICATO E A SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS LGBT</b> .....	25
2.1 A APP -Sindicato .....	25
2.2 A Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT .....	37
<b>3 EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO SINDICAL</b> .....	57
<b>4 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	69
4.1 Instrumentos de produção dos dados .....	70
4.2 Método de tratamento, análise e interpretação dos dados .....	76
<b>5 DIALOGANDO COM OS/AS/ES INTERLOCUTORES/AS DA PESQUISA</b> .....	78
5.1 Como e quando iniciou a participação no Sindicato? .....	79
5.2 Qual sua relação com a Secretaria de Direitos LGBTQIAPN+? Comente sobre o processo histórico desta Secretaria .....	83
5.3 Qual a relação entre a atividade sindical e a escola, em sua prática pedagógica? ....	90
5.4 Na sua opinião, as/os/es docentes estão preparados/os/es para tratar de temas, como identidades de gênero e diversidade sexual, em sala de aula? Por quê? Dê exemplos .....	94
5.5 A entidade desenvolve ações de combate ao sexismo e LGBTQIAPN+fobia no trabalho docente? Quais? .....	96
5.6 Colocar em pauta discussões sobre diversidade sexual, na escola, e direitos LGBTQIAPN+s ocasiona algum entrave na relação escola e Sindicato? Quais as principais dificuldades das/os/es docentes detectadas pelo Sindicato no tratamento do tema da diversidade sexual na sala de aula? .....	98
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109
<b>APÊNDICES</b> .....	116
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	116
Apêndice B – Roteiro de questões estruturadas e semiestruturadas utilizadas no desenvolvimento do debate .....	118
Apêndice C – Questionário referente ao perfil dos/as participantes .....	119
<b>ANEXO</b> .....	121
Anexo A – Carta de aceite do COPEP .....	121

## 1 INTRODUÇÃO

A educação anti-LGBTQIAPN+fóbica (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, *Queers*, Intersexos, Pessoas Assexuadas, Pansexuais, Não-binárias e demais identidades de gênero e orientações sexuais) é uma preocupação crescente em todo o mundo, e muitos países têm tomado medidas legais para garantir que as escolas ofereçam uma educação inclusiva e livre de preconceitos contra estas pessoas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de todos/as/es perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e proíbe a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (Art. 3º, IV; Art. 5º, *caput* XLI; e Art. 226, §3º) (Brasil, 1988). Além disso, o Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394 (Brasil, 1996a), define que a educação deve promover o desenvolvimento humano e a formação de cidadãos/ãs capazes de exercer sua cidadania, de forma plena, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 1996).

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a homofobia e a transfobia são crimes equiparados ao racismo<sup>1</sup>, o que significa que qualquer ato de discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ pode ser punido com penas semelhantes às previstas para o racismo (Brasil, 2019). Além disso, em 2020, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou a Resolução n.º 01/2020, que estabeleceu diretrizes para a promoção da educação inclusiva e para o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas.

Entre as diretrizes estabelecidas pela Resolução, ressaltam-se:

- Promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero em todos os aspectos da vida escolar;
- Capacitação de professores/as e demais profissionais da educação para o atendimento de alunos/as/es LGBTQIAPN+ e o combate à discriminação;
- Garantia do direito à identidade de gênero e ao uso do nome social por alunos/as/es transgêneros/as/es;

---

<sup>1</sup> Decisão por meio da ADI 5.427 e MI 4.733 (STF, 2019).

- Oferta de conteúdos curriculares que abordem a diversidade sexual e de gênero de forma positiva e inclusiva;
- Criação de espaços de discussão e acolhimento para alunos/as LGBTQIAPN+ (Brasil, 2020).

Assim, a legislação brasileira estabelece a obrigação das escolas de promoverem uma educação inclusiva e livre de preconceitos contra pessoas LGBTQIAPN+ e prevê a possibilidade de punição para atos de discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. A Resolução nº 01/2020 do CNCD/LGBT oferece diretrizes efetivas para a implementação de políticas públicas nesse sentido. Ela estabelece diretrizes para a promoção da educação inclusiva e o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas (Brasil, 2020).

Algumas das principais diretrizes para a implementação da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica são:

1. Reconhecimento da diversidade: a escola deve valorizar e respeitar a diversidade sexual e de gênero, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.
2. Formação de professores/as: que devem receber formação para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, a fim de que possam trabalhar, de forma efetiva, com os/as/es estudantes LGBTQIAPN+.
3. Políticas e práticas inclusivas: a escola deve adotar políticas e práticas que promovam a inclusão de estudantes LGBTQIAPN+ e que combatam a discriminação e o preconceito.
4. Combate ao *bullying* e à violência: a escola deve desenvolver ações para prevenir e combater o *bullying* e a violência contra estudantes LGBTQIAPN+, garantindo um ambiente seguro e saudável para todos/as/es.

5. Promoção do diálogo e da reflexão crítica: a escola deve incentivar o diálogo e a reflexão crítica sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, estimulando o respeito e a tolerância entre as/os/es estudantes.
6. Participação da comunidade escolar: esta deve estar envolvida no processo de implementação da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, de forma a garantir o engajamento e a participação de todos os atores envolvidos (Brasil, 2020).

Os sindicatos de trabalhadores/as da educação podem desempenhar um papel importante na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, por meio de ações, como a formação de professores/as, o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas e a luta por direitos e reconhecimento social das pessoas LGBT.

De acordo com Carrara (2018), é necessário que os sindicatos assumam um compromisso ético e político com a promoção de uma educação inclusiva e livre de preconceitos. Os sindicatos devem atuar como “agentes de mudança”, mobilizando os/as/es trabalhadores/as da educação em torno desta causa e pressionando as autoridades a adotarem políticas educacionais inclusivas e anti-LGBTQIAPN+fóbicas.

Já para Louro (2001), os sindicatos podem desempenhar um papel na formação de professores/as, promovendo a reflexão crítica sobre as questões de gênero e sexualidade e fornecendo ferramentas pedagógicas para que todos/as/es docentes possam trabalhar estas questões em sala de aula. A autora destaca, ainda, sobre se envolver os/as/es próprios/as/es professores/as pertencentes ao grupo LGBTQIAPN+ no processo de formação, a fim de que possam compartilhar suas vivências e experiências.

Miskolci (2018) fala sobre a importância dos sindicatos na luta por direitos e reconhecimento social das pessoas LGBTQIAPN+, por meio da pressão por políticas públicas inclusivas e do combate à discriminação e à violência. Segundo o autor, é necessário que estas instituições articulem suas demandas com outras organizações da sociedade civil, a fim de construir uma agenda ampla e efetiva de promoção dos direitos LGBTQIAPN+.

Sendo assim, destaca-se o papel da APP-Sindicato. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - Sindicato) foi fundado em 27 de julho de 1942, durante o Estado Novo, como Associação Profissional dos

Professores Primários do Paraná. Desde então, tem atuado em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação e pela melhoria da educação pública no Estado do Paraná, de acordo com Nascimento (2002).

Para a autora, o Sindicato enfrentou diversas lutas ao longo de sua história. Durante a década de 1950, por exemplo, enfrentou dificuldades na regulamentação do piso salarial dos/as/es professores/as e melhoria das condições de trabalho nas escolas. Nos anos 1960 e 1970, o APP - Sindicato teve um papel importante na luta contra a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)<sup>2</sup>, defendendo a liberdade de expressão e a democratização da educação. Em 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>3</sup>, que teve a participação ativa do APP - Sindicato (Nascimento, 2002).

Na década de 1980, o APP - Sindicato atuou na organização da greve nacional dos/as/es professores/as, que lutavam pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial. Assim, em 1988, a Constituição Federal garantiu o direito ao piso salarial dos/as/es professores/as, graças às lutas dos sindicatos (Nascimento, 2002).

Nos anos 1990 e 2000, a APP - Sindicato persistiu na defesa da melhoria das condições de trabalho dos/as/es docentes e na promoção da valorização da educação pública. Em 2015, sobressaiu-se como uma das principais lideranças na greve dos/as/es professores/as do Paraná, um movimento que perdurou por mais de 40 dias e representou uma das maiores mobilizações registradas na história da educação no Estado (Nascimento, 2002).

Atualmente, o APP - Sindicato segue lutando pelos direitos dos/as/es trabalhadores/as da educação e pela melhoria da qualidade da educação pública no Paraná, tendo papel fundamental na defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social<sup>4</sup>.

---

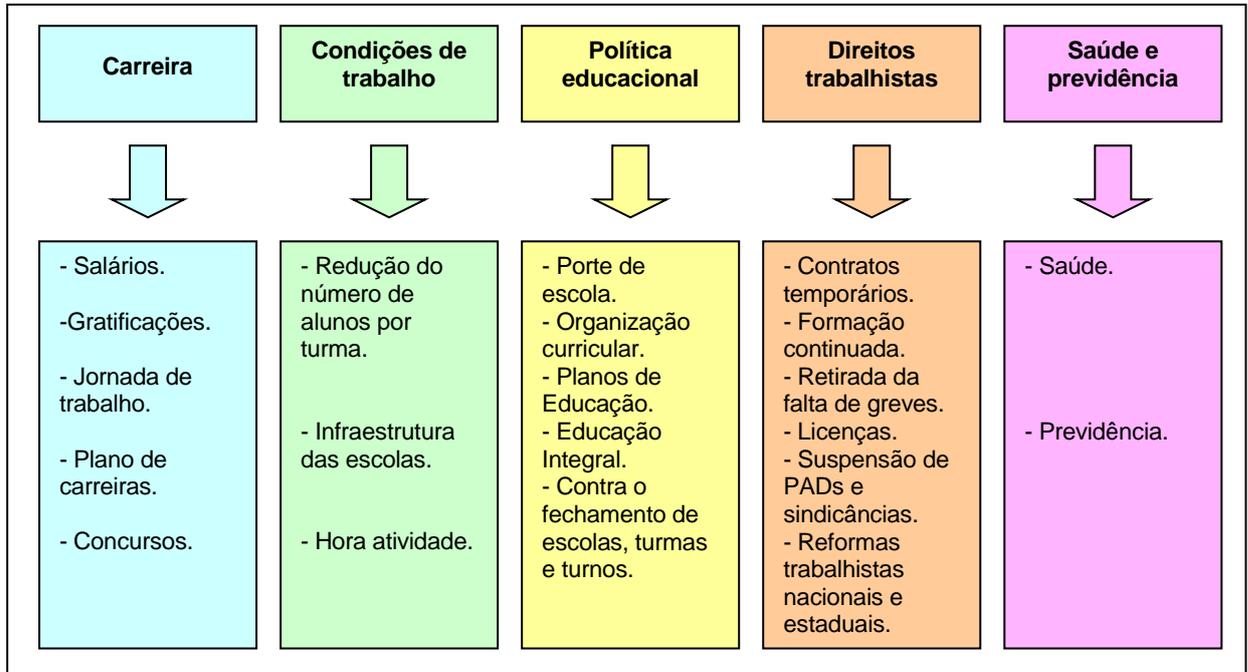
<sup>2</sup> A Ditadura Militar brasileira foi um regime autoritário e nacionalista, que vigorou no Brasil de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985, sob o comando de sucessivos governos militares. Iniciou-se com o golpe militar que depôs o presidente democraticamente eleito, João Goulart, e se encerrou com a posse de José Sarney, marcando o início da Nova República (ou Sexta República). Durante esse período, o Brasil viveu um regime caracterizado pela supressão de direitos civis e políticos, censura, perseguição política e violações dos direitos humanos. A Ditadura Militar é um capítulo importante e controverso na história do país cujas consequências e reflexos são sentidos até os dias atuais (Nascimento, 2002).

<sup>3</sup> CUT. Central Única dos Trabalhadores. Breve Histórico. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 14 jan. 2024.

<sup>4</sup> APP - Sindicato. Histórico da APP - Sindicato. Disponível em: <https://www.appindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Nesse contexto, Mazeto (2021) apresenta o enfoque das negociações salariais da APP – Sindicato, no período de 2012 a 2020, como uma maneira de ilustrar a configuração, conforme evidenciado na Figura 1:

Figura 1 – Pauta da App - Sindicato de 2012 a 2020 das campanhas salariais



Fonte: Elaborada pelo autor (2024), adaptada de Mazeto (2021, p. 89).

Na Figura 1, cada segmento representa um conjunto de solicitações de uma campanha de folha de pagamento, em cada período histórico. O surgimento de exigências pode fornecer informações sobre a situação dos/as/es professores/as, portanto, a Figura 2 apresenta os eventos anuais de cada setor.

Figura 2 – Campanha Salarial da APP - Sindicato

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>CARREIRA</b>									
Salário	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Gratificações				x	x	x	x		
Jornada de trabalho			x		x	x	x	x	x
Plano de Carreira	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Concurso	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO</b>									
Redução do nº de alunos por turma					x	x	x		
Infraestrutura das escolas			x						
Hora atividade			x	x	x	x	x	x	
<b>POLÍTICA EDUCACIONAL</b>									
Porte de escola			x	x	x	x	x		
Organização curricular	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Planos de Educação					x	x	x	x	

Educação Integral					x				
Contra o fechamento de escolas, turmas e turnos					x	x	x	x	
<b>DIREITOS TRABALHISTAS</b>									
Contratos temporários		x	x	x	x			x	x
Formação continuada							x	x	
Retirada da falta de greves							x	x	
Licenças					x		x	x	
Suspensão de processos administrativos e sindicâncias								x	
Reformas trabalhistas nacionais e estaduais							x		
<b>SAÚDE E PREVIDÊNCIA</b>									
Saúde	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Previdência					x		x		

Fonte: Elaborada pelo autor (2024), adaptada de Mazeto (2021, p. 89-90).

Com base nos temas que aparecem, frequentemente, nas campanhas salariais, pode-se concluir que este grupo participa, anualmente, em negociações com o governo para implementar concursos públicos, que geram redução de contratos temporários e melhoria de salários, visando aos avanços no campo do trabalho, a melhores cuidados de saúde para o pessoal docente e às condições de labor que garantam a independência no ensino, além de um número suficiente de especialistas educacionais para atender às reais necessidades da escola, determinadas pelo tamanho da escola e pela forma como a educação é considerada como um trabalho situacional (Mazeto, 2021).

Ademais, como é mostrado por Mazeto (2021), ao se considerar o fator salário nas questões de gênero, verifica-se que há uma diferença de 56,94% entre o salário inicial de um/a professor/a no Paraná e o salário inicial de outro/a servidor/a com a mesma jornada de trabalho e mesmos requisitos de formação, que enfatizam a desvalorização da carreira docente, ponto que já elenca como há desigualdade na classe em questão. Dessa forma, como é postulado pela autora, pesquisas realizadas, como a Política Nacional de Defesa (PND), mostram que as mulheres ganham menos que os homens.

Portanto, a APP - Sindicato é uma entidade sindical que representa os/as/es trabalhadores/as em educação no Estado do Paraná, que tem uma longa história de lutas em defesa dos direitos dos/as/es docentes da educação e da educação pública de qualidade.

Em 2013, o APP - Sindicato criou o que se chama, atualmente, de Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT, com o objetivo de lutar contra a discriminação e promover a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar

e na sociedade em geral, sendo que, desde então, Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT tem sido responsável por promover diversas atividades de formação, como cursos, seminários e palestras, além de participar ativamente de manifestações e mobilizações em defesa dos direitos LGBTQIAPN+5.

Um marco na atuação da Secretaria de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Direitos LGBT da APP-Sindicato, que passaria a se chamar, mais tarde, de Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT, foi a participação ativa na elaboração do Plano Estadual de Educação do Paraná, aprovado em 2015. O Plano incluiu metas e estratégias para garantir a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual e de gênero no sistema educacional do Estado (Paraná, 2015).

Outra ação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato foi a elaboração de um jornal educativo<sup>6</sup>, em formato de Cartilha, sobre diversidade sexual e gênero, destinada a professores/as e alunos/as/es da rede pública de ensino. A Cartilha, que foi produzida em 2017, tem o objetivo de orientar os/as/es professores/as sobre como lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero em sala de aula, além de promover a educação para a cidadania e o respeito à diversidade.

No ensejo de tais discussões e problemáticas, as quais justificam a realização do presente estudo, ligadas à promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica no Estado do Paraná, e tendo em vista a pertinência da atuação da entidade sindical representativa dos/as/es trabalhadores/as da educação pública no Paraná, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o posicionamento de cinco dirigentes e ex-dirigentes da APP - Sindicato (Sindicato das/os/es trabalhadoras/os/es em Educação Pública do Paraná), sobre as temáticas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e o papel do Sindicato na trajetória destas temáticas. Tendo como objetivos específicos: (I) analisar as ações e as políticas desenvolvidas pelo APP - Sindicato para promover uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica no Estado do Paraná; (II) verificar a efetividade das ações e das políticas na promoção de um ambiente escolar seguro e inclusivo para estudantes e profissionais LGBTQIAPN+;

---

<sup>5</sup> APP - Sindicato. Secretaria LGBT. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/secretaria-de-genero-relacoes-etnico-raciais-e-direitos-lgbt/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

<sup>6</sup> As edições do referido material podem ser encontradas em: <https://appsindicato.org.br/especial-17-de-maio/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

(III) investigar os desafios e as limitações enfrentados pelo APP - Sindicato na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica tanto internamente quanto em parceria com outras organizações e outros movimentos sociais, e analisar a relação do APP - Sindicato com outras instituições e outros órgãos governamentais na promoção de uma educação inclusiva para a diversidade sexual e de gênero.

Freire (1992, p. 33) apresenta que “não é no silêncio que os homens [mulheres] se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. De certa forma, é isso que se propõe nesta pesquisa, que já estava semeada na perspectiva do mestrando, em seu passado, quando, em 2006, ainda muito jovem, almejando entrar na faculdade, encarou, pela primeira vez, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e se deparou com esta situação: lá havia um texto na redação cujo título era “O poder de transformação da leitura”. A temática provocou reflexões de maneira a proporcionar um choque de realidade que só iria se intensificar, posteriormente, já no campo acadêmico. Após aquela prova, conseguiu uma bolsa integral pelo sistema Programa Universidade Para Todos (PROUNI), em Pedagogia, na cidade de Londrina, pela Faculdade Norte Paranaense (UNINORTE). Como um estudante de periferia, LGBTQIAPN+, sofrendo com várias adversidades dentro da escola pública, havia conseguido, pela primeira vez na vida, uma conquista no âmbito acadêmico, em pleno interior do Estado do Paraná.

No curso, porém, faltavam discussões em torno deste tema a respeito da LGBTIfobia, que, na década de 2000, caminhava em passos curtos no país e que começou a ter diálogos mais avançados somente após 2004. Portanto, em 2007, não conhecia muito acerca do debate naquele espaço social e não tinha muito preparo sobre o assunto, mas estava em busca de ferramentas que o preparassem para enfrentar os obstáculos que a LGBTIfobia trazia ao seu mundo. Por exemplo, em função da sua orientação sexual, vivenciou variadas situações discriminatórias sofridas tanto por ele quanto por outros indivíduos, experiências que foram fundamentais na sua formação como pessoa e como pesquisador e foram basilares no interesse que passou a desenvolver a respeito destes tipos de discursos que tendem a fixar e a estabilizar as identidades dos sujeitos com base em suas marcas anatômicas.

Mais precisamente, no ano de 2009, quando cursou o terceiro ano do curso de Pedagogia, foi à procura de instituições de ensino para a realização do estágio obrigatório da Educação Infantil. Este curso é, majoritariamente, realizado por mulheres. Por esta razão, encontrou barreiras que dificultaram o acesso às escolas como estagiário. Além deste fator, a sua orientação sexual também dificultou esse acesso, cabendo lembrar que, em uma das instituições, a direção geral argumentou que havia um impedimento relativo à realização do dito estágio na escola por ela não aceitar indivíduos gays.

Aquilo o fez reviver memórias traumáticas já presentes no Ensino Básico, que também foi extremamente violento no que diz respeito à LGBTIfobia. Por este motivo, como não tinha o devido preparo para enfrentar a situação, “abaixou a cabeça” e se retirou, especialmente pela falta de coragem que, gradativamente, adquiriu para enfrentar o pré-conceito que reforça esses tipos de práticas geradoras de exclusão, violência e evasão escolar. Portanto, a partir de mais leitura, mais ação, mais reflexão, passou a seguir o que o mestre Paulo Freire afirmou na frase anterior e em ações posteriores a este relato, atuando de maneira diferente e buscando formas de trazer voz a indivíduos LGBTI+, ou seja, por meio da palavra, do trabalho e da ação-reflexão.

Diante desta dificuldade passada, sofrendo a LGBTIfobia na pele, resolveu partir para a ação-reflexão e buscou compreender melhor o assunto, aprofundando-se em leituras e na pesquisa no âmbito acadêmico e participando de movimentos sociais que trouxeram vivência a respeito do assunto. A partir disso, em 2009, iniciou o projeto Debatendo Gênero: no caminho contra a homofobia no ambiente escolar, pesquisa de extensão da Universidade que se transformou em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2010, o que proporcionou a Licenciatura Plena em Pedagogia ao autor desta dissertação.

Naquela época, havia uma invisibilidade do tema acerca do LGBTI+, mas nem por isso o sofrimento do jovem era menor, contudo já se debatia bastante a questão da homofobia. A pesquisa foi bibliográfica e buscava compreender a questão para procurar ações que tentassem amenizar o problema nas escolas naquele período em que o debate passou a se tornar mais viável. Era um acadêmico e um pesquisador que havia sofrido aquele tipo de violência que estava, no momento, tendo a voz necessária para se voltar contra o sistema que o oprimia e que estava

também reivindicando seus direitos, tal como Paulo Freire havia ensinado em várias das leituras que havia feito e que foram libertadoras no curso de Pedagogia.

Após trabalhar alguns anos como pedagogo em Londrina, seguiu o sonho de ir para Curitiba, em 2014 e ingressar no curso de Licenciatura em Teatro na UNESPAR/FAP, em que continuou a pesquisa sobre LGBTIfobia, elaborando, também, um TCC intitulado Por uma escola sem LGBTIfobia: proposta teatral desenvolvida com estudantes do Ensino Médio, defendido em 2018. Porém, diferentemente da pesquisa de 2010, que foi bibliográfica, desta vez foi a campo, no Colégio Guilherme Maranhão, na periferia da cidade de Curitiba.

A partir de então, procurou se especializar em diversas áreas do conhecimento relativas ao campo da docência e que ampliassem seus horizontes. Contudo sempre teve como um dos seus objetivos principais a luta contra a LGBTIfobia. Por exemplo, em 2016, concluiu o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gênero e Diversidade Escolar cujo Trabalho de Conclusão de Curso versou sobre o mesmo tema de 2010, ou seja, após alguns anos de prática como pedagogo e já atuando com a pesquisa de campo nos Colégios Guilherme Maranhão e Rodolpho Zaninelli, em uma das maiores periferias da cidade de Curitiba, a pesquisa ganhou contornos muito maiores: debater a LGBTIfobia no ambiente escolar havia saído da bibliografia e estava se tornando algo que fazia cada vez mais sentido para ele, era parte da sua vida como professor, pedagogo, militante de movimento social e líder sindical. A cada dia a sua voz se tornou mais e mais ouvida e por mais e mais gente. Agora é a vez da academia também o ouvir.

Desde 2011, atua como professor e pedagogo em instituições públicas e privadas no Paraná, inicialmente, na cidade de Londrina, vindo, posteriormente, em 2014, para Curitiba, sempre tendo como foco do seu trabalho a luta contra a LGBTIfobia na prática. E nada melhor do que na escola, que é um espaço social primordial e de acolhimento, de convívio, uma instituição em que indivíduos se tornam interdependentes e onde projetos de combate à LGBTIfobia são levados a efeito.

O projeto desenvolvido em seu TCC em Teatro, na UNESPAR/FAP, em 2018, proporcionou várias ações dentro e fora do âmbito escolar no combate à LGBTIfobia: foram peças de teatro, palestras, rodas de conversa, debates com a comunidade, semanas da diversidade, aulas temáticas, formação de professores/as, enfim, uma série de atividades que buscaram transformar não só o ambiente escolar como

também tudo o que estava à sua volta e os indivíduos que dele eram interdependentes, ou seja, a relação entre alunos e outros alunos, assim como esses e professores. O projeto em questão também foi responsável pela elaboração de um longa-metragem intitulado Onde os outros não existem.<sup>7</sup> Este filme foi produzido e lançado, em 2017, e seus atores e suas atrizes eram os/as/es estudantes das escolas em que ele atuava enquanto pedagogo. A película rodou festivais de cinema do Brasil todo e foi amplamente divulgada nas redes sociais e em algumas escolas, ampliando o debate acerca do tema em questão.

Hoje, é dirigente sindical desde 2017, quando encarou o desafio de assumir a Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP Sindicato, que é o sindicato que representa os/as/es professores/es e funcionários/as/es de escola da rede de pública do Estado do Paraná. A Secretaria tem o objetivo de fomentar o debate, por meio de seminários, fóruns, congressos, coletivos, sempre na busca de combater a LGBTIfobia. Atualmente, também é coordenador estadual do coletivo LGBTI+ da CUT-PR, que tem o objetivo de ampliar o debate em suas bases sindicais. Da mesma forma, é membro do coletivo nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que é uma entidade que procura dirimir a violência da LGBTIfobia, nacionalmente, no âmbito escolar, por meio do debate coletivo e institucional. Além disso, em 2019, foi presidente em exercício do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP), do qual atualmente é conselheiro. O COPEP é um órgão colegiado da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), e enquanto esteve presidente em exercício, atuou diretamente na defesa da população LGBTI+. Atualmente, está Conselheiro Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDH), representando a CUT – Nacional.

Após este breve hiato, pode-se destacar que, a partir dos objetivos delineados, a metodologia desta pesquisa incluiu entrevistas, análise de conteúdo e análise documental. Para as entrevistas, do ponto de vista metodológico, foi utilizada a análise de conteúdo baseada nos estudos de Laurence Bardin (1977) e Maria Cecília de Sousa Minayo, Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes (2004). Além disso, os Estatutos da APP - Sindicato foram examinados na perspectiva da análise

---

<sup>7</sup> ONDE Os Outros Não Existem. Trailer Alternativo. Teatrando na Escola, 7 maio 2017. 1 vídeo (1min48s). Disponível em: [https://youtu.be/bHrVW7LA\\_3g](https://youtu.be/bHrVW7LA_3g). Acesso em: 18 jan. 2024.

documental de André Cellard (2008). Para a análise dos dados coletados durante a pesquisa a abordagem pela avaliação de conteúdo que, segundo Laurence Bardin (1977, p. 42), é conceituada como

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Na abordagem de Maria Cecília de Sousa Minayo, Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes (2004, p. 203), o objetivo da análise de conteúdo é “[...] ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”.

De acordo com Luciano Pereira dos Santos (2020), compreende-se que os debates e as ações na APP - Sindicato aprofundam a afirmação de que a pauta das demandas de luta pelo reconhecimento das identidades LGBTQIAPN+ está consolidada enquanto política sindical. Assim, o percurso metodológico inclui entrevistas, análise de conteúdo e análise documental, sendo delineado com foco na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, aliado à perspectiva da sociologia do reconhecimento.

Inicialmente, foi feita uma análise documental do Estatuto e Regimento Interno do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná bem como de materiais produzidos pela Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT e outras instâncias que tratam da temática LGBTQIAPN+. Ainda foram entrevistados/os/es dois ex-dirigentes e três atuais representantes da APP - Sindicato de modo a apresentar o histórico desta Secretaria.

A análise foi embasada pela perspectiva da Sociologia do Reconhecimento, que busca compreender as lutas por reconhecimento de identidades e diferenças na sociedade, incluindo a luta por direitos LGBTQIAPN+, segundo Alain Caillé (2008). As pessoas entrevistadas são aquelas que estão nos documentos da APP - Sindicato como precursoras da Secretaria LGBTQIA+, visando elaborar um documento sobre a origem desta pasta.

A dissertação está organizada em seções, de forma que oriente a leitura e compreensão do trabalho. A primeira trata do contexto histórico da APP - SINDICATO e da organização da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT. No segundo, apresenta-se o referencial teórico ao qual a pesquisa está inserida. Na sequência, a terceira parte é destinada à metodologia, às limitações, aos instrumentos para coleta, à organização e ao tratamento dos dados. O que dizem os/as/es entrevistados/as/es será discutido na quarta seção.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA: O APP - SINDICATO E A SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA E DOS DIREITOS LGBT**

Nesta seção, o objetivo primordial é aprofundar-se no contexto histórico da pesquisa, com foco especial na Associação de Professores do Paraná (APP) e na Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT, destacando momentos cruciais, desafios enfrentados e conquistas alcançadas. Ao enfatizar a APP, pretende-se analisar seu papel central no cenário sindical, especialmente no que diz respeito aos interesses e direitos dos/as/es profissionais da educação. Simultaneamente, a ênfase na Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT visa explorar como esta instância se inseriu no panorama, abordando suas iniciativas na promoção da igualdade de gênero e na defesa dos direitos da comunidade LGBT.

### **2.1 A APP - Sindicato**

A Associação de Professores do Paraná (APP) foi criada para defender os direitos de classe e trabalhistas dos/as/es professores/as em um período histórico, marcado por demandas classistas e de fortalecimento e expansão da educação pública, a saber “em 1947, no período pós Segunda Guerra Mundial, diante da necessidade de organizar as demandas da categoria do magistério”, de acordo com Magalhães, Oliveira e Denez (2020, p. 2). Ao longo dos anos, a APP tornou-se o maior sindicato representante dos/as/es trabalhadores/as do serviço público no estado do Paraná, atuando, também, como entidade solidária à luta das demais categorias de trabalhadores/as do serviço público e privado.

A APP organiza-se junto à CUT, à qual é filiada, desde 1996, bem como à Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), que reúne sindicatos da educação de todos os estados da Federação (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020). Estas parcerias contribuem para a atuação do Sindicato em prol das/os/es trabalhadoras/es em educação pública, além de possibilitar a troca de experiências e de ideias para aprimorar as práticas sindicais.

A atuação da APP é voltada para garantir os direitos das/os/es professoras/es e para a promoção de uma educação pública de qualidade e para todas/os/es. Nesse

sentido, a entidade tem se posicionado em diversas questões relevantes para a sociedade, como a defesa da diversidade e da inclusão na educação, o combate ao racismo e à homofobia, a defesa dos direitos das mulheres e das minorias, entre outras.

Além disso, a APP atua na formação e na capacitação das/os/es professoras/es, oferecendo cursos, palestras e outras atividades para aprimorar as práticas pedagógicas e garantir uma educação de qualidade. Para Carissimi (2016) a entidade também atua na defesa dos direitos trabalhistas das/os/es docentes, lutando por melhores condições de trabalho, salários dignos e segurança no ambiente escolar, sendo a diferenciação desta luta a inclusão das pautas identitárias.

A APP é um Sindicato que se consolidou ao longo dos anos como uma voz legitimada por suas/seus filiadas/os/es a atuar na defesa das/os/es trabalhadoras/es em educação pública no estado do Paraná e na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva para todas/os/es. Sua atuação é ampla e abrangente, englobando a luta por direitos trabalhistas, a formação das/os/es professoras/es, a defesa dos direitos das minorias e dos movimentos sociais, entre outras pautas relevantes (APP - Sindicato, 2016).

Para Magalhães, Oliveira e Denez (2020), as associações de trabalhadores/as em educação surgiram para organizar as/os/es professoras/es e tinham atuação estadual, porém com especificidades no que diz respeito à formação e à titulação. Enquanto a APP tinha pouca representatividade nas regiões do interior do Estado e não atuava diretamente com professores/as que lecionavam no que era chamado de Ensino Primário, a Associação dos Professores Licenciados do Magistério do Paraná (APLP) era a representante das/os/es professoras/es licenciadas/os/es e tinha sedes nas principais cidades do Paraná. Já, a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) surgiu com a pretensão de reunir todas as categorias de professores/as.

Ainda, para estes autores, a APP tinha uma forte atuação na capital, enquanto a APLP alcançava outras regiões, e a maioria dos núcleos sindicais atuais vem da configuração das sedes fundadas por ela, no interior. Por fim, no período que antecedeu a unificação das associações, havia uma convergência entre as demandas e as mobilizações organizadas pelo movimento docente no Paraná, tendo

ocorrido uma greve por salários em 1986, a quarta desde o início das greves em 1978<sup>8</sup> (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

O processo de organização das/os/es trabalhadoras/es em educação pública básica no Paraná é um tema de relevância na história da educação brasileira, e sua análise pode nos fornecer reflexões sobre as lutas e as conquistas dos/as/es professores/as no país. Magalhães, Oliveira e Denez (2020) apresentam que as associações que surgiram no Estado tinham como principal objetivo a organização dos/as/es trabalhadoras/es, e, apesar de atuarem na mesma categoria, existiam diferenças quanto à formação e à titulação das/os/es profissionais representadas/os/es.

Além das diferenças quanto à formação, as entidades também se distinguiram em relação à sua atuação territorial. Enquanto a APP tinha uma forte presença na capital, a APLP estabeleceu-se em Londrina e expandiu sua atuação para outras regiões do Estado, fixando sedes nas principais cidades paranaenses. Já a APMP teve sua atuação restrita à região do Novo Norte do Paraná (ou Norte Central). Vale ressaltar que a maioria dos núcleos sindicais atuais teve sua origem nas sedes fundadas pela APLP, no interior do Estado (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

Apesar das diferenças, havia uma convergência entre as demandas e as mobilizações organizadas pelo movimento docente no Paraná. Dentre as principais reivindicações, destacava-se a reposição da inflação descontrolada, que causava perda salarial (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

O ano de 1981 é considerado um marco na história da organização das/os/es trabalhadoras/es em educação pública básica no Paraná, pois foi quando a APP - Sindicato se consolidou como representante da categoria e se unificou com a APLP e a APMP. Esta unificação permitiu maior representatividade das/os/es professoras/es no Estado e a ampliação de suas lutas e conquistas (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

A especificidade da formação das/os/es professoras/es no período analisado teve uma forte influência na organização das entidades representativas da categoria. No entanto, ao longo dos anos, a luta das/os/es docentes por melhores condições

---

<sup>8</sup> “Greves eclodiram no Brasil em 1978. Em Londrina, os(as) professores(as) decidiram paralisar as atividades e foram a Curitiba para obter a adesão dos companheiros e companheiras, obrigando a APP a aderir ao movimento” (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020, p. 5).

de trabalho e salários foi capaz de unificar diferentes profissionais da educação em torno de suas demandas comuns. Ao longo da história do movimento docente no Paraná, diversas ações e mobilizações foram organizadas pelas/os/es professoras/es em busca de melhorias nas condições de trabalho e salários (Ruiz, 2013 *apud* Magalhães; Oliveira; Denez, 2020); em 1963, foi realizada a chamada Operação Tartaruga, que resultou na conquista de gratificações para professoras primárias sem habilitação e regentes bem como para normalistas.

Cinco anos depois, em 1968, ocorreu o Congresso do Magistério, que teve como objetivo escapar da repressão do governo e resultou em uma greve prolongada. A categoria obteve a promessa do governo estadual de implementar um plano de carreira para os/as/es professores/as (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

Em 1977, foi instituído o Estatuto do Magistério, que estabeleceu um quadro de carreira para os/as/es professores/as. No ano seguinte, greves eclodiram em todo o Brasil, e, em Londrina, os/as/es docentes decidiram paralisar as atividades e foram à Curitiba para obter a adesão dos/as/es colegas e da APP, obrigando-os/as/es a aderirem ao movimento (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

Em 1980, aconteceu mais uma greve, e a APP se juntou ao movimento que surgiu na base. No ano seguinte, em 1981, ocorreu a quinta greve, e em maio foi promovida a unificação das três associações do Estado em torno da APP: a APLP e APMP. Esta união resultou na consolidação da APP como representante da categoria de trabalhadores/as em educação pública básica e sua organização territorial (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

Estas ações e mobilizações organizadas pelo movimento docente no Paraná, ao longo das décadas, foram fundamentais para a conquista de direitos e melhorias nas condições de trabalho e salários das/os/es professoras/es. A união das três associações em torno da APP representou um marco histórico para a categoria, fortalecendo sua atuação e sua representatividade no Estado. Os resultados do estudo realizado por Magalhães, Oliveira e Denez (2020) apontam que a organização territorial da APP - Sindicato é bastante diversificada, apresentando desafios e oportunidades distintos em cada região. Entre os desafios identificados estão a falta de participação de algumas regiões nas instâncias de decisão do Sindicato, a falta de recursos e a precarização das condições de trabalho dos/as/es professores/as em algumas áreas. Por outro lado, destacam algumas oportunidades

de atuação sindical em áreas, como da formação docente, da luta por melhores condições de trabalho e da defesa da educação pública e de qualidade.

Os resultados do estudo podem ser úteis para a formulação de estratégias mais efetivas de atuação do sindicato em prol das/os/es trabalhadoras/es em educação pública no Estado.

Ao abordar as relações das entidades representantes das/os/es trabalhadoras/es, como é o caso da APP - Sindicato, entende-se que elas exercem relações políticas dentro do território, que culminam na construção das relações de poder sobre este território. Estas hierarquias não estão exclusivamente relacionadas ao poder político do Estado e da esfera governamental, já que existem outras figuras políticas envolvidas na disputa pelo território. Nesse contexto, a articulação entre poder e território é responsabilidade dos atores que estão inseridos no processo de disputa política e que exercem suas relações dentro de determinado ponto do território.

No caso específico da APP - Sindicato, as diversas relações de poder são exercidas por meio de seus 29 núcleos sindicais<sup>9</sup>, os quais surgiram como forma de se organizar na região paranaense e produzir seus territórios. Para Magalhães, Oliveira e Denez (2020), este processo favoreceu o fortalecimento da entidade, pois ela passou a ocupar regiões em que ainda não atuava, efetivamente, entre a categoria dos/as/es trabalhadores/as em educação.

A formação inicial com 29 núcleos sindicais por todas as regiões do Estado, consolida a dinâmica de poder sobre o território e amplia a sua atuação entre os/as/es sindicalizados/as/es, fortalecendo a mobilização entre a categoria. Após os 40 anos da unificação das três entidades em uma única representante das demandas dos/as/es professores/as no Estado do Paraná, observou-se a ampliação da base com a unificação com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação – Paraná (SINTE-PR), agregando as/os/es funcionárias/os/es de escola à categoria de trabalhadoras/es da educação pública básica (Magalhães; Oliveira; Denez, 2020).

---

<sup>9</sup> Os Núcleos Sindicais (NS) da APP - Sindicato são os seguintes: NS Apucarana; NS Arapongas; NS Assis Chateaubriand; NS Cambará; NS Campo Mourão; NS Cascavel; NS Cianorte; NS Cornélio Procopio; NS Ciba Metropolitana Norte; NS Ciba Metropolitana Sul; NS Curitiba Norte; NS Curitiba Sul; NS Foz do Iguaçu; NS Francisco Beltrão; NS Guarapuava; NS Irati; NS Ivaiporã; NS Jacarezinho; NS Laranjeiras do Sul; NS Londrina; NS Mandaguari; NS Maringá; NS Paranaguá; NS Paranavai; NS Pato Branco; NS Ponta Grossa; NS Toledo; NS União da Vitória; e NS Umuarama. Fonte: APP - Sindicato. Núcleos Sindicais. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/nu\\_cleos\\_sindicais/](https://appsindicato.org.br/nu_cleos_sindicais/). Acesso em 24 jan. 2024.

Ademais, é possível encontrar mais adiante o número de sindicalizados por gênero, docentes e servidores:

Quadro 1 – Número de sindicalizados por gênero e por área de professores/as e funcionários/as/es

<b>Sexo</b>	<b>Tipo</b>	<b>Total</b>
Masculino	Professor Municipal	258
Masculino	Funcionário Municipal	27
Masculino	Funcionário Estadual	1004
Masculino	Professor Estadual	7084
Feminino	Professora Estadual	36417
Feminino	Funcionária Municipal	252
Feminino	Funcionária Estadual	8362
Feminino	Professora Municipal	8308
<b>Total</b>		<b>61.712</b>

Fonte: o autor.

Com a formação dos núcleos sindicais, é perceptível a influência de poder sobre o Paraná, ou na relação de disputa com a natureza política de governança do Estado. Nesse sentido, a APP se constituiu na principal força aglutinadora das demandas da educação pública, rivalizando, resistindo e enfrentando os governos paranaenses na defesa dos/as/es trabalhadoras/es da educação e da escola pública. Além disso, a APP - Sindicato atua como entidade solidária à luta das demais categorias de trabalhadores/as do serviço público e privado e na luta dos movimentos sociais.

Portanto, a APP - Sindicato se destaca como uma das principais entidades sindicais do país, com forte atuação na defesa das/os/es trabalhadoras/es da educação pública no Estado do Paraná bem como na articulação com outras entidades em nível nacional. Seus núcleos sindicais são responsáveis pela dinâmica de poder sobre o território paranaense, o que permite a ampliação de sua atuação e fortalecimento da mobilização entre a categoria (Carissimi, 2016).

A tese “Ação Sindical na Construção da Agenda Política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP - Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015”, de autoria de Carissimi (2016), trata da atuação do sindicalismo na luta por direitos e melhores condições de trabalho para as/os/es trabalhadoras/es em educação. A pesquisa analisa as negociações e as reivindicações realizadas pela APP - Sindicato, entidade representativa dos/as/es trabalhadoras/es em educação do Paraná, com os governos estaduais, no período de 2003 a 2015.

O estudo demonstra como o sindicalismo pode ser uma ferramenta para a construção da agenda política e para a garantia de direitos, mostrando como as negociações realizadas pela APP - Sindicato resultaram em melhorias nas condições de trabalho dos/as/es trabalhadores/as em educação, como aumento salarial, reconhecimento da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho e investimentos em formação.

Além disso, Carissimi (2016) também destaca a participação dos/as/es trabalhadores/as em educação nas lutas sindicais e na construção da agenda política, demonstrando como a mobilização pode ser decisiva para a conquista de avanços nas condições de trabalho e para a defesa da educação pública de qualidade. Ela aponta que a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder no Brasil, em 2003, marcou um momento significativo na história política do país. Após décadas de hegemonia de partidos tradicionais, a eleição, em 2022, de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente trouxe consigo a expectativa de mudanças sociais e econômicas. Uma das características marcantes da ascensão do PT ao governo foi o estreito vínculo com movimentos sociais e sindicatos, em especial aqueles ligados à CUT. Afirma também que a conjuntura sindical do Brasil nos anos de 2004-2008 é de recuperação, com intensas atividades grevistas e um perfil de greves ofensivas e propositivas no setor industrial. No setor de serviços, as greves foram predominantemente defensivas. A maioria delas foi parcial ou totalmente atendida e houve predominância da organização na região sudeste do país.

No que se refere ao campo educacional, a CNTE, filiada à CUT, liderou intensas mobilizações para aprovar a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para professores/as da rede pública de ensino. Segundo Gindin (2014 *apud* Carissimi, 2016), a luta pela aprovação da lei exigiu um trabalho constante dos sindicatos e, após sua promulgação, é necessário lutar para que seja efetivamente cumprida em todo o país.

No artigo intitulado “Formação Política de Educadores: Presença de Lênin e Gramsci nos Cadernos Utilizados na Escola de Formação da APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná”, Coelho e Castanha (2014) abordam a importância da formação política dos/as/es educadores/as para a transformação social e destaca a presença das propostas do teórico político russo Vladimir Lenin (1870-1924) e do italiano e filósofo marxista Antonio Gramsci (1891-

1937), nos Cadernos utilizados pela APP - Sindicato para a formação de seus membros.

O trabalho ressalta que a formação política dos/as/es educadores/as é fundamental para que possam atuar, de forma crítica e consciente, no processo educativo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Coelho; Castanha, 2014). Nesse sentido, a APP - Sindicato tem se empenhado em oferecer aos seus membros uma formação política sólida, que possa instrumentalizá-las/os/es para a luta por seus direitos e pela transformação social.

A/O autor/a destaca a presença das fundamentações de Lenin e Gramsci nos cadernos utilizados pela APP - Sindicato na formação de seus membros (Coelho; Castanha, 2014). Ambos são considerados referências importantes no campo da educação e da política, sendo que Lenin é reconhecido pela sua contribuição para a construção do pensamento marxista, enquanto Gramsci é conhecido por seus estudos sobre a cultura e a hegemonia.

O estudo das obras de Lenin e Gramsci na formação política de educadores/as permite compreender o papel da educação na luta por transformações sociais. Gramsci, em especial, destacou a cultura e a educação na construção da hegemonia política, ou seja, na dominação ideológica exercida pelas classes dominantes. Ao estudar a obra de Gramsci, de acordo com Ana Gabriela Jacinto (2017) os/as/es educadores/as aprendem a reconhecer a presença da ideologia nas práticas pedagógicas e a desenvolver estratégias para a construção de uma cultura emancipatória.

Lenin, por exemplo, foi um dos principais líderes da Revolução Russa de 1917 e teve um papel fundamental na construção do socialismo naquele país. Suas ideias, expressas em obras como “O Estado e a Revolução”, contribuíram para a compreensão do papel do Estado na sociedade capitalista e para a elaboração de estratégias para a construção de uma sociedade socialista (Jacinto, 2017). Já Gramsci, um dos principais teóricos do marxismo no século XX, desenvolveu a teoria da hegemonia cultural, segundo a qual a classe dominante exerce seu poder não apenas pela força, mas também pela cultura e pela ideologia. Suas ideias são fundamentais para a compreensão dos processos de dominação cultural e para a elaboração de estratégias de resistência e transformação social (Jacinto, 2017).

Além de Lenin e Gramsci, outros autores também são estudados na formação política de educadores, como Paulo Freire (1921-1997) e Anísio Teixeira (1900-1971). Freire, um dos principais pedagogos brasileiros, é conhecido por sua argumentação da pedagogia crítica e da educação libertadora. Teixeira, por sua vez, é considerado um dos principais teóricos da educação no Brasil, tendo desenvolvido ideias como a escola pública e a educação para a democracia (Jacinto, 2017).

A presença destas fundamentações nos Cadernos de Formação da APP - Sindicato demonstra a preocupação da entidade em oferecer uma formação política que vá além da mera instrução técnica, buscando instrumentalizar seus membros para a luta por seus direitos e pela transformação social. Além disso, evidencia o compromisso da entidade com uma educação crítica e emancipatória, que possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Jacinto, 2017).

O trabalho de Coelho e Castanha (2014) também destaca a formação política no atual contexto político e social do país, marcado pela ofensiva conservadora e pelos ataques aos direitos trabalhistas e sociais. Nesse sentido, a formação política das/os/es educadoras/es se torna ainda mais fundamental, já que estas/es são agentes primordiais na luta por um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Assim, Coelho e Castanha (2014) apontam sobre a APP - Sindicato na formação política de seus membros, destacando a relevância da entidade como agente político na luta pela transformação social. A formação política oferecida pela APP - Sindicato contribui para a construção de um pensamento crítico e emancipatório entre seus membros, que podem atuar de forma mais consciente e engajada na luta pelos seus direitos e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o objetivo de formar novos quadros dirigentes, a APP - Sindicato criou, em 2007, a Escola de Formação, por meio do Programa de Formação Político Sindical, em parceria com a CNTE e com a Universidade Federal do Paraná (Coelho; Castanha, 2014). O projeto passou por diversas adequações, visando atender à demanda sindical e continua sendo desenvolvido até os dias atuais, nos vinte e nove núcleos sindicais da APP - Sindicato.

Um dos aspectos abordados na formação é a argumentação política de viés marxista<sup>10</sup>, que é vista como indispensável para que ocorra a transformação social. No entanto o contexto sozinho sem prática se torna esvaziada de sentido. Por isso, além dos Cadernos utilizados na Formação, o curso também propicia momentos de debate e prática no local de trabalho, indicando leituras e sugerindo a participação em outras atividades.

Assim, Coelho e Castanha (2014) afirmam que a Escola de Formação da APP - Sindicato tem um papel fundamental na construção de uma formação política crítica e consciente das/os/es educadoras/es paranaenses. Por uma abordagem pedagógica que alia conhecimento e prática, os/as/es participantes são capacitadas/os/es para enfrentar os desafios do cotidiano escolar e para atuar de forma engajada na defesa dos direitos das/os/es trabalhadoras/es em educação.

Além disso, ressalta-se que a Escola de Formação da APP - Sindicato não se limita à transmissão de conhecimentos teóricos. A formação política dos/as/es educadores/as inclui também momentos de debate e reflexão sobre a prática pedagógica, a organização sindical e a luta por direitos. Os/As/Es participantes são incentivadas/os/es a buscar soluções para os problemas enfrentados no cotidiano escolar e a atuar de forma coletiva na defesa dos interesses da categoria (Coelho; Castanha, 2014).

Dessa forma, a Escola de Formação da APP - Sindicato tem um papel fundamental na construção de uma cultura política crítica e consciente entre os/as/es educadores/as paranaenses. Ao oferecer uma formação que alia princípios e prática, a APP - Sindicato contribui para a formação de uma geração de educadoras/es capazes de enfrentar os desafios do cotidiano escolar e de atuar, de forma engajada, na defesa dos direitos das/os/es trabalhadores/as em educação (Coelho; Castanha, 2014).

Durante o triênio 2007-2009, foram discutidas diversas temáticas nos Cadernos de Formação Sindical. No primeiro eixo, intitulado “Concepção Política e Sindical”, foram abordadas questões, como Teoria Política, Economia Política, Introdução à História do Movimento Sindical, Movimento Sindical dos Trabalhadores

---

<sup>10</sup> Marx e Engels (2010) destacam que se fundamenta na análise das relações de classe, enfatizando a luta entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção. Busca compreender e transformar as estruturas sociais, econômicas e políticas, visando à superação das desigualdades e à construção de uma sociedade mais igualitária.

e Trabalhadoras na Educação no Brasil, com o objetivo de fornecer aos/às/es dirigentes uma fundamentação teórica e metodológica das concepções e teorias políticas, da história do movimento sindical e popular com recorte na organização das/os/es trabalhadoras/es da educação, no Brasil e no Paraná (Coelho; Castanha, 2014).

Já no segundo eixo, “Formação de Dirigentes Sindicais”, foram trabalhados temas, como Fundamentos da Filosofia, princípios e Prática da Comunicação Sindical, Como Fazer Análise de Conjuntura, Negociação Coletiva e Orçamento Público na Área de Educação, com o intuito de possibilitar a formação política e prática na preparação dos/as/es dirigentes, oferecendo uma formação metodológica (Coelho; Castanha, 2014).

No terceiro eixo, também voltado para a Formação de Dirigentes Sindicais, foram discutidas questões, como “A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais, A Expressão da Filosofia da Libertação nos Movimentos Sociais e o Impacto das Propostas dos Movimentos Sindicais e Sociais na Conferência Nacional de Educação”, com o objetivo de explicitar os fundamentos filosóficos sob a ótica marxista, da ação sindical e suas relações com os movimentos sociais (Coelho; Castanha, 2014).

Por fim, no eixo IV, “Temas Transversais”, não havia um caderno específico, mas foram propostos diversos temas, como Questão de Gênero, Combate a todas as formas de discriminação, Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, Financiamento da Educação – Fundeb, Planos de Carreira, Fundos de Pensão/Previdência, Currículo, Profissionalização de funcionários/as, Formação Continuada, Orçamento Público e a Educação, Reforma Sindical, Trabalhista e os Trabalhadores em Educação, Alca, Mercosul e Acordos Gerais de Livre Comércio, Reestruturação Produtiva Neoliberalismo, Estado Mínimo e Serviço Público, Capacitação de membros de Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e demais Conselhos, entre outros (Coelho; Castanha, 2014).

Para Coelho e Castanha (2014), estes temas foram abordados com o intuito de aprofundar a reflexão dos/as/es participantes sobre questões fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora e para a construção de uma sociedade socialista. Durante o triênio de 2010-2012, os Cadernos de Formação para educadores/as abordaram diversas temáticas relevantes para a compreensão do

contexto educacional e social brasileiro. O Eixo I, de 2010, teve como objetivos “refletir sobre as desigualdades sociais e educacionais e compreender como elas se manifestam dentro da escola” (Coelho; Castanha, 2014, p. 213); além disso, buscou-se ampliar a consciência dos/as/es educadores/as, levando-os/as/es a assumir um papel social e político e a deixar de lado a omissão, compreendendo melhor a realidade.

No ano seguinte, o Eixo II abordou as concepções teóricas, ideológicas e pedagógicas da sociedade e da escola e seus impactos na gestão do estado. A formação do/a/e dirigente e gestão democrática também foi tema de discussão, assim como as elaborações e as concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e a escola no campo da tradição marxista. O modernismo e o pós-modernismo no contexto do mundo do trabalho e da educação também foram abordados. O objetivo desse Eixo foi “formar para organizar, aprofundar a discussão sobre a sociedade, o indivíduo e a educação que se tem e que se quer, ampliando a capacidade de participação, intervenção e organização dos educadores na escola, nos movimentos sociais e na vida” (Coelho; Castanha, 2014, p. 213).

Em 2012, o tema dos Cadernos de Formação foi Educação Sindical. Os seis temas abordados foram: como funciona a sociedade capitalista, processo de consciência da classe trabalhadora, o ABC do sindicato – parte I: concepção, estrutura e organização sindical; o projeto político-sindical-educacional da APP - Sindicato; o ABC do sindicato – parte II: conheça seus direitos – a carreira e a valorização das/os trabalhadoras/es em educação; condições de trabalho, saúde e a luta dos/as/es trabalhadores/as em educação; e a escola que se quer. O objetivo desse eixo foi ampliar o conhecimento das/os/es educadoras/es sobre a organização sindical e seus projetos político-educacionais, além de discutir as condições de trabalho e saúde delas/es em educação (Coelho; Castanha, 2014).

Estes temas discutidos nos Cadernos de Formação durante o triênio de 2010-2012 proporcionaram conscientizar os/as/es educadores/as sobre a realidade social e educacional brasileira, ampliando sua capacidade de reflexão crítica e intervenção social.

## 2.2 A Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT

A criação de uma Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos direitos LGBT na APP - Sindicato representa um marco significativo na luta pelos direitos e pela inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outras identidades de gênero dentro do âmbito sindical. Compreender o contexto histórico que levou à formação dessa Secretaria é essencial para entender a iniciativa e sua relevância para a promoção da igualdade e do respeito no ambiente de trabalho. Neste sentido, esta subseção apresenta uma visão abrangente do desenvolvimento histórico que culminou na criação desta estrutura dentro do Sindicato, destacando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo deste processo.

A luta pela igualdade de gênero e diversidade sexual tem sido cada vez mais presente nos debates e na agenda de movimentos sociais, organizações e sindicatos. Entre eles, os sindicatos de professoras/es e profissionais da educação têm desempenhado um papel importante na promoção de ações e projetos voltados à formação de docentes e educadoras/es<sup>11</sup>.

Na APP, a formação de coletivos foi iniciada a partir da criação da Secretaria de Políticas Sociais, inaugurada em 1994. No começo, houve a construção do coletivo de gênero, raça e classe, que, após algum tempo, foi dividido em coletivo de gênero e classe e outro coletivo de raça e classe. Para Luciano Pereira dos Santos (2020), esse período da história do sindicato merece ser revisitado e abordado de maneira adequada.

No coletivo de gênero e classe, o debate feminista foi mantido, e as pautas foram organizadas em prol da categoria. Algumas dessas pautas incluíram a conquista da equiparação salarial e dos quinquênios para as/os/es professoras/es com 25 anos de magistério, na rede estadual. Além disso, houve a discussão sobre a criação de uma Secretaria específica para o debate de gênero (APP - Sindicato, 2016).

A formação em gênero também foi destacada durante os anos 1990 e início dos 2000. Foram realizados cursos junto com a Universidade Federal do Paraná

---

<sup>11</sup> Enquanto as/os/es docentes concentram-se no ensino e na transmissão de conteúdos, as/os educadoras/es adotam uma abordagem mais ampla, que engloba não apenas o ensino, mas também a formação integral das/os/es alunas/os/es, levando em consideração aspectos cognitivos, emocionais, sociais e éticos (APP - Sindicato, 2016).

(UFPR), seminários e encontros organizados pelo coletivo, que pautou o debate feminista e aprofundou a necessidade de um espaço de poder e formulação para avançar no enfrentamento ao machismo e na construção da igualdade de gênero. No entanto esse não foi um momento tranquilo em relação aos embates internos, pois o coletivo racial também estava atuante, em meio às demandas que avançavam, nacionalmente, em relação às questões étnico-raciais, políticas de cotas raciais, entre outras (Santos, 2020).

Nesse contexto, surgiu a possibilidade de criar uma Secretaria de Gênero ou de Mulheres, mas também havia a defesa da criação da Secretaria da Igualdade Racial. Ambas as pautas foram argumentadas em defesa de algumas discussões específicas e da vontade da categoria e da classe trabalhadora. No entanto a definição se deu considerando as questões estruturais do Sindicato. A partir do debate e das considerações no Congresso Estadual da APP, em 2007, realizado na cidade de Pontal do Paraná, deliberou-se, no âmbito dos grupos temáticos “Gênero e Classe” e “Étnico-racial” pela criação da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial, incorporando os dois coletivos nesta Secretaria (APP - Sindicato, 2007b).

Durante a estruturação da Secretaria, o debate das questões relacionadas à orientação sexual foi pautado junto com gênero e com visibilidade, a partir da formação política sindical, nos cursos de formação. Assim, no XII Congresso da APP, em 2016, na cidade de Foz do Iguaçu, a Secretaria passou a ser chamada de Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT, incorporando esta temática.

Destaca-se, também, o trabalho feito junto com a CNTE e a instituição Internacional da Educação na América Latina (IEAL) na formação e nas ações específicas dentro do Programa Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS), que dialogou diretamente com pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O envolvimento de companheiros/as/es assumindo este debate e a construção do Coletivo LGBTQIAPN+ também foi fundamental (Santos, 2020).

Durante esse período, houve a ocupação da Presidência da APP por duas mulheres: Marlei Fernandes e Isolde Benilde Andreatta. Além disso, houve uma maior inserção da Marcha Mundial das Mulheres no coletivo e no Sindicato, intensificando o debate e a visibilidade do feminismo e das questões de gênero. Ambas

professoras/pedagogas na rede estadual de ensino no Paraná, feminista e lideranças no movimento sindical e social (APP - Sindicato, 2016).

Um resultado desta iniciativa, neste sentido, é a Secretaria de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBTQIAPN+ da APP - Sindicato, no Estado do Paraná, no Brasil, ativa desde 2012. Essa Secretaria é responsável por elaborar projetos e ações que visam combater a discriminação e a violência contra a população LGBTQIAPN+ nas escolas e na sociedade em geral. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de formação para professoras/es e demais profissionais da educação, com o objetivo de fomentar a discussão sobre gênero e diversidade sexual (Santos, 2020).

Estes projetos de formação buscam sensibilizar as/os/es profissionais da educação sobre as questões de gênero e diversidade sexual, promovendo a reflexão sobre os preconceitos e os estereótipos existentes e incentivando a adoção de uma postura crítica em relação às desigualdades e às violências sofridas pela população LGBTQIAPN+. Além disso, tais iniciativas contribuem para que as/os/es docentes estejam preparadas/os/es para lidar com as situações de discriminação e *bullying* nas escolas, orientando-as/os/es sobre como agir de forma a garantir um ambiente seguro e acolhedor para todas/os/es (Santos, 2020).

A formação sobre gênero e diversidade sexual não se restringe apenas aos/as/es professores/as e educadores/as, mas também deve alcançar os/as/es demais profissionais da educação, como as/os/es funcionárias/os/es da limpeza e da cozinha, por exemplo. Essas/es profissionais também estão presentes no cotidiano escolar e, portanto, podem contribuir para a construção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Dessa forma, os projetos de formação de professoras/es e profissionais da educação sobre gênero e diversidade sexual desenvolvidos por sindicatos como a APP - Sindicato têm sido fundamentais para a promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Ainda há muito a ser feito para que as escolas sejam espaços realmente seguros e acolhedores para a população LGBTQIAPN+, mas é inegável que a formação e a sensibilização das/os/es profissionais da educação são passos fundamentais neste processo.

O Caderno de Resoluções do V Congresso Estadual do APP - Sindicato, realizado em Curitiba em 1994, apresenta diversas Resoluções que tratam das

questões de gênero e diversidade sexual. Neste documento, o Sindicato se posiciona em defesa dos direitos humanos e da democracia e reconhece a luta contra a discriminação e a violência baseadas em gênero e orientação sexual (APP - Sindicato, 1994).

Uma das Resoluções apresentadas no Caderno trata, especificamente, da luta contra a discriminação homofóbica. Nesta Resolução, o Sindicato se compromete a desenvolver campanhas de conscientização sobre o tema e a pressionar o Estado a garantir a igualdade de direitos para pessoas de todas as orientações sexuais. Além disso, ele se posiciona contra qualquer tipo de violência ou opressão contra pessoas LGBTQIAPN+ e demais identidades de gênero e orientações sexuais) (APP - Sindicato, 1994).

Outra Resolução do Caderno de 1994 aborda a questão da educação sexual nas escolas. Nessa Resolução, o APP - Sindicato defende que a educação sexual deve ser tratada, de forma aberta e responsável, com o objetivo de prevenir a gravidez precoce e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e também de promover o respeito às diferenças e à igualdade de gênero e orientação sexual. O Sindicato ressalta o combate aos estereótipos e aos preconceitos de gênero presentes na sociedade e a promoção de uma educação sexual que seja inclusiva e respeitosa da diversidade (APP - Sindicato, 1994).

Igualdade de gênero refere-se ao princípio de tratar todos os indivíduos, independentemente de seu gênero, de maneira igual e justa, em todas as áreas da vida, incluindo direitos, oportunidades, remuneração, acesso a recursos e participação na tomada de decisões. A igualdade de gênero reconhece que homens, mulheres, pessoas transgênero e pessoas não binárias devem ter os mesmos direitos e mesmas oportunidades, assim como serem tratados com dignidade, respeito e liberdade para expressar sua identidade de gênero. A igualdade de gênero busca eliminar as desigualdades e as discriminações baseadas no gênero, que, historicamente, têm afetado mulheres e pessoas de outras identidades de gênero. Para Maria de Fátima Araújo (2005), isso inclui desafiar e combater estereótipos de gênero, preconceitos, violência de gênero, disparidades salariais, falta de representação em posições de liderança e acesso limitado à educação e serviços de saúde.

A orientação sexual refere-se ao padrão duradouro de atração emocional, romântica e/ou sexual de uma pessoa em relação a outras pessoas. A igualdade de orientação sexual busca eliminar a discriminação, o preconceito e a estigmatização que afetam pessoas com diferentes orientações sexuais, como homossexuais, bissexuais e pessoas que se identificam como *queer*, entre outras. Isso significa garantir que todas/os/es tenham os mesmos direitos, mesmas oportunidades e proteções legais, independentemente de sua orientação sexual. Além disso, a igualdade de orientação sexual busca promover a aceitação e a inclusão de pessoas LGBTQ+ na sociedade bem como garantir que tenham acesso a serviços de saúde adequados, educação inclusiva e proteção contra a violência e o assédio (Araújo, 2005).

O Caderno de Resoluções do V Congresso Estadual do APP - Sindicato trata da luta contra o machismo e a opressão de gênero. Nesta Resolução, o Sindicato reconhece que a opressão de gênero é uma questão estrutural da sociedade e deve ser combatida em todos os espaços, inclusive, na escola. O Sindicato se compromete a desenvolver campanhas de conscientização sobre a igualdade de gênero e a pressionar o Estado a adotar políticas públicas que promovam a igualdade entre homens e mulheres (APP - Sindicato, 1994).

Estas Resoluções de 1994 mostram o comprometimento do APP – Sindicato com as questões de gênero e diversidade sexual já há quase três décadas. A diversidade sexual abrange uma série de orientações sexuais, como homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, assexualidade e muitas outras. Cada uma dessas orientações sexuais representa diferentes formas de atração emocional, romântica e/ou sexual. Além disso, a diversidade sexual também engloba a variedade de identidades de gênero que existem além das categorias tradicionais de homem e mulher. Isso inclui pessoas transgênero, que têm uma identidade de gênero diferente daquela designada no nascimento, pessoas não binárias, que não se identificam, exclusivamente, como homem ou mulher, e pessoas com identidades de gênero fluidas cuja identidade de gênero pode mudar ao longo do tempo (Araújo, 2005).

Como se pode constatar na apresentação do Caderno de Resoluções do V Congresso:

[...] além das discussões de praxe, como a conjuntura política, o sindicalismo e a educação, pela primeira vez os educadores debruçaram-se sobre assuntos nunca antes debatidos. Criaram o item Temas Específicos para discutir cultura, questões de gênero, racial, da aposentadoria, saúde dos trabalhadores em educação, Aids, trabalho de crianças e adolescentes e homossexualidade (APP - Sindicato, 1994, p. 3).

O Caderno de Teses do VI Congresso Estadual do APP - Sindicato, realizado em Curitiba, em 30 de setembro de 1995, traz em seu capítulo sobre “Educação e Trabalho” algumas considerações sobre gênero e diversidade sexual. A Tese apresentada destaca a reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero presentes na sociedade e na educação bem como a necessidade de se reconhecer e respeitar as diversas formas de expressão da sexualidade (APP - Sindicato, 1995).

No texto, é mencionado que a educação é um espaço privilegiado para o combate às desigualdades de gênero, uma vez que é por meio dela que se pode desconstruir estereótipos e preconceitos e promover a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres. Além disso, é ressaltado que a escola precisa ser um espaço seguro e acolhedor para todos/as/es os/as/es estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (APP - Sindicato, 1995).

As Teses do APP - Sindicato também destacam a formação dos/as/es profissionais da educação para lidar com as questões de gênero e diversidade sexual, de forma adequada e sensível. Nesse sentido, propõem a inclusão desses temas nos currículos de formação inicial e continuada de professores/as e demais profissionais da educação, a fim de que possam atuar de forma mais consciente e responsável em relação a essas questões (APP - Sindicato, 1995).

Outro ponto abordado no texto é a necessidade de se garantir o respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual no ambiente escolar bem como a luta contra a discriminação e a violência baseadas em orientação sexual ou identidade de gênero. Para tanto, é sugerido que sejam criados mecanismos de proteção e de denúncia de casos de discriminação e violência, além da promoção de campanhas de conscientização e sensibilização para toda a comunidade escolar (APP - Sindicato, 1995).

O Caderno de Teses do VI Congresso Estadual do APP - Sindicato (1995) apresenta uma postura crítica e engajada em relação às questões de gênero e

diversidade sexual, defendendo a inclusão desses temas na educação e a formação adequada dos/as/es profissionais da área. Além disso, apresenta que se deve combater a discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIAPN+, referidas como homossexuais à época, no ambiente escolar, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas/os/es.

Este direcionamento pode ser encontrado nas seguintes Teses do referido Caderno:

82 – Lutar pelo fim de todas as formas de preconceitos, discriminações e violência contra a mulher. 83 – Organizar creches para os filhos dos profissionais em educação nos locais dos eventos realizados pela entidade. 86 – Organizar e ampliar aluta contra o racimo e todas as formas de discriminações. 88 – Introduzir no plano de formação sindical, fazendo a articulação entre o sindicalismo e as questões étnicas. 99 – Debater amplamente a homossexualidade com a categoria e nas escolas, a fim de combater a discriminação e a violência contra os homossexuais (APP - Sindicato, 1995, p. 82-83).

No Caderno de Resoluções do VII Congresso Estadual do APP - Sindicato, ocorrido em Curitiba, em 1996 (APP - Sindicato, 1996), há algumas menções sobre as questões de gênero e diversidade sexual. O documento apresenta a proposta de realização de um Seminário sobre Educação e Diversidade Sexual, em 1996 (que ocorreu nos moldes do que já fora feito em 1995, com a participação de educadoras/es de todo o Estado e representantes de várias entidades do Movimento Negro e do Fórum Popular de Mulheres, os quais formaram o Coletivo contra a Discriminação Racial e de Gênero da APP e lograram criar a Secretaria de Políticas Sociais) com o objetivo de discutir e construir políticas públicas que garantam o respeito às diferenças sexuais no ambiente escolar.

Além disso, o Projeto de Lei nº. 3.213, de 2021, afirma a necessidade de uma luta contra a discriminação de gênero e de orientação sexual, especialmente no ambiente escolar. O documento apresenta uma educação inclusiva que respeite a diversidade e combata qualquer forma de preconceito. Assim, tal projeto trata da questão da homofobia e defende a luta contra qualquer tipo de violência, opressão e discriminação relacionadas à orientação sexual (Brasil, 2021). Nesse sentido, é proposto o fortalecimento da luta pela garantia dos direitos da população LGBTQIAPAN+ e ações educativas que promovam a conscientização e o respeito à diversidade sexual (APP - Sindicato, 1996).

O Caderno de Resoluções apresenta uma preocupação com as questões de gênero e diversidade sexual no âmbito da educação. As Resoluções aprovadas no

Congresso reforçam a luta contra o preconceito e a discriminação e propõem ações educativas e políticas públicas que garantam o respeito às questões de gênero no ambiente escolar, como as que se observam a seguir:

2- Lutar pela institucionalização da mudança curricular a fim de que incorpore a temática racial e de gênero, não só em conteúdos específicos, mas perpassando todas as disciplinas e espaços da escola, tendo como perspectiva a construção do Plano Nacional de Educação, proposto a partir do I Coned. 3 – Discutir em todas as instâncias do sindicato – desde assembleias estaduais até as organizações por local de trabalho – as questões de gênero, raça, saúde, infância e adolescência, idosos e necessidades educacionais especiais. 4 – Inserir as questões sociais no programa de formação de formadores da APP-Sindicato. 7 – Promover na categoria a discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente (APP - Sindicato, 1996, p. 18-19).

Ao longo deste histórico da atuação do Sindicato em relação às questões LGBTQIAPN+ foi criado, em 2003, um grupo de trabalho para discutir e propor políticas de inclusão e combate à homofobia nas escolas (APP - Sindicato, 2011). Desde então, o Sindicato tem se engajado na luta pelos direitos LGBTQIAPN+ e pela promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso com a diversidade sexual e de gênero.

O APP - Sindicato tem um histórico de luta pela igualdade de gênero, raça e diversidade sexual, buscando sempre garantir direitos e ampliar a representatividade em seus espaços de atuação. Em 2007, no X Congresso Estadual da APP - Sindicato, realizado no ginásio da Associação Banestado, em Pontal do Paraná, foram criadas a Secretaria de Gênero e Igualdade Racial e a Secretaria de Saúde e Previdência, além de haver a reestruturação da Secretaria de Políticas Sociais (APP - Sindicato, 2007a). Esta mudança reorientou as funções dessas secretarias, possibilitando maior engajamento nas lutas e reivindicações das minorias (Santos, 2020).

Entre as pautas discutidas no X Congresso Estadual, destacaram-se a participação na Marcha Mundial de Mulheres<sup>12</sup>, o enfrentamento à violência contra a

---

<sup>12</sup> “A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional, que se iniciou em 2000, com a finalidade de realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres. Foi realizada, nesse ano, uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo, que se iniciou no Dia Internacional da Mulher, 8 de março e terminou em 17 de outubro, tomando por base o chamado ‘2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista’. Em 2000, 6 mil grupos de 159 países e territórios aderiram à Marcha Mundial das Mulheres e foi entregue documento com 17 pontos de reivindicação e assinado por mais de 5 milhões de pessoas apoiando as reivindicações das mulheres à ONU, em Nova Iorque. Com esse ato simbólico, foi finalizada a movimentação em 2000 e, oficialmente, dado o primeiro passo para o fortalecimento dessa rede de movimentos feministas internacionais implicados na Marcha Mundial das Mulheres”. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha\\_Mundial\\_das\\_Mulheres](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_Mundial_das_Mulheres). Acesso em: 24 maio 2023.

mulher pela divulgação da Lei Maria da Penha<sup>13</sup>, a luta pela reativação da Comissão Estadual contra a Discriminação Racial da CUT e a participação no Coletivo Nacional Antirracismo Dalvani Lellis da CNTE. Estas discussões nortearam as ações das secretarias na defesa dos direitos das minorias e combate à discriminação (APP - Sindicato, 2007a).

No XI Congresso Estadual, em 2013, houve a alteração do Estatuto, mudando o nome da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial para Secretaria de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Direitos LGBT. Esta mudança significativa evidencia a inclusão dos direitos LGBTQIAPN+ na luta do Sindicato e o compromisso em enfrentar preconceitos e discriminações presentes na sociedade (Santos, 2020).

Ainda no XI Congresso, houve a alteração do artigo referente à cota de gênero. O Artigo 201 passou a estabelecer que toda eleição ou indicação de sindicalizados deve ter, no mínimo, 50% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens. Esta medida foi uma conquista para aumentar a participação das mulheres nas instâncias de deliberação e representação, uma vez que elas são a maioria entre as/os/es filiadas/os/es ao APP - Sindicato (APP - Sindicato, 2011).

Apesar dos avanços nas discussões e práticas em prol da igualdade de gênero, raça e diversidade sexual, ainda há muito a ser feito. Vive-se um momento marcado por um ideário fundamentalista e fascista que pode causar um imensurável retrocesso em todas estas conquistas. É preciso continuar lutando e reforçando a inclusão e a diversidade, na sociedade e no Sindicato, garantindo a participação ativa em todos os espaços de atuação. A APP - Sindicato, como representante da categoria, deve continuar buscando a promoção da igualdade e a defesa dos direitos das minorias sociais, fortalecendo a união e a solidariedade entre todas/os/es as/os/es trabalhadoras/es.

A promoção da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica é um tema presente nos Cadernos de Teses do X e XI Congressos Estaduais da APP - Sindicato, realizados em 2007 e 2011, respectivamente. No X Congresso Estadual, é afirmado que “a

---

<sup>13</sup> A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Fonte: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

escola deve ser um espaço de promoção da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade, o que implica uma educação antirracista, antissexista e anti-LGBTQIAPN+fóbica”, sendo destacado que a educação é uma ferramenta para “a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de enfrentar todas as formas de opressão, discriminação e preconceito” (APP - Sindicato, 2007 p. 12).

Já no XI Congresso Estadual (APP - Sindicato, 2012 p. 15), é mencionada a necessidade de

[...] ‘garantir a promoção da diversidade sexual e combater a homofobia na escola’ com a implementação de políticas públicas e formação continuada para professoras/es e gestoras/es escolares. No referido documento, é destacado que a escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito às diferenças, em especial aquelas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero’.

No Caderno de Teses do XI Congresso, é enfatizado que a APP - Sindicato (2012 p. 42) deve “lutar pela efetivação da educação inclusiva e antidiscriminatória, combatendo o preconceito em todas as suas formas, inclusive, em relação à diversidade sexual e de gênero”. Além disso, é destacada a importância de “promover campanhas de conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero e combater a homofobia, bifobia e transfobia no ambiente escolar e na sociedade em geral” (APP - Sindicato, 2012, p. 42).

Portanto, é evidente que a APP - Sindicato tem se posicionado a favor da promoção da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, reconhecendo a escola como um espaço fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de enfrentar todas as formas de opressão, discriminação e preconceito. A luta pela efetivação da educação inclusiva e antidiscriminatória, a implementação de políticas públicas e formação continuada para professores/as e gestores/as escolares, além da promoção de campanhas de conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero, são algumas das medidas destacadas nos Cadernos de Teses dos Congressos da entidade.

Solange Ferreira dos Santos e Rosani do Rosário Moreira (2011) verificaram que, desde a criação da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP – Sindicato, em 2007, várias atividades vêm sendo desenvolvidas para promover uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica no âmbito da categoria de educadores/as da rede estadual de ensino. Essas atividades têm como objetivo contribuir para que

as/os/es trabalhadoras/es da educação compreendam as dimensões de gênero, diversidade sexual e do combate ao racismo na prática pedagógica.

O Curso de Formação da Secretaria, desenvolvido no âmbito do Programa de Formação da APP - Sindicato, envolveu, aproximadamente, setenta professores/as e funcionários/as/es da rede pública de ensino que exercem um papel fundamental na luta pela emancipação das mulheres, no combate à violência e às discriminações. Por estas formações, levadas adiante em conjunto com a Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), as/os/es educadoras/es são capacitadas/os/es para identificar e combater situações de discriminação, opressão e violência baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero em sala de aula (Santos; Moreira, 2011).

Além disso, a Secretaria também realizou palestras, oficinas e debates para disseminar informações e orientações para toda a categoria de educadoras/es, com o objetivo de promover uma cultura de respeito e inclusão. Estas atividades também buscam conscientizar os/as/es profissionais da educação sobre trabalhar com temas de diversidade em sala de aula, como forma de promover a cidadania e o respeito aos direitos humanos (Santos; Moreira, 2011).

A Secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP - Sindicato atuou em parceria com outras organizações e outros movimentos sociais que lutam pela igualdade de direitos, como a Marcha Mundial das Mulheres e o Coletivo Nacional Antirracismo Dalvani Lellis da CNTE. Estas parcerias permitem que a Secretaria amplie sua atuação e alcance cada vez mais profissionais da educação, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária (Santos; Moreira, 2011).

Apesar dos avanços conquistados pela Secretaria, ainda há muito a ser feito na luta contra a discriminação e a violência baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero. É fundamental que os/as/es profissionais da educação continuem se capacitando e se engajando nestas questões para que possam garantir uma educação inclusiva e transformadora, que respeite a diversidade e promova a igualdade de direitos para todas/os/es.

Como analisam Solange Ferreira dos Santos e Rosani do Rosário Moreira (2011), o Programa de Formação da APP - Sindicato tem sido um instrumento na luta por uma educação mais inclusiva e democrática, pela promoção da conscientização sobre as questões de gênero, diversidade sexual e combate ao racismo entre os/as/es profissionais da rede estadual de ensino. Atualmente, foi

ampliada a parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus Paranavaí.

A abordagem das questões de gênero na escola é essencial, já que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para a construção de identidades e manifestações sociais relacionadas a este tema e, como assinalam Solange Ferreira dos Santos e Rosani do Rosário Moreira (2011), a conscientização sobre gênero e diversidade sexual por parte de professoras/es, alunas/os/es, supervisoras/es e demais funcionários/as/es para a manutenção e transformação das relações sociais estabelecidas na escola e, conseqüentemente, na sociedade em geral.

Para que uma educação inclusiva e democrática seja alcançada, é necessário que as/os/es trabalhadoras/es em educação estejam engajadas/os/es nesta luta. Dessa forma, a formação proposta pelo Programa de Formação da APP - Sindicato buscou capacitar e sensibilizar as/os/es profissionais para que possam atuar, de forma mais crítica e consciente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Santos; Moreira, 2011).

Além disso, o Programa buscou não apenas discutir e conscientizar quanto às questões de gênero e diversidade sexual, mas também promover ações concretas para o combate à discriminação e à violência. Por exemplo, em parceria com outras organizações, a APP - Sindicato tem organizado ações de denúncia e combate ao bullying homofóbico nas escolas, buscando conscientizar alunos/as/es e professores/as quanto ao respeito à diversidade sexual (Santos; Moreira, 2011).

Ademais, as discussões sobre gênero e diversidade sexual também devem ser incorporadas ao cotidiano das escolas, visando à formação de sujeitos mais conscientes e críticos em relação a estas questões. Nesse sentido, Solange Ferreira dos Santos e Rosani do Rosário Moreira (2011) avaliaram que o Programa de Formação da APP - Sindicato tem cumprido um papel na luta por uma educação mais justa e igualitária, pela promoção da conscientização e ações práticas de combate à discriminação e violência.

Como observam Solange Ferreira dos Santos e Rosani do Rosário Moreira (2011), existe a necessidade urgente de políticas públicas no Paraná para garantir igualdade de oportunidades entre gêneros, independentemente de orientação sexual, identidade cultural e raça. Assim,

evidencia-se no Estado do Paraná a necessidade de promoção de políticas públicas que garantam oportunidades iguais para mulheres e homens independente de sua orientação sexual, identidade cultural, identidade de gênero e pertencimento racial. A realidade escolar mostra-se obscura em relação a esta temática, observa-se a necessidade de estudos, pesquisas, debates e aprofundamentos específicos sobre o tema (Santos; Moreira, 2011, p. 4).

A Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato tem como objetivo contribuir para que os/as/es trabalhadores/as da educação compreendam as dimensões de gênero, da diversidade sexual e do combate ao racismo, a partir da práxis pedagógica (APP - Sindicato, 2011).

Além disso, a Secretaria de Gênero, Etnia e Diversidade, da APP - Sindicato busca fortalecer a atuação da categoria de educadoras/es da rede estadual de ensino no enfrentamento e na superação do capitalismo, racismo, machismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e homofobia. Para tanto, desenvolve diversas atividades, como cursos, seminários, palestras e oficinas, que visam promover a educação anti-LGBTQIA+fóbica e ampliar a compreensão da diversidade sexual e de gênero (Santos, 2016).

A atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato é uma ferramenta para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática, que respeite a diversidade e valorize a diferença. A promoção da educação anti-LGBTQIA+fóbica não é uma tarefa simples, já que, muitas vezes, as/os/es educadoras/es enfrentam resistência e preconceito por parte de colegas, alunas/os/es e familiares.

Nesse sentido, é preciso que haja uma articulação política entre os/as/es trabalhadores/as da educação, as instituições formadoras e a sociedade em geral para a construção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa. A Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato tem um papel central neste processo, atuando como agente de transformação social e de promoção da igualdade e da justiça.

Eduardo André Marques (2014) aborda a promoção da diversidade sexual no ambiente escolar como uma forma de garantir o respeito aos direitos humanos e à cidadania. Apresenta a necessidade de superar os preconceitos e as discriminações que afetam a população LGBTQIAPN+, a partir de ações educativas que valorizem a diversidade e o respeito à diferença. Para tanto, a escola precisa ser um espaço

que acolha as diferenças, valorize a diversidade e combata todas as formas de discriminação.

Nesse sentido, a atuação da Secretaria de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBTQIAPN+ da APP - Sindicato tem como objetivo contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação. Por meio de atividades de formação e sensibilização, a Secretaria busca promover a reflexão sobre as questões de gênero, diversidade sexual e combate ao racismo, a partir da práxis pedagógica. Dessa forma, a Secretaria tem contribuído para que os/as/es trabalhadores/as da educação compreendam como valorizar a diversidade e promover a inclusão no ambiente escolar, como forma de garantir o respeito aos direitos humanos e à cidadania (APP - Sindicato, 2011).

O artigo de Eduardo André Marques (2014) reforça a atuação de organizações, como a antiga Secretaria de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBTQIAPN+ da APP - Sindicato na promoção da diversidade sexual nas escolas, por uma educação comprometida com a valorização da diversidade e o respeito à diferença, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite os direitos humanos e a cidadania de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura (2016) abordam a necessidade de uma pedagogia que considere as questões de gênero e sexualidade, de forma mais ampla e inclusiva, com o objetivo de combater a discriminação e o preconceito nas escolas. Nesse sentido, a atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT promove a formação de professoras/es e funcionários/as/es da rede pública de ensino para compreenderem as dimensões de gênero, diversidade sexual e combate ao racismo na prática pedagógica. Além disso, a Secretaria também luta pela inclusão de conteúdos sobre gênero e sexualidade nos currículos escolares e pela garantia de um ambiente escolar seguro e livre de discriminação para estudantes LGBTQIAPN+.

André Luiz Paiva dos Santos (2017/2018) destaca que uma Pedagogia *Queer*<sup>14</sup> não se trata apenas de incluir temas relacionados à diversidade sexual nos currículos escolares, mas também de repensar a estrutura e a organização das escolas, as relações de poder presentes no ambiente escolar e as práticas pedagógicas. Isso implica uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre as normas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade e pela cultura escolar, de modo a criar um ambiente mais inclusivo e diverso para estudantes e trabalhadores/as da educação.

Nesse sentido, a atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT é essencial para a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa com a diversidade. A formação de professoras/es e funcionárias/os/es da rede pública de ensino, bem como a luta pela inclusão de conteúdos relacionados à diversidade sexual nos currículos escolares, são ações fundamentais para a construção de uma pedagogia mais inclusiva e crítica, que considere as múltiplas formas de ser e de se expressar.

As políticas públicas de promoção da diversidade sexual na educação brasileira têm sido objeto de avanços e desafios significativos ao longo dos anos. A garantia de uma educação inclusiva e não discriminatória para todas as pessoas, independentemente da orientação sexual ou da identidade de gênero, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Camila dos Passos Roseno e Janaína Guimarães da Fonseca Silva (2017), estas políticas têm se tornado cada vez mais relevantes no contexto educacional brasileiro, especialmente diante do avanço do conservadorismo representado pelo movimento “Escola Sem Partido”<sup>15</sup>. Esta corrente busca restringir

---

<sup>14</sup> Para Sandramor do Amaral Ferreira (2019), a Pedagogia *Queer* é um campo de estudo que se concentra na análise e na crítica das normas de gênero e sexualidade dentro dos sistemas educacionais. Esta abordagem pedagógica procura desafiar as noções tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, promovendo ambientes educacionais inclusivos e respeitosos para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou sua identidade de gênero.

<sup>15</sup> Na segunda-feira (16), de setembro de 2019, o Legislativo do Paraná rejeitou o Projeto de Lei 606/2016, conhecido como “Escola Sem Partido” ou “PL da Mordaça”, aprovado por Ricardo Arruda (PSL) e Felipe Franschini (atual vice-governo). Deputados paranaenses debateram, reiteradamente, o PL desde seu lançamento, em 2016, por meio de comissões internas, desistências de votos e divergências técnicas de órgãos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Regional de Educação. Como enfatizou o diretor da APP - Sindicato e conselheiro do CEE, o Escola Sem Partido deve lutar não só no parlamento, mas também nas áreas de discussão, além disso, grande quantidade de notícias falsas levou, até certo ponto, à criação de notícias falsas nas escolas públicas do Paraná.

e controlar a discussão de temas relacionados à diversidade sexual nas escolas, dificultando a implementação de políticas e práticas inclusivas.

Nesse contexto, a atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT torna-se fundamental na promoção de uma educação que respeite a diversidade sexual e de gênero. A Secretaria realiza diversas atividades de formação, seminários em parcerias com os/as/es universidades públicas do Paraná, debates e aprofundamentos sobre o tema para professores/as e funcionários/as/es da rede pública de ensino, contribuindo na formação de qualidade e ampliando o conhecimento para a construção de uma educação mais inclusiva e livre de preconceitos.

Mariana Barbosa de Souza (2022) apresenta o reconhecimento das demandas específicas das populações LGBTQIAPN+ na educação, como a necessidade de se discutir sobre gênero e sexualidade nas escolas e a inclusão destas pautas nos currículos escolares. Nesse sentido, a APP - Sindicato se alinha com esta demanda, buscando garantir que a diversidade sexual e de gênero seja abordada, de forma adequada, nas escolas. Como também se devem combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ na escola, por meio de políticas e ações afirmativas. A APP - Sindicato também atua nesse sentido, promovendo ações de combate à violência e à discriminação, além de estimular a construção de ambientes escolares mais acolhedores e seguros para a comunidade LGBTQIAPN+. Assim, ressalta-se a promoção da diversidade sexual na educação brasileira e a atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT como uma das iniciativas relevantes para a construção de uma educação mais inclusiva e não discriminatória.

O artigo “Os sindicatos no enfrentamento à homofobia e à transfobia: desafios e possibilidades na atual conjuntura”, de Vitor Gomes da Silva Lopes e Lívia Barbosa Cavalcante (2020), traz reflexões sobre o papel dos sindicatos na luta contra a discriminação e a violência contra a população LGBTQIAPN+, no contexto atual. O estudo é sobre a atuação dos sindicatos que trabalham na defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ nos ambientes de trabalho e no contexto educacional, ressaltando a necessidade de promoção de debates e formações para combater a homofobia e a transfobia. O autor e a autora mencionam que os sindicatos podem contribuir para o enfrentamento dessas questões, por meio da criação de comissões

de diversidade sexual, que atuem na promoção da igualdade e no combate à discriminação nos locais de trabalho (Lopes; Cavalcante, 2020).

Esta perspectiva está em consonância com a atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato, que tem como objetivo promover políticas públicas e ações afirmativas que visem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Secretaria atua na formação e na capacitação de professoras/es para lidar com questões de diversidade sexual e de gênero nas escolas, na promoção de eventos e nas campanhas de conscientização e na luta contra a discriminação e a violência contra a população LGBTQIANP+.

Assim, o artigo de Vitor Gomes da Silva Lopes e Lívia Barbosa Cavalcante (2020) contribui para fortalecer a atuação dos sindicatos na promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade, mostrando como esta perspectiva está presente na atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato.

O artigo de José Quirino Pinheiro e Ana Carla Conceição Pereira (2017) trata da relação entre educação, sindicalismo e diversidade sexual, a partir de um estudo realizado com o projeto “Educação de qualidade para todos e todas”. O autor e a autora argumentam que os sindicatos têm um papel na promoção da diversidade sexual nas escolas, por meio de ações que incluem a formação de professores/as e a luta por políticas públicas inclusivas.

A atuação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato está em sintonia com estas ideias, já que a Secretaria trabalha para promover a igualdade de gênero e a inclusão de pessoas LGBTQIANP+ na educação. Por meio de projetos e iniciativas que envolvem a formação de professores/as e a sensibilização da comunidade escolar, a Secretaria busca combater a discriminação e a violência baseadas em gênero e orientação sexual nas escolas, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo.

A luta sindical na educação pode ser relacionada diretamente à promoção de um ensino anti-LGBTQIANP+fóbico, uma vez que os sindicatos podem atuar como agentes de conscientização e mobilização tanto entre seus membros quanto na sociedade em geral, em defesa dos direitos LGBTQIANP+. Segundo Cláudio André de Freitas e Eduardo Furlanetto (2015), os sindicatos têm um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, atuando não só em defesa

dos direitos das/os/es trabalhadoras/es, mas também na defesa dos direitos humanos. Além disso, José Quirino Pinheiro e Ana Carla Conceição Pereira (2017) denotam que os sindicatos devem promover uma educação inclusiva e livre de preconceitos. Segundo o autor e a autora, o projeto “Educação de Qualidade para Todos e Todas”, desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB - Sindicato), busca “a construção de uma escola plural, democrática e que respeite as diferenças de gênero, orientação sexual, raça e etnia, entre outras” (Pinheiro; Pereira, 2017, p. 2).

Vitor Gomes da Silva Lopes e Lívia Barbosa Cavalcante (2020) também enfatizam a atuação dos sindicatos na luta contra a homofobia e a transfobia, especialmente diante dos desafios da atual conjuntura política da ampla retirada de direitos sociais, com o sucateamento das políticas públicas, reformas de destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários, houve um grande avanço do conservadorismo e fundamentalismo. As manifestações de LGBTIfobia ganharam força e fizeram aumentar os índices de violência, legitimadas pela política de Estado. Isso porque a redução dos organismos institucionais e das políticas públicas se justificam, por parte do governo, pela escolha política baseada nos conceitos morais e religiosos. Segundo Vitor Gomes da Silva Lopes e Lívia Barbosa Cavalcante (2020, p. 32), “os sindicatos devem se posicionar na defesa dos direitos LGBTQIAPN+, assim como fazem em relação a outras questões políticas, econômicas e sociais”.

Por fim, Mariana Barbosa de Souza (2017) escreve sobre a promoção da diversidade sexual nas políticas públicas de educação e ressalta que essa promoção deve envolver os sindicatos. Segundo o autor, “os sindicatos de trabalhadores em educação devem ser parceiros na construção de políticas educacionais inclusivas e antidiscriminatórias, que promovam a diversidade sexual e o respeito às diferenças” (Sousa, 2017, p. 138).

Dessa forma, pode-se ver que os sindicatos têm um papel na promoção de um ensino anti-LGBTQIAPN+fóbico, atuando não só na defesa dos direitos dos/as/es trabalhadores/as, mas também na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma educação inclusiva e livre de preconceitos.

Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato tem uma atuação relevante nesse sentido, buscando sensibilizar e mobilizar os/as/es educadores/as e a sociedade em geral para a luta contra a discriminação e o preconceito. No entanto, apesar das conquistas, os desafios persistem. Ainda há

muito a ser feito em termos de igualdade de gênero, igualdade racial e direitos LGBTQIAPN+. O machismo ainda é uma força poderosa na sociedade, e a luta por igualdade e justiça continua.

O coletivo de gênero, raça e classe foi uma conquista da APP, mas a história deve ser revisitada e reavaliada à luz das mudanças políticas e sociais que ocorreram desde então. O movimento feminista e o ativismo pelos direitos LGBTQIAPN+ continuam a evoluir e a se adaptar a novos desafios, sendo imprescindível que a APP se mantenha atualizada e atenta a estas mudanças. Além disso, vale lembrar que a luta por igualdade e justiça não se limita apenas às questões de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero. Há muitas outras formas de opressão e desigualdade que afetam os/as/es trabalhadores/as, como a discriminação por idade, deficiência, classe social e outras características.

Por isso, é crucial que a APP continue a trabalhar em conjunto com outros movimentos sociais e sindicais para combater todas as formas de opressão e discriminação. Somente pela solidariedade e pela união pode-se esperar alcançar um mundo mais justo e igualitário para todas/os/es.

Em resumo, graças aos esforços das/os/es ativistas e militantes da APP, muitos avanços foram alcançados na luta por igualdade e justiça. No entanto, os desafios persistem e há muito trabalho a ser feito para garantir que a luta continue avançando em direção a um mundo mais justo e igualitário para todas/os/es. As Secretarias de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBT em sindicatos têm como objetivo promover a igualdade de gênero e raça bem como garantir os direitos e a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho e na sociedade em geral.

Entre as iniciativas que podem ser realizadas por estas secretarias, estão: a promoção de campanhas de conscientização sobre questões de gênero e raça; a organização de debates e seminários sobre estes temas; a produção de material informativo para distribuição às/aos/es trabalhadoras/es; o apoio a projetos de inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar; a luta contra a discriminação e o assédio no ambiente de trabalho, entre outras ações.

Além disso, a Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP - Sindicato pode buscar parcerias com outras organizações e entidades para ampliar suas atividades e ter mais alcance em suas ações. Esta parceria pode envolver ONGs, movimentos sociais, instituições de ensino, sindicatos e outras entidades que

tenham afinidade com as pautas defendidas pela Secretaria. Assim, a atuação das secretarias envolve uma série de iniciativas para promover a igualdade e a inclusão no ambiente de trabalho e na sociedade em geral.

Estas iniciativas podem variar de acordo com as demandas e as necessidades locais, mas têm como objetivo comum garantir a proteção e a promoção dos direitos de pessoas de diferentes identidades de gênero, raça e orientações sexuais.

### 3 EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO SINDICAL

A discussão acerca das questões de gênero, sexualidade e orientação sexual no contexto educacional tem se mostrado fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. No entanto algumas referências teóricas apontam para a existência de práticas educacionais que reforçam a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+.

A questão da discriminação e preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+fóbica é uma preocupação que permeia diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Para discutir esta problemática, faz-se necessário recorrer a referências teóricas que embasem a compreensão destas questões. Nesse sentido, este texto apresentará algumas contribuições, utilizando citações indiretas das referências bibliográficas listadas a seguir.

Lucimar da Luz Leite (2020), em sua Tese de Doutorado intitulada “Marcas da religião na educação: gênero, sexualidade e formação docente”, explora a influência da religião na formação de docentes e sua relação com questões de gênero e sexualidade na educação. A autora destaca como algumas perspectivas religiosas podem promover visões negativas e preconceituosas em relação à diversidade sexual, afetando diretamente o ambiente escolar.

Jean Pablo Guimarães Rossi (2020) aborda em sua Dissertação de Mestrado “Gênero e educação em tempos de Escola sem Partido: compreensões de educadoras em debate” as implicações do movimento “Escola sem Partido” na educação, e como esta ideologia pode contribuir para a disseminação de uma perspectiva conservadora que reforça estereótipos de gênero e exclui discussões sobre diversidade sexual do ambiente escolar.

Berivalda de Jesus do Prado Sachi (2006), em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Orientação Sexual na Educação Infantil”, destaca a abordagem de questões relacionadas à orientação sexual desde a Educação Infantil, buscando promover o respeito à diversidade e combater a LGBTfobia desde cedo. A autora argumenta que a Educação Infantil é uma fase crucial para a formação de valores e atitudes das crianças em relação à diversidade.

Já, Eliane Rose Maio (2011b) contribui para a discussão apresentando em um capítulo do livro “Corpo, Gênero e Sexualidade” intitulado “Gênero, educação sexual

no espaço escolar, priorizando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)”, reflexões acerca da importância de incluir a educação sexual e discussões sobre diversidade sexual nos primeiros anos de escolaridade. A autora destaca que uma educação inclusiva e respeitosa deve abordar a diversidade de gênero e sexualidade para criar um ambiente mais acolhedor e seguro para todos os estudantes. Em outro trabalho, “O nome da coisa”, Eliane Rose Maio (2011a) discute como a utilização adequada dos termos relacionados à diversidade sexual pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva. Ao utilizar terminologias corretas e respeitosas, a autora defende que a escola pode evitar reforçar estigmas e preconceitos em relação à comunidade LGBTQIAPN+fóbica.

De acordo com Lucimar da Luz Leite (2020), a religião exerce influência no ambiente escolar, podendo refletir-se na educação, de forma negativa, quando se trata de questões de gênero e sexualidade. Esta presença religiosa pode contribuir para a perpetuação de preconceitos e estereótipos que marginalizam a diversidade sexual. A autora destaca uma formação docente que promova a reflexão sobre as crenças e valores pessoais, buscando construir práticas educativas mais inclusivas.

Outro estudo relevante é o de Jean Pablo Guimarães Rossi (2020), que analisa o impacto do movimento “Escola sem Partido” nas discussões de gênero e educação. Esse movimento, que se propõe a combater a suposta “doutrinação ideológica” nas escolas, pode restringir a abordagem de temas relacionados à diversidade sexual, resultando em uma educação pautada na omissão e no silêncio. Essa abordagem tende a reforçar a invisibilidade e a discriminação contra indivíduos LGBTQIAPN+.

Berivalda de Jesus do Prado Sachi (2006) contribui para a discussão ao abordar a orientação/educação sexual na Educação Infantil. O trabalho destaca a promoção de ações educativas que respeitem a diversidade desde a infância, desconstruindo estereótipos de gênero e valorizando o respeito às diferentes formas de amar e se relacionar. A autora ressalta que uma abordagem sensível e adequada às diferentes fases do desenvolvimento infantil é essencial para construir uma educação não discriminatória.

As obras de Eliane Rose Maio (2011a, 2011b) complementam o debate, com enfoque à educação sexual no ambiente escolar. A autora argumenta que a falta de uma educação sexual abrangente e inclusiva pode contribuir para a perpetuação de

preconceitos e mitos sobre sexualidade, gerando uma educação que reforça estereótipos e discriminação. Por uma abordagem crítica e sensível, a educação sexual pode ser uma ferramenta para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade sexual.

Diante das referências teóricas apresentadas, é possível perceber que a Educação Anti-LGBTQIAPN+fóbica é uma realidade que ainda precisa ser enfrentada e superada. Pela formação docente e a promoção de uma educação inclusiva e do debate sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas, é possível avançar na construção de um ambiente educacional que respeite e acolha a diversidade sexual, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Dinah Quesada Beck e Bianca Salazar Guizzo (2013), a crítica pós-estruturalista desempenha um papel produtivo no campo da educação ao se opor a abordagens prescritivas e reguladoras, direcionando o foco para o processo de significação e considerando as indeterminações e as incertezas como formas alternativas de pensar e problematizar o objeto de investigação. Esta perspectiva reconhece a possibilidade de produzir conhecimento ao apresentar respostas provisórias e temporárias.

No âmbito dos Estudos Culturais, a institucionalização deste campo é apontada por Dinah Quesada Beck e Bianca Salazar Guizzo (2013) como tendo ocorrido na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, na década de 1960. No entanto, outros pesquisadores, como Jesús Martín-Barbero e Claudia Barcelos (2000) e Néstor Garcia Canclini (2003), argumentam que os estudos nesta vertente culturalista já eram realizados antes desse período, o que mostra que sua origem não pode ser precisamente determinada em termos geográficos e teóricos.

Os Estudos de Gênero, por sua vez, constituem um campo interdisciplinar que busca compreender as identidades de gênero, as relações de poder e as construções sociais relacionadas ao gênero. De acordo com Judith Butler (2015), esta abordagem teórica reconhece que ele não é algo fixo e binário, mas, sim, uma construção social que varia, culturalmente, e ao longo do tempo.

Dentro dos Estudos de Gênero, a perspectiva pós-estruturalista tem sido amplamente utilizada para analisar as formas como as normas de gênero são produzidas, mantidas e contestadas. Judith Butler (2015) destaca a fluidez, a

performatividade e a contingência das identidades de gênero, questionando as categorias binárias de masculinidade e feminilidade.

No contexto da pesquisa sobre a efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT e as ações do APP - Sindicato, a abordagem pós-estruturalista dos Estudos Culturais e de Gênero é especialmente relevante, uma vez que permite uma análise aprofundada das práticas discursivas e das relações de poder que moldam as políticas educacionais e influenciam a criação de ambientes escolares inclusivos. Esta perspectiva teórica ajuda-nos a compreender como as normas sociais e as representações culturais são produzidas e como podem ser transformadas para promover uma educação que respeite e acolha a diversidade sexual e de gênero.

Ao dialogar com estas referências, espera-se que esta Dissertação de Mestrado alcance uma compreensão aprofundada da história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT na APP-Sindicato. A análise destes aspectos possibilitará uma reflexão mais abrangente sobre os desafios enfrentados e os avanços alcançados na promoção da igualdade de direitos e na representatividade das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, a pesquisa possibilitou uma discussão sobre as políticas inclusivas e a conscientização dos/as/es educadores/as para a criação de ambientes de trabalho mais inclusivos, acolhedores e respeitosos para todas/os/es as/os/es colaboradoras/es.

Neste íterim, esta Dissertação busca explorar a história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT na APP – Sindicato, por meio de um arcabouço teórico embasado nos Estudos Culturais, de gênero e na perspectiva pós-estruturalista. As referências selecionadas fornecem suporte para a compreensão das marcas da religião na educação, as abordagens sobre políticas em relação a gênero e sexualidade, sobre a educação sexual desde a infância e o papel da escola na promoção da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

O estudo tem como objetivo pesquisar a história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT, a partir de cinco entrevistas com membros da APP - Sindicato, que colaboraram neste sentido. A perspectiva teórica adotada permitiu analisar, criticamente, as práticas discursivas e as relações de

poder que moldam as políticas educacionais, visando contribuir para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para a comunidade LGBTQIAPN+.

Na presente seção, discutem-se diversas referências teóricas da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, buscando compreender os desafios e as necessidades inerentes a uma abordagem inclusiva e respeitosa no ambiente escolar. As obras analisadas trouxeram contribuições valiosas para a reflexão sobre como a discriminação e o preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+ têm se manifestado no contexto educacional e como podem ser enfrentados.

Lucimar da Luz Leite (2020) destacou a influência da religião na formação docente e nas concepções acerca de gênero e sexualidade. É imprescindível que a educação se conscientize sobre se respeitar a pluralidade de crenças religiosas, mas também se atente para que estas crenças não sirvam de justificativa para práticas discriminatórias, garantindo, assim, a igualdade de tratamento e oportunidades para todos os estudantes.

Jean Pablo Guimarães Rossi (2020) trouxe à tona a relevância de se questionar o movimento “Escola sem Partido” e suas possíveis influências negativas na promoção de estereótipos de gênero e exclusão de discussões sobre diversidade sexual. A escola, enquanto espaço de formação de cidadãos/ãs, deve estar aberta ao diálogo e à diversidade de ideias, garantindo um ambiente plural e respeitoso, livre de preconceitos.

Berivalda de Jesus do Prado Sachi (2006) enfatizou a necessidade de abordar a orientação sexual desde a Educação Infantil, período crucial para a construção dos valores e atitudes das crianças. É essencial que a educação se comprometa a disseminar uma cultura de respeito e valorização da diversidade, desde os primeiros anos de aprendizado, visando a uma sociedade mais inclusiva e consciente de seus direitos e deveres.

Eliane Rose Maio (2011b) ressaltou a inclusão da educação sexual e da discussão sobre diversidade de gênero e sexualidade no currículo escolar. Estas práticas podem contribuir para a formação de uma consciência crítica nos/as/es estudantes, capacitando-os/as/es a combaterem a LGBTfobia e a construir relações mais respeitadas e empáticas na sociedade.

Portanto, diante das discussões teóricas abordadas nas referências bibliográficas, a educação necessita reafirmar o seu compromisso com a promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual e combate à discriminação e ao preconceito. Educadoras/es têm um papel crucial na desconstrução de estereótipos e na formação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Maio, 2011b). Nesse sentido, é imprescindível que as instituições de ensino desenvolvam ações e políticas efetivas para tornar a escola um espaço seguro e acolhedor para todos/as/es, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Compreender e abordar as questões da diversidade sexual na educação é um passo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos (Sachi, 2006). Pela educação, pode-se cultivar valores de respeito e empatia, fortalecendo, assim, os laços sociais e construindo um futuro mais inclusivo e plural (Rossi, 2020). Que as reflexões apresentadas nesta Seção possam servir de alicerce para ações concretas e transformadoras no campo da educação anti-LGBTQIAPN+fóbica.

Muito mais do que as reivindicações pelos direitos das minorias, adotadas pelos movimentos sociais, as controvérsias sobre a diversidade sexual, hoje em voga, ocupam posições na agenda de programas de televisão, rádio, jornais, revistas e redes sociais na internet em decorrência das quais o assunto se populariza e é tratado sob os mais diversos ângulos. Na esfera política, estes debates geram discursos e polêmicas eleitorais. Em relação à religião, estas discussões também aparecem no púlpito de muitas igrejas. Para Márcia Ondina Vieira Ferreira e Luciano Pereira dos Santos (2014), no campo científico, é investigada há muito tempo nas ciências biológicas e nas últimas décadas, é conhecida a difusão de estudos que tratam da sexualidade entre pesquisadores das ciências humanas e sociais.

Particularmente, no que diz respeito à educação no Brasil, este debate tem sido caracterizado por progressos e retrocessos. Contudo as inquietações decorrentes da pressão social sobre as questões da sexualidade não fogem ao cotidiano escolar e estão presentes todos os dias na vida de alunos/as/es e professores/as não heterossexuais.

A escola como espaço público de aprendizagem e socialização, ao longo da história, se pauta acerca de novas distinções que foram feitas, classificando os sujeitos de acordo com etnia, gênero e classe social e contribuindo para a

preservação das normas sociais dominantes que incluem diferentes condições. Dessa forma, o ambiente escolar marginaliza e exclui os/as/es alunos/as/es que não cumprem os padrões normativos heterossexuais (Ferreira; Santos, 2014).

No Brasil, as mulheres sindicalistas se aproximaram do feminismo a partir das décadas de 1970 e 1980. Este processo foi impulsionado por um campo comum de luta, que uniu militantes feministas e sindicalistas que se tornavam sensíveis às lutas das mulheres (Costa, 2018). As mulheres sindicalistas e feministas compartilhavam a busca pela igualdade e pelos seus direitos delas. Elas estavam em movimentos de naturezas diversas, mas se identificavam na luta por um mundo mais justo e equitativo para si (Costa, 2018). A aproximação entre as duas lutas resultou em uma série de mudanças no movimento sindical brasileiro. As mulheres sindicalistas passaram a pressionar as lideranças para fortalecer os processos e os mecanismos de filiação feminina, abrir espaços na representação sindical e constituir departamentos femininos (Costa, 2018).

Segundo Sandra Unbehaum, Sílvia Cavasin e Thais Gava (2010), a maioria dos cursos introdutórios de formação de professoras/es não inclui ofertas sobre os temas sexualidade e educação sexual, pois denotam dificuldades gerais para os/as/es professores/as trabalharem com tais capacidades em suas aulas, manutenção de uma cultura sexual escolar que dessexualiza disciplinas e espaços, descaso com a educação sexual baseada na prevenção de ISTs/AIDS e gravidez na adolescência, outros aspectos relacionados à sexualidade humana, como as relações de gênero, a dimensão do prazer dos sentimentos e emoções, dos direitos sexuais e reprodutivos.

Apesar de as temáticas relativas à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero não serem priorizadas na formação inicial docente, elas fazem parte de algumas iniciativas de formação continuada fomentadas, principalmente, pelo governo federal (Santos, 2016). Esta dinâmica é significativa, pois sinaliza que o governo federal reconheça estas temáticas para a formação docente. No entanto ressaltam-se que a ênfase das políticas recai sobre a formação continuada, ainda que a maioria das formações iniciais não tenha sequer mencionado essas temáticas (Santos, 2016).

Isso pode ser interpretado como um “caráter compensatório” que pode ser atribuído às experiências de formação continuada. Ou seja, a formação inicial não

prepara os/as/es professores/as para lidar com a diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero, e a formação continuada é oferecida para compensar essa lacuna (Santos, 2016). No entanto, esta dinâmica também pode ser interpretada como uma oportunidade para que as/os/es professoras/es desenvolvam conhecimentos e habilidades nestas áreas. A formação continuada pode ser um espaço para que elas/es reflitam sobre suas próprias concepções sobre gênero e sexualidade, e para que aprendam a lidar com a diversidade no ambiente escolar (Santos, 2016).

As/Os/Es docentes, como profissionais da educação, têm um papel fundamental na promoção da diversidade e da inclusão no ambiente escolar. São responsáveis por criar um ambiente seguro e acolhedor para os/as/es alunos/as/es, independentemente de sua orientação sexual ou sua identidade de gênero. Assim, devem estar cientes de seus próprios princípios éticos e valores morais bem como dos conhecimentos específicos sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Estes também precisam estar regulados por um currículo que promova a inclusão e o respeito à diversidade (Santos, 2016).

Tais temas também tangenciam outra discussão que se enquadra nas questões de gênero, sexualidade e esclarecimento das condições ligadas ao corpo e aos limites individuais, sendo elas os diversos tipos de abusos que as crianças possam vir a sofrer sem a orientação adequada. O abuso sexual infantil é uma forma grave de violência que pode ter consequências devastadoras para a saúde física e mental da criança. Os danos podem ser físicos, como lesões genitais ou infecções sexualmente transmissíveis, ou emocionais, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e suicídio. Em alguns casos, segundo Gisiane Maria Vasconcelos Marques, Mayara Soares Brito Teles e Georgia Maria Melo Geijão (2012), o abuso sexual infantil pode levar ao desenvolvimento de distúrbios alimentares, ao uso de substâncias ou a comportamentos autodestrutivos.

Segundo Rhayane Lourenço Silva (2009), o abuso sexual foi uma das formas de atendimento em delegacias mais comuns, com 44% dos casos ocorrendo em crianças de 0 a 9 anos, em anos anteriores. Consequentemente, o abuso sexual infantil é considerado um problema de saúde pública no Brasil, devido à sua alta taxa de incidência.

Para Elaine da Silva Nantes e Thais Carolina Ferreira (2017) a/o/e psicóloga/o/e tem um papel fundamental no combate ao abuso sexual infantil. Por sua formação e experiência, pode oferecer apoio e orientação às vítimas e suas famílias, ajudando-as a lidar com o trauma e a reconstruir suas vidas. O acolhimento é um dos aspectos mais importantes do trabalho da/o/e psicóloga/o/e com vítimas de abuso sexual infantil. A vítima precisa se sentir segura e confortável para falar sobre o que aconteceu, sem julgamentos ou culpabilizações. E essa/e profissional deve criar um ambiente de confiança e empatia para que a vítima possa se sentir à vontade para expressar seus sentimentos e pensamentos. O objetivo é ajudar a vítima a retomar sua vida de forma saudável e plena (Nantes; Ferreira, 2017).

Conforme apresenta Izabele Balbinotti (2008), a violência é, atualmente, uma das principais questões da sociedade que se manifesta das mais variadas maneiras e entre os mais diversos públicos. A questão que será levantada será a da violência sexual contra crianças, avaliada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das maiores questões de saúde pública.

O histórico de violência sexual contra crianças no Brasil é longo e triste. Os/As/Es portugueses/as, quando chegaram ao Brasil, trouxeram consigo a cultura da exploração sexual de crianças. Crianças pobres e órfãs eram recrutadas para servir as esposas dos portugueses, e muitas delas eram abusadas sexualmente (Silva, 2009). Essa violência sexual continuou a ocorrer ao longo da história do Brasil. Na época da escravidão, crianças negras eram frequentemente abusadas sexualmente pelos seus senhores. Na época da República, crianças pobres eram abusadas sexualmente por membros da classe média e alta (Silva, 2009).

Um estudo sobre violência sexual feita por Renato Rodovalho Scussel, Simone Costa Resende da Silva, Cristina Ferreira Vitalino, Cristina Benvindo Nunes, Eustáquio Coutinho e Viviane Amaral dos Santos (2005) é uma forma útil de entender os diferentes tipos de abuso. A violência sexual não envolvendo contato físico pode ser tão prejudicial quanto a violência sexual envolvendo contato físico. No entanto, outra categorização é o abuso sexual envolvendo contato físico, caracterizado pelo contato com o corpo e órgãos genitais da criança com penetração de objetos, polegares ou órgãos genitais e contato oral com os órgãos genitais da vítima. Além da classe descrita, há também violência sexual seguida de violência

física envolvendo estupro envolvendo crueldade e agressão e, em alguns exemplos, matando uma criança (Nantes; Ferreira, 2017).

Após este breve hiato, sobre as formas de dominação do corpo que ocorrem muito cedo, já na infância, pode-se voltar ao que nos dizem os/as/es autores/as sobre a sexualidade e a ideia de sexo, que em muito tangencia este silenciamento dos indivíduos desde muito cedo. As normas regulatórias do gênero são importantes para a construção da ideia de sexo. De acordo com Judith Butler (2000), o sexo não é uma entidade natural ou essencial, mas é construído por meio de práticas discursivas que reiteram modos de ser e de se comportar, produzindo os corpos no sentido de atender a uma matriz heterossexual.

Esta experiência de não se identificar com as normas regulatórias do gênero é comum a pessoas que se identificam como transgêneras ou não binárias. Essas pessoas podem enfrentar discriminação e violência por não se encaixar nos padrões de gênero hegemônicos. A desconstrução das normas regulatórias do gênero é importante para a promoção da igualdade e da justiça social. Ao se questionar essas normas, pode-se revelar sua artificialidade e seu caráter opressor (Butler, 2000).

O sexo, portanto, não é uma entidade natural ou essencial, mas é construído por meio de práticas regulatórias. Essas práticas reiteram modos de ser e de se comportar, produzindo os corpos no sentido de atender a uma matriz heterossexual (Butler, 2000). A afirmação de que o sexo é um ideal regulatório tem implicações para a compreensão da identidade de gênero. Se o sexo é construído por meio de práticas regulatórias, então, a identidade de gênero também pode ser construída (Butler, 2000). A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) afirma que o conceito de interseccionalidade tem contribuído, teoricamente, para que as/os/es pesquisadoras/es trabalhem as opressões de gênero, raça, sexualidade, classe, entre outros, no sentido de visibilizar pessoas vulneráveis a mais de uma forma de opressão.

Para Nilma Lino Gomes (2017), a interseccionalidade é uma ferramenta que serve para a compreensão das desigualdades sociais. Ao analisar as diferentes formas de opressão de forma interseccional, pode-se compreender como elas se relacionam e como podem afetar a vida das pessoas. Nesse sentido, a interseccionalidade também é uma ferramenta para a promoção da justiça social. Ao se reconhecer as diferentes formas de opressão, pode-se desenvolver políticas e

ações que sejam mais inclusivas e que atendam às necessidades das pessoas que são mais vulneráveis (Gomes, 2017). O racismo é uma forma de opressão que se baseia na ideia de que existem raças superiores e inferiores. Essa ideia é construída socialmente e é reforçada por uma série de instituições, como a família, a escola, a mídia e o Estado (Gomes, 2017).

Originalmente, estes termos não eram classes identitárias e serviam para definir um espaço social, um lugar. Eram atribuições que visavam constituir relevâncias sociais baseadas num processo de dominação e associadas, segundo Aníbal Quijano (2005), a hierarquias e funções sociais. Para esse autor, a construção do conceito de raça surgiu a partir do contato entre os/as/es invasores/as europeus/ias e a população estadunidense, no século XVI, quando se chocaram o formato do nariz e da boca etc., e diferenças culturais foram postas como pretexto para supostas diferenças biológicas, o que coloca alguém em condição natural de inferioridade em relação aos/às demais (Quijano, 2005).

Stuart Hall (2003) argumenta que a raça é uma construção social, pois não existe uma base biológica ou genética para as diferenças raciais, porque elas são diferenças culturais e sociais que foram construídas ao longo da história. No entanto também afirma que a raça preserva resquícios de um componente biológico. Isso ocorre porque ela foi utilizada para justificar a escravidão, a exploração e a discriminação racial. Estas práticas discriminatórias foram baseadas na ideia de que as raças são naturalmente diferentes e que as raças inferiores devem ser subjugadas pelas raças superiores.

O movimento negro argumenta que a raça não é uma categoria natural, mas, sim, uma construção social que foi utilizada para justificar a desigualdade e a discriminação racial. No entanto o movimento negro também argumenta que a raça pode ser uma categoria política, que pode ser utilizada para promover a igualdade racial e a justiça social (Gomes, 2012). O movimento negro também atenta ao fato de que o vocábulo “negro” não é pejorativo, mas, sim, um termo que pode ser utilizado para afirmar a identidade negra. Defende que as pessoas negras devem ter orgulho de sua raça e de sua cultura (Gomes, 2012).

A ressignificação da categoria raça e do vocábulo “negro” tem servido para a construção de identidades étnico-raciais, coletivas e individuais. Essas identidades servem para que as pessoas negras possam se reconhecer e se afirmar como parte

de uma comunidade (Gomes, 2012). Contudo, as identidades étnico-raciais, coletivas e individuais também são primordiais para a luta contra o racismo. Quando as pessoas negras se reconhecem como parte de uma comunidade, elas têm mais força para resistir ao racismo e para exigir seus direitos (Gomes, 2012). Portanto, entende-se que estas questões, de sexualidade, gênero, etnia, imbricam-se, sendo necessárias discussões também plurais que englobam todas estas formas de violência e silenciamento desses corpos.

Por fim, analisa-se que a abordagem de educação, gênero e sexualidade no contexto sindical são fundamentais para a construção de ambientes de trabalho mais justos e inclusivos. A junção destas temáticas no âmbito sindical demanda a sensibilização e a formação dos membros, e a implementação de políticas e práticas concretas que assegurem a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A educação emerge como uma ferramenta fundamental para desafiar estereótipos, combater a discriminação e promover a compreensão mútua.

## 4 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os elementos relacionados ao processo de concepção, planejamento e execução da pesquisa realizada, que teve como objetivo geral pesquisar a história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT a partir de cinco entrevistas com membros da APP - Sindicato, que colaboraram neste sentido.

Os objetivos específicos são analisar as ações e as políticas desenvolvidas pelo APP - Sindicato para promover uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica no Estado do Paraná; verificar a efetividade das ações e políticas na promoção de um ambiente escolar seguro e inclusivo para estudantes e profissionais LGBTQIAPN+; investigar os desafios e as limitações enfrentados pelo APP - Sindicato na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica tanto internamente quanto em parceria com outras organizações e outros movimentos sociais, e analisar a relação do APP - Sindicato com outras instituições e outros órgãos governamentais na promoção de uma educação inclusiva para a diversidade sexual e de gênero.

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, utilizando como principal técnica a realização de entrevistas semiestruturadas com membros da APP - Sindicato envolvidos na luta pela efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT. A escolha dessa abordagem se deu pelo fato de que o objetivo era compreender as perspectivas, as experiências e as percepções dos/as/es entrevistados/as/es sobre as ações e as políticas desenvolvidas pelo sindicato.

Realizaram-se entrevistas individuais com cinco membros da APP - Sindicato, selecionadas/os/es de forma intencional com base em seu envolvimento e conhecimento sobre a luta LGBTQIAPN+. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. Além das entrevistas, utilizaram-se fontes documentais, como documentos produzidos pela APP - Sindicato, materiais de divulgação e relatórios de atividades para complementar a análise e contextualizar as ações e as políticas da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT. A análise dos dados foi realizada de forma indutiva, buscando identificar temas recorrentes, relações e padrões nas respostas dos/as/es entrevistados/as/es. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram usados artigos, livros, revistas, resumos e e-Books. Contudo, ressalta-se que, visando aumentar o número de dados e

informações captados para melhor compreensão acerca do tema, foram utilizadas as bases de dados do: portal Periódicos Capes, Science Direct, Scielo, Google Acadêmico e Anvisa, proporcionando maiores informações e aprofundamento do objeto de estudo.

Ressaltam-se algumas limitações desta pesquisa. Em primeiro lugar, o estudo se baseou em entrevistas com membros da APP - Sindicato, o que pode ter influenciado os resultados, uma vez que os/as/es entrevistados/as/es podem ter interesses e perspectivas específicas relacionadas à organização sindical.

Além disso, a pesquisa se concentrou nas ações e políticas desenvolvidas pela APP - Sindicato no Estado do Paraná, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos geográficos ou organizacionais. Outra questão é o fato de que a pesquisa se baseou, principalmente, em relatos e percepções das pessoas entrevistadas, não incluindo outras perspectivas, como a das/os/es profissionais da educação ou das/os/es estudantes. Tal perspectiva pode gerar possibilidade de abertura para novos estudos futuros.

#### **4.1 Instrumentos de produção dos dados**

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica exploratória, levando em consideração o catálogo de teses e dissertações presentes na plataforma Capes. Nela, foram encontrados, por meio de termos-chave, como: “sindicalismo em educação” or “LGBT+”; “APP-sindicato” or “LGBT+”, apenas um trabalho, que foi o de Santos (2020), voltado ao seu Doutorado em Educação. Por isso, também foi usado uma delimitação denominada Dados Abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual conta com temas relacionados à educação, exclusivamente, além de ser possível pesquisar apenas por teses e dissertações do tema estudado, assim, foi constatado que, no ano de 2020, as pesquisas com os termos-chave: “sindicalismo em educação” (1 registro); LGBT+ (7 registros); APP - sindicato (1 registro). Contudo, não se verificou nenhum estudo voltado à APP - sindicato, a educação e LGBT+ ou anti-LGBTQIAPN+fóbica.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo utilizando o questionário e a entrevista semiestruturada como instrumentos de produção de dados, comumente utilizados em pesquisas nas Ciências Humanas, buscando-se

obter informações sobre a história da efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT, por meio de entrevistas com membros da APP - Sindicato, que colaboraram neste sentido.

O questionário foi utilizado como uma técnica de investigação que consiste em um conjunto de questões respondidas, por escrito, pelos entrevistados. Segundo Gil (2008), o questionário é usado para obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos presentes ou passados.

O questionário apresenta vantagens e limitações, como explicam Antonio Carlos Gil (2008), Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2019). Entre as vantagens, destacou-se que não exige treinamento para sua aplicação, garante o anonimato das/os/es entrevistadas/os/es, possibilita a escolha do momento e do local de preenchimento, o que diminui a resistência em participar e evita a influência das opiniões dos/as/es pesquisadores/as/es, resultando em dados mais confiáveis. As limitações incluem a exclusão de pessoas que não sabem ler e escrever, a possibilidade de perguntas sem respostas e a falta de garantia de devolução dentro do prazo estabelecido, o que pode prejudicar o cronograma da pesquisa e a representatividade da amostra.

Iniciou-se o processo de contato com os/as/es participantes, por meio de ligações telefônicas, estabelecendo uma comunicação prévia para explicar os objetivos da pesquisa e garantir sua participação voluntária. Posteriormente, foram organizados encontros presenciais, conforme a disponibilidade e a preferência dos membros da APP - Sindicato, em que foram conduzidas as entrevistas semiestruturadas. Esta abordagem permitiu uma aproximação inicial, estabelecendo uma base de confiança antes das entrevistas e apresentou um ambiente propício para a coleta de informações detalhadas sobre a história e a efetivação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT.

Para complementar o questionário, utilizou-se a entrevista semiestruturada (Apêndice C), que nos permitiu aprofundar as questões presentes nele. Segundo Marconi e Lakatos (2019), a entrevista é um encontro entre duas pessoas em que uma obtém informações, por meio da conversação. Escolheu-se a entrevista como instrumento de produção de dados devido à sua eficiência em pesquisas qualitativas e a possibilidade de obter dados mais detalhados sobre o objeto de pesquisa.

Informa-se que a pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (COPEP), da UEM, e foi aprovada sob o nº 6.240.694 da CAAE 68459423.0.0000.0104, conforme o Anexo A.

A entrevista semiestruturada possibilita que o/a/e entrevistador/a/e explique as perguntas de forma detalhada e as adapte às características do/a/e entrevistado/a/e às circunstâncias da entrevista, evitando que as perguntas sejam mal compreendidas ou respondidas de forma equivocada ou superficial. Além de manter as respostas e os comportamentos verbais e não verbais do/a/e mesmo/a/e, buscando aprofundar-se em determinados pontos relevantes para a pesquisa.

A escolha da entrevista semiestruturada permitiu-nos flexibilidade para explorar temas e questões específicas, ao mesmo tempo em que se manteve uma estrutura geral para garantir a consistência das informações obtidas. Dessa forma, conseguiu-se obter dados mais ricos e contextuais sobre a atuação da APP - Sindicato na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica.

Ao realizar as entrevistas, buscaram-se membros representativos da APP - Sindicato, incluindo aqueles/as envolvidos/as/es diretamente com a implementação de ações e políticas voltadas para a diversidade sexual e de gênero. Procurou-se garantir uma amostra diversificada em termos de gênero, tempo de filiação à APP - Sindicato, áreas de atuação e envolvimento com questões relacionadas à educação LGBTQIAPN+.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento essencial para garantir a participação voluntária e informada dos indivíduos em uma pesquisa já realizada. O TCLE está anexado no Apêndice A do protocolo da pesquisa. Os/As/Es participantes foram convidadas/as/es a participar de entrevistas individuais, que puderam ocorrer tanto por meio da Plataforma Zoom quanto pessoalmente, de acordo com a disponibilidade de cada um/a/e. Durante as entrevistas, os/as/es participantes tiveram a oportunidade de explicar quaisquer dúvidas relacionadas à metodologia do estudo.

Ressalta-se que a pesquisa abordava questões sensíveis relacionadas à violência, o que poderia gerar algum desconforto. No entanto reafirma-se o compromisso de que todas as perguntas seriam formuladas com respeito e consideração, garantindo aos/às/es participantes a liberdade de recusar-se a

responder ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalização.

Em relação aos benefícios, esperava-se que a realização desta pesquisa possibilitasse a abertura de debates e discussões sobre os temas abordados, estimulando novos níveis de compreensão. Quanto às garantias mínimas, reforça-se o compromisso em evitar quaisquer danos previstos aos/às/es participantes, adotando todas as medidas necessárias para garantir sua segurança e bem-estar ao longo da pesquisa.

Após a coleta de dados, realizou-se uma análise qualitativa, buscando identificar padrões, tendências e *insights* relevantes para responder aos objetivos específicos da pesquisa. Utilizaram-se técnicas de codificação e categorização dos dados, identificando temas emergentes e os relacionando às ideias e aos conceitos relevantes.

Ressaltou-se que, devido à natureza qualitativa da pesquisa e à utilização de uma amostra específica de membros da APP - Sindicato, os resultados obtidos não podem ser generalizados para toda a população. No entanto eles fornecem *insights* sobre a atuação da APP - Sindicato e contribuem para uma compreensão mais aprofundada das ações e dos desafios enfrentados na promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, no Estado do Paraná.

Nesta análise, explorou-se os dados apresentados nos Quadros 2 e 3, que fornecem informações sobre as características demográficas, identidades, formações acadêmicas e experiências docentes das pessoas entrevistadas. Ao examinar esses dados, pode-se obter *insights* sobre a diversidade do grupo de entrevistados/as/es e sua *expertise* como profissionais da educação. Pela análise dos dados gerais das pessoas entrevistadas no Quadro 2, pode-se observar suas características demográficas, religiões, identidades de gênero e cor/etnia, proporcionando um contexto amplo para compreender suas perspectivas (Apêndice C).

O questionário aplicado nesta pesquisa buscou coletar informações sobre diferentes aspectos relacionados à identidade dos/as/es participantes. A primeira pergunta aborda a identidade de gênero, oferecendo opções, como homem cisgênero, mulher cisgênero, mulher transgênero, homem transgênero, travesti, não-binária, intersexo e a possibilidade de escolher “outro” e especificar a identidade de gênero.

Em seguida, as/os/es participantes foram questionadas/os/es sobre sua autoidentificação racial, com opções, como branca/o, parda/o, preta/o, amarela/o, indígena, ou a possibilidade de escolher “outra” e especificar sua raça. A idade das/os/es participantes foi solicitada na terceira pergunta, com o objetivo de ter um panorama da faixa etária do grupo pesquisado. A religião das/os/es participantes foi abordada na quarta pergunta, oferecendo opções, como católica, evangélica, espírita, ausência de religião (ateu/ateia) e a possibilidade de escolher “outra” e especificar a religião seguida.

As perguntas seguintes referiam-se ao nível de educação das/os/es participantes, solicitando informações sobre seu curso superior e se possuíam pós-graduação, com opções de especialização, Mestrado e Doutorado. Além disso, solicitou-se a área de estudo da pós-graduação. O tempo de atuação na área da educação foi abordado na pergunta sete, buscando compreender a experiência dos/as/es participantes neste campo. Em seguida, perguntou-se sobre a jornada de trabalho em horas semanais, e oferecidas opções de turno (manhã, tarde e noite).

Por fim, os/as/es participantes foram questionados/as/es se já pertenceram ou pertencem à direção sindical da APP - Sindicato, com opções de núcleo sindical e direção estadual. Caso tenham tido esta experiência, solicitou-se o período de gestão sindical e a função desempenhada. Também se ofereceu a opção para aquelas/es que não foram dirigentes.

O objetivo deste questionário foi obter informações abrangentes sobre a identidade de gênero, raça, idade, religião, formação educacional, experiência na área da educação e envolvimento sindical dos/as/es participantes, proporcionando uma visão mais completa e diversificada do grupo pesquisado.

Iniciou-se apresentando dados gerais das pessoas entrevistadas, conforme segue no Quadro 2:

Quadro 2 – Dados gerais das pessoas entrevistadas

<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Religião</b>	<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Cor</b>
ERP	37 anos	Católica	Homem cisgênero	Branca
PLURAL	75 anos	Ateu	Não se encaixa nestas denominações todas	Branco
LIBERDADE	58 anos	Não tenho	Mulher cis	Branca
LUTER	56 anos	Não tenho	Homem cisgênero	Preto
VIVER	53 anos	Católica	Homem cisgênero	Preto

Fonte: o autor.

Com base nestas informações, pode-se inferir que a pesquisa abrangeu um grupo diversificado de entrevistados/as/es em termos de idade, religião e cor/etnia. Esta diversidade pode fornecer *insights* sobre as opiniões e as perspectivas das pessoas entrevistadas em relação a determinados assuntos. Levou-se em consideração estas diferentes características ao analisar os dados coletados e interpretar os resultados da pesquisa.

São pessoas com idades entre 37 e 75 anos, pessoas atuantes ainda, e outras já aposentadas. Sobre a posição religiosa, tem-se um contingente de duas pessoas católicas, uma atea e duas que relatam não ter religião. São três pessoas de cor branca e duas pretas e, em relação à identidade de gênero, quatro se denominam cisgênero e uma declara que “não se encaixa nessas denominações todas”.

No Quadro 3, há dados referentes à formação e à jornada de trabalho das/os/es entrevistadas/os/es:

Quadro 3 – Dados da formação e experiência docente dos/as/es entrevistados/as/es

Pseudônimo	Curso Superior	Pós-Graduação	Tempo de Atuação	Jornada de Trabalho
ERP	Nutrição e Licenciatura em Artes Visuais	Especialização Gastronomia	8 anos	40 horas/semanais
PLURAL	Ciências Sociais Bacharelado e Licenciatura	Especialização em gênero, raça e diversidade na UFPR litoral	34 anos	Entre 40 e 60 horas
LIBERDADE	Licenciatura e Bacharelado em química	Políticas públicas na área da educação	27 anos	40 horas/semanais
LUTER	Ciências Econômicas e Matemática	Especialização em consultoria econômica de empresas e especialização em educação matemática	25 anos	40 horas/semanais
VIVER	Licenciatura em Matemática e Ciências e Bacharelado em Direito	Pós-graduação em Matemática, em História e cultura africana, afro-brasileira, educação em ações afirmativas no Brasil; Pós-graduação em direito público do Estado e Mestrado em Ensino	33 anos	40 horas/semanais

Fonte: o autor.

Pode-se inferir, pois, que os/as/es entrevistados/as/es possuem formações acadêmicas diversas, com especializações e pós-graduações relevantes para suas áreas de atuação. Além disso, a variação no tempo de atuação e nas jornadas de

trabalho podem influenciar a perspectiva e a experiência das/os/es entrevistadas/os/es como docentes. Esta diversidade de formações e experiências pode enriquecer as análises e as reflexões sobre o ensino e a educação, fornecendo uma visão multifacetada e abrangente.

#### **4.2 Método de tratamento, análise e interpretação dos dados**

De acordo com as teorias pós-críticas, como os Estudos Culturais e de Gênero, não existe uma metodologia estruturada específica para conduzir pesquisas. Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2019) explicam que os/as/es pesquisadores/as/es constroem suas próprias metodologias, buscando inspiração em diferentes fontes e estabelecendo seus objetos de estudo, questões de pesquisa, procedimentos e ideias. Este processo envolve a utilização de diferentes disciplinas, articulações e estratégias metodológicas.

Para organizar, tratar e analisar os dados da pesquisa, utilizou-se a análise categorial temática, uma modalidade da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). A Análise de Conteúdo busca obter conhecimentos sobre as condições de produção/recepção das mensagens, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo. Destaca, ainda, que essa análise oscila entre objetividade e subjetividade, permitindo à/ao /e pesquisador/a/e utilizar operações analíticas adaptadas ao material e à questão de pesquisa.

A Análise de Conteúdo oferece ao analista um conjunto de operações analíticas para enriquecer os resultados e alcançar uma interpretação final fundamentada (Bardin, 2016). Ela não se limita a técnicas preestabelecidas, mas dá liberdade ao/à/e pesquisador/a/e para adaptar as operações analíticas às especificidades do material a ser analisado.

Neste estudo, optou-se pela análise categorial temática, que é reconhecida como uma técnica indicada para a organização, o tratamento e a análise de dados qualitativos, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Laurence Bardin (2016) explica que a categorização é uma operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto, reunindo-os em categorias de acordo com critérios previamente definidos. Assim, as reivindicações foram agrupadas em componentes, levando em consideração a natureza das reivindicações. Os componentes foram organizados em categorias, seguindo a classificação elaborada

por Néstor Garcia Carissimi (2016). Seis grandes categorias abarcam as diversas reivindicações: carreira, condições de trabalho, saúde e previdência, política educacional e direitos trabalhistas.

## 5 DIALOGANDO COM OS/AS/ES INTERLOCUTORES/AS DA PESQUISA

Para realizar a organização, o tratamento e a análise dos dados, seguem três etapas propostas por Laurence Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. A pré-análise envolve um contato intenso com os dados coletados, visando estabelecer um esquema preciso para as operações subsequentes. Na fase de exploração do material, realizaram-se operações de codificação, decomposição ou enumeração, de acordo com regras previamente formuladas para alcançar o núcleo de compreensão dos dados.

Optou-se por conduzir as entrevistas pela Plataforma *Zoom*, e foi feita a gravação de cada uma delas. Após a conclusão das entrevistas, o tempo foi dedicado para ouvir atentamente cada gravação, selecionando partes relevantes que se apresenta e se discute no texto subsequente. Estas partes selecionadas das entrevistas são incluídas aqui, em sequência, a fim de oferecer *insights* e evidências diretas coletadas durante o processo de pesquisa. A utilização das transcrições das entrevistas enriquece o conteúdo deste texto, permitindo a inclusão das perspectivas reais e experiências compartilhadas pelas/os/es participantes. Destacamos que todas as informações divulgadas são tratadas com confidencialidade e respeito, preservando a privacidade e o anonimato das/os/es participantes.

Conforme Antonio Carlos Gil (2008), a categorização dos dados facilita a análise ao estruturar o material de forma mais acessível e sistemática, tornando viável a identificação de *insights* para as análises. Além disso, a organização em categorias e subcategorias permite visualizar padrões e tendências que poderiam passar despercebidos em uma análise superficial, fornecendo informações para a formulação de hipóteses e a geração de novos conhecimentos.

Outro benefício é a criação de uma estrutura conceitual sólida para a interpretação dos dados. As categorias e subcategorias ajudam os/as/es pesquisadores/as a entender as relações entre os diferentes elementos estudados e fornecem uma base para a construção de contextos e modelos explicativos. Além disso, a categorização dos dados reduz a complexidade do material coletado, tornando-o mais manejável e compreensível, especialmente em pesquisas qualitativas. Esta organização ajuda a sintetizar as informações de maneira coerente (Gil, 2008).

A organização também possibilita a comparação dos resultados com outros estudos semelhantes ou a investigação de relações com variáveis específicas, contribuindo para a generalização e a contextualização dos achados (Gil, 2008).

Por fim, a organização rigorosa dos dados em categorias e subcategorias facilita a transparência do processo de análise, permitindo que outros/as/es pesquisadores/as possam verificar e replicar os resultados. Isso é essencial para a validade externa e a confiabilidade das conclusões (Gil, 2008).

Quadro 4 – Questões de roteiro utilizadas na análise dos dados da pesquisa

Questões	
1.	Como e quando iniciou a participação no Sindicato?
2.	Qual a sua relação com a Secretaria de Direitos LGBTQIAPN+? Comente sobre o processo histórico desta Secretaria.
3.	Qual a relação entre a atividade sindical e a escola, em sua prática pedagógica?
4.	Na sua opinião, as/os docentes estão preparadas/os para tratar de temas, como identidades de gênero e diversidade sexual em sala de aula? Por quê? Dê exemplos.
5.	A entidade desenvolve ações de combate ao sexismo e LGBTQIAPN+fobia no trabalho docente? Quais? Exemplos: formação sindical, debates, cursos, seminários etc.
6.	Colocar em pauta discussões sobre diversidade sexual na escola e direitos LGBTQIAPN+s ocasiona algum entrave na relação escola e sindicato? Quais as principais dificuldades das/os docentes detectadas pelo sindicato no tratamento do tema da diversidade sexual na sala de aula?
7.	De que forma a atuação do Sindicato pode influenciar a realidade da diversidade sexual no ambiente escolar? E na sociedade?

Fonte: o autor.

Para a organização e a interpretação dos dados coletados na pesquisa, selecionam-se fragmentos das entrevistas, como mostra o Quadro 4. Os resultados são apresentados na sequência:

### 5.1 Como e quando iniciou a participação no Sindicato?

Analisando as respostas dos sujeitos em relação à sua participação no Sindicato, pode-se observar algumas semelhanças e diferenças nas experiências e nas trajetórias de cada um.

Conforme ERP:

Em 2009 eu comecei a trabalhar como agente educacional II em uma Escola do Campo no município de General Carneiro e lá conheci os dirigentes regionais da APP Sindicato, prof. Lucio e prof. Jaile que me convidaram para participar do curso de formação em Gênero, Relações Étnico Raciais e Direitos LGBT.

No caso da primeira resposta, ERP iniciou sua participação no Sindicato em 2009, quando começou a trabalhar como Agente Educacional II em uma escola. Foi pelo convite de dirigentes regionais da APP - Sindicato que se envolveu no curso de formação em Gênero, Relações Étnico-Raciais e Direitos LGBTQIAPN+. Essa resposta destaca o fato de que a participação no Sindicato ocorreu mais recentemente e foi motivada pela interação com as/os/es dirigentes e por um curso de formação específico.

Para PLURAL:

Comecei na década de 70, quando comecei a lecionar no Estado. Trabalhava como CLT no ensino de primeira à quarta. Fui nas chamadas para passeatas para melhoria do salário. O sindicato era chamado de associação dos professores e tinha o I O na direção. Tínhamos uma direção chamada de pelega e eu me juntei com um grupo de ativistas, professores que queriam tirar a associação das mãos dos reacionários pelegos. Me lembro da Z, R, M, M, S e outros. Conseguimos ganhar as eleições no nome do P M. Não era exatamente de esquerda, mas era um nome que a categoria aceitava. Ficamos com Paulo Maia, me parece que duas gestões e continuei na luta junto com os companheiros.

PLURAL relata ter iniciado sua participação no Sindicato na década de 1970, quando começou a lecionar no Estado. Ele menciona que o Sindicato, na época, era chamado de “associação dos professores” e descreve um contexto em que havia uma direção chamada de “pelega” e um grupo de ativistas que queria tirar a associação das mãos dos/as/es reacionários/as/es pelegos/as/es. Este relato demonstra uma experiência mais antiga de participação no Sindicato, com ênfase nas lutas salariais e na mudança de direção sindical.

De acordo com LIBERDADE:

Foi a primeira escola que eu trabalhei quando eu fiz o concurso, mil novecentos e noventa e oito, faz tempo já, e foi uma colega, uma professora que trabalhava comigo na escola, ela era professora de língua portuguesa, e ela que me convidou para assistir algumas reuniões do Sindicato e com o tempo eu fui em algumas reuniões, achei interessante e ela me convidou primeiro para ser representante da escola junto ao sindicato, representante de base, e aí eu iniciei nos primeiros anos eu era representante de base, aí eu ia nas reuniões, passava os informes, quando os colegas tinham alguma reivindicação para levar nas reuniões que eram semanais ou a cada quinze dias, mas quando tinham as reuniões eu participava representando a minha escola.

LIBERDADE relata que começou sua carreira no magistério no final de 1997 e, desde então, teve uma aproximação com a APP - Sindicato. Ele menciona que se sindicalizou e atuou como base, participando de debates e seminários promovidos pelo Sindicato. Além disso, destaca a discussão de temas, como gênero, raça, classe e sexualidade. Esta resposta demonstra um envolvimento contínuo com o Sindicato desde o início da carreira, engajando-se em debates e discussões sobre questões sociais relevantes.

LUTER afirma que iniciou a

[...] carreira no magistério no final de noventa e sete e início de noventa e oito em Londrina e desde o início já tive essa aproximação com a APP - Sindicato, me sindicalizei e passei a atuar na APP como base, eu estava em uma escola e eu participava dos debates que eram apresentados pela APP, no período em que a gente estava discutindo (inaudível), daí tinham os seminários, eu me inseri nesses debates pela APP e a gente foi fazendo a discussão e junto com isso, também, já nesse período a gente já começou a fazer discussões de gênero, raça, classe e junto com isso aí também a gente já fazia sobre as questões de gênero, questão de sexualidade e tudo mais.

Relata, assim, ter iniciado sua participação no Sindicato quando começou a lecionar, ainda na faculdade, em 1988. Ele menciona que se sindicalizou logo em seguida e se tornou representante de escola. Em 1992, fez parte da chapa eleita para a direção estadual da APP - Sindicato. Esta resposta evidencia um envolvimento precoce no Sindicato, engajando-se como representante de escola e, posteriormente, fazendo parte da direção sindical.

Para VIVER,

quando eu comecei a lecionar, eu iniciei as primeiras aulas ainda na faculdade no ano de oitenta e oito, depois do trinta de agosto de oitenta e oito, final de oitenta e oito e aí logo em seguida eu já me sindicalizei, aí em oitenta e nove eu comecei a participar como representante de escola e noventa e dois eu fiz parte da chapa que foi eleita para a direção estadual da APP - sindicato, a chapa do grupo OPA (Oposição dos Professores em Ação) que iniciou uma verdadeira mudança na estrutura sindical da APP - sindicato.

Analisando as respostas em conjunto, pode-se perceber que todos os indivíduos têm em comum o fato de terem iniciado sua participação no Sindicato logo após começarem a lecionar. Além disso, todos/as/es mencionam seu envolvimento em atividades sindicais, como participação em reuniões, representação de escola e

participação em debates e discussões promovidos pelo Sindicato. No entanto as motivações e os contextos específicos de cada participante variam, incluindo convites de dirigentes sindicais, lutas salariais, discussões sobre questões de gênero e raça, e busca por mudanças na estrutura sindical.

Os relatos apresentados revelam experiências e vivências distintas de educadores/as em relação ao envolvimento com a APP - Sindicato, trazendo à tona discussões relacionadas ao papel da entidade sindical no âmbito educacional. A partir das referências bibliográficas apresentadas, é possível analisar os relatos à luz de diferentes perspectivas teóricas sobre gênero, sexualidade, educação e formação docente.

No primeiro relato, denominado ERP, a professora destaca o convite para participar de um curso de formação em Gênero, Relações Étnico Raciais e Direitos LGBT, realizado pelos/as/es dirigentes regionais da APP-Sindicato. Este episódio demonstra a atuação da entidade sindical na promoção de debates e discussões sobre questões de gênero e diversidade sexual na educação, alinhando-se com a abordagem teórica proposta por Lucimar da Luz Leite (2020), que enfatiza a compreensão das marcas da sua influência nas práticas educacionais relacionadas a gênero e à sexualidade.

Já no relato intitulado PLURAL, o educador narra sua participação em movimentos sindicais, nas décadas de 1970 e 1980, buscando retirar a associação de professoras/es das mãos de dirigentes consideradas/os/es “pelegas/os”<sup>16</sup>. Este relato ressalta a relevância da atuação sindical na luta por melhorias salariais e representatividade dos professores.

No relato intitulado LIBERDADE, a educadora descreve como foi convidada a participar das reuniões do Sindicato, tornando-se representante de base de sua escola. Este relato destaca o papel da APP - Sindicato na representação e na mobilização dos/as/es profissionais da educação, possibilitando que a voz dos/as/es docentes seja ouvida e suas reivindicações sejam levadas em consideração nas decisões políticas. Isso se relaciona com a perspectiva de Eliane Rose Maio (2011a, 2011b) sobre a relevância de promover discussões sobre gênero e educação sexual no espaço escolar, visando à construção de ambientes inclusivos e respeitosos.

---

<sup>16</sup> Capacho, ou seja, uma pessoa que é dominada por outra, sendo persuadida a fazer determinada coisa sem a sua vontade (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/capacho/>. Acesso: 3 jan. 2024).

LUTER pontua sua aproximação com a APP - Sindicato desde o início de sua carreira no magistério. Ele descreve como participou de debates sobre gênero, raça e classe, promovidos pela entidade sindical, abordando também questões de gênero e sexualidade. Esta resposta indica o Sindicato como espaço de discussão e formação para professores/as em temas sensíveis e relevantes para a educação. Esta perspectiva se alinha com as discussões propostas por Berivalda de Jesus do Prado Sachi (2006) sobre a educação sexual na Educação Infantil, reconhecendo a abordagem desses temas desde cedo na formação educacional.

No relato de VIVER, a educadora descreve seu envolvimento com a APP - Sindicato desde o início de sua carreira, participando ativamente como representante de escola e integrante da direção estadual do Sindicato. Este argumento mostra a atuação da entidade sindical como agente de transformação na estrutura sindical e na defesa dos direitos dos/as/es professores/as/es, a qual pode ser alinhada com a perspectiva teórica proposta por Lucimar da Luz Leite (2020) sobre se compreender as marcas da religião na educação e suas implicações nas práticas docentes.

Estas respostas destacam a atuação do Sindicato na vida dos/as/es professores/as/es, fornecendo um espaço de engajamento e luta por direitos e questões relevantes para a categoria. Também revelam a diversidade de trajetórias e experiências de participação no Sindicato, ressaltando que se deve considerar o contexto histórico e social em que cada indivíduo se envolveu com a organização sindical.

## **5.2 Qual sua relação com a Secretaria de Direitos LGBTQIAPN+? Comente sobre o processo histórico desta Secretaria**

Analisando as respostas fornecidas à relação dos indivíduos com a Secretaria de Direitos LGBTQIAPN+, é possível observar diferentes perspectivas e experiências relacionadas a esta área de atuação dentro do Sindicato.

Como rememora ERP:

Entrei na turma de formação regional em União da Vitória em 2009 e, como sujeito gay me identifiquei com a pauta e as lutas que o Sindicato fazia no combate à LGBTfobia e ao direito à educação livre de preconceito, muitas vezes em parceria com o Núcleo de Gênero da

SEED. Fui convidado pela direção regional para compor o Coletivo Estadual de Combate à Homofobia da APP, onde conheci as dirigentes e os dirigentes, assessorias e demais trabalhadoras e trabalhadores em educação que faziam o debate em todo Paraná e no Brasil. Participei do curso de formação e das reuniões do coletivo por 4 anos seguidos, enquanto ainda era agente educacional PSS. Fui convidado então para compor o quadro de assessorias da Secretaria Estadual de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Direitos LGBT da APP Sindicato sob o comando da prof. E. G. e como colega de assessoria M. R., onde me engajei mais forte na luta pelos direitos educacionais da população LGBT.

ERP relata sua participação no Coletivo Estadual de Combate à Homofobia da APP - Sindicato, após ter se identificado com as pautas e as lutas relacionadas ao combate à LGBTQIAPN+fobia e ao direito à educação livre de preconceito. Ele destaca seu engajamento nesta luta enquanto ainda era agente educacional Processo Seletivo Simplificado (PSS)<sup>17</sup>, participando de cursos de formação e reuniões do coletivo. Posteriormente, foi convidado a compor o quadro de assessorias da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT, em que intensificou sua luta pelos direitos educacionais da população LGBTQIAPN+.

De acordo com PLURAL:

Logo que me aposentei e já com minha sexualidade assumida eu voltei a militar no Sindicato ao chamado do M. S. que sempre fomos amigos. Eu havia me afastado por um longo tempo para fazer o mestrado e estava com muitos trabalhos. Quando voltei eu assumi um espaço dentro do Núcleo Curitiba Sul, não me lembro em qual secretaria que foi. Nas eleições eu recebi a secretaria de gênero, raça e diversidade. Acho que o nome era esse. Foi em um congresso da APP que conseguimos uma secretaria específica para as minorias, tinham os três movimentos em uma secretaria só. Fazíamos o que podíamos. Nesse tempo fizemos participação nos cursos de política sindical contribuindo com cursos específicos sobre diversidade. Ficamos por duas gestões. Quando ocorreu a outra eleição a direção queria que eu ficasse com a secretaria dos aposentados, mas eu não me sentia à vontade para trabalhar com os aposentados então me afastei do Sindicato.

PLURAL pontua que, ao se aposentar, em 2013, e após assumir sua sexualidade, a sua orientação sexual, voltou a militar no Sindicato a convite de um

---

<sup>17</sup> O Processo Seletivo Simplificado (PSS) é uma modalidade de seleção de candidatos para vagas temporárias ou contratos por tempo determinado, caracterizado por uma avaliação simplificada de habilidades e experiências, geralmente, utilizado em órgãos públicos para atender às necessidades específicas de curto prazo (Paraná, 2023).

amigo. Ele dirigiu a Secretaria de Gênero, Raça e Diversidade durante as eleições do Sindicato. Este relato destaca a possibilidade de se ter um espaço específico para tratar das questões de gênero, raça e diversidade dentro do Sindicato, além de mencionar a realização de cursos de formação e a participação em debates sobre diversidade.

Como rememora LIBERDADE:

No meu ponto de vista é um processo bastante interessante, porque num determinado momento quando essas políticas incentivadas aí por programas no nível federal, mas no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, quando nós temos um governo bastante progressista, houve por parte do Sindicato, que iniciou um trabalho de formação em diversos lugares, na questão racial, de combate ao racismo, na questão das mulheres, movimento feminista e junto com esses movimentos havia formação na área LGBT, inclusive com material, com cursos de formação e foi aí que eu fui aprendendo um pouquinho mais, isso foi muito importante na minha formação inclusive.

LIBERDADE menciona a presença do debate de gênero e raça no Sindicato desde a década de 1990 e destaca a constituição do Coletivo de Combate à Homofobia como um dos últimos coletivos a serem criados. Ela relata a realização de formações em conjunto com universidades e a criação da Secretaria de Gênero, Combate ao Racismo e Questões LGBTQIAPN+ dentro do Sindicato. Esta resposta enfatiza o processo histórico de transformação das secretarias do Sindicato, passando de uma secretaria mais geral para uma secretaria específica de direitos LGBTQIAPN+.

De acordo com LUTER:

Desde o início, quando a gente vai para a escola, quando a gente entra no sindicato, esse debate ele está permeado ali nas discussões do sindicato, isso porque desde o início da década de noventa, quando se constituiu o debate de gênero e de raça no sindicato, já se abriu um leque, já começou minimamente também fazer esse debate e daí a gente foi acumulando experiências, acumulando estudos sobre isso e só nos anos dois mil, a partir de dois mil e dez por aí que a gente começa, mais intensificamente a fazer esse debate de uma forma mais incisiva, foi quando numa primeira experiência, inclusive por Universidade Estadual de Maringá, um projeto que na época foi feito pela professora I., e nós fizemos um estudo, nós tínhamos um grupo de estudo, tivemos alguns encontros naquele período e a partir dessa discussão foi feito também no mesmo período um trabalho em conjunto com a Universidade Federal mais voltada para o pessoal que morava mais próximo do (inaudível) nós fizemos um debate, aí a partir

desses debates dos estudos que nós fomos fazendo, nasceu a necessidade, nós começamos a pautar a necessidade, até então da criação de um coletivo, mas antes disso também para dentro do Sindicato nós tínhamos uma secretaria que fazia o debate de gênero e raça, então nós pautamos para essa secretaria que esse debate também fosse incluso na pauta, então a partir daí, não eram os sujeitos que estavam à frente dessa secretaria, mas inclusive, primeiramente era uma mulher, fazer aqui a memória aqui da professora E. que é do Núcleo de Paranavaí, que foi uma pessoa que foi a partir do debate que ela começou a fazer na década de noventa, depois vieram outros dirigentes, a professora L. F., a professora E. G., outros colegas que passaram ai e a gente começou a fazer esse debate e a partir dessas discussões que nós criamos, então a gente pode até dizer que esse foi um dos últimos, dos coletivos que nós temos fixos na APP, esse foi um dos últimos coletivos a serem criados, nós criamos então o coletivo, na época ainda dada o contexto histórico, nosso coletivo se chamava Coletivo de Combate à Homofobia, daí nós fomos melhorando, a gente foi se apropriando do histórico para melhorar, a partir de então o trabalho com a secretaria do coletivo, nós fizemos inúmeras formações, inclusive em conjunto com a (inaudível), fizemos com a UEM, fizemos com a UNIOESTE, com a Federal do Paraná, com a Federal Tecnológica, então foram vários trabalhos em conjunto com as (inaudível), e eu posso dizer que praticamente nós abrimos um diálogo com todas as (inaudível) Pergunte novamente os nomes das pessoas por conta desse período e o trabalho foi se intensificando tanto que juntamente nós tínhamos um avanço com debate de gênero, com debate de raça, juntamente com o debate de raça quando nós implementamos as equipes multidisciplinares a gente consegue um avanço também para soltar esses debates pra dentro das equipes multidisciplinares, então as equipes passam também a se constituir esse núcleo de aberturas desses debates dentro da escola. A partir desse debate dessa estrutura, nós avançamos então para constituir dentro da APP que a gente tivesse essas realidades identificadas na secretaria, então passa uma secretaria de gênero, de combate ao racismo e a questão LGBT, ela passa se constituir hoje, depois que avançamos mais um pouco, separamos a secretaria de combate ao racismo e agora a gente tem o desafio de também termos uma secretaria LGBTQIA+, mas não em formato de secretaria executiva mas em formato de secretaria mesmo que possa ter uma estrutura para melhor atender as demandas que a gente tem nas escolas.

LUTER ressalta sua vivência ao longo de trinta anos acompanhando o processo de transformação das secretarias dentro do Sindicato. Ele destaca a evolução da Secretaria de Assuntos Culturais, Lazer e Recreação para a Secretaria de Políticas Sociais, Direitos Humanos, Combate ao Racismo e, finalmente, para a Secretaria Executiva de Direitos LGBTQIAPN+. Esta resposta enfatiza o caráter contínuo e permanente do processo de transformação das secretarias ao longo do tempo.

O relato de VIVER descreve um processo de transformação dentro do Sindicato ao longo de trinta anos, destacando a evolução da Secretaria de Assuntos Culturais, Lazer e Recreação para a Secretaria de Políticas Sociais, Direitos Humanos, Combate ao Racismo e, finalmente, para a Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT da APP-Sindicato. Evidencia, também, o empenho e o trabalho contínuo realizado pelo Sindicato para abordar e combater diversas formas de preconceito e discriminação, incluindo o racismo, o machismo e a LGBTQIAPN+fobia. Pelos congressos e debates promovidos, o Sindicato passou a debater a superação dessas formas de discriminação, resultando na criação de coletivos de combate ao racismo e na implementação de políticas de combate à homofobia.

Observamos como a transformação da Secretaria reflete a compreensão de que é necessário abordar de forma específica as demandas e direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+. A criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT mostra o compromisso do Sindicato em garantir a inclusão e a defesa destes direitos. VIVER ressalta que esta transformação não ocorreu de forma imediata, mas foi um processo gradual e contínuo. Isso demonstra a perseverança e a dedicação de membros do Sindicato ao longo destes anos para promover a conscientização e a luta pelos direitos LGBTQIAPN+.

ERP argumenta sua trajetória de envolvimento com o Sindicato, especialmente na área de gênero, sexualidade e direitos LGBT. Ele destaca que, como sujeito gay, se identificou com a pauta e as lutas do Sindicato no combate à LGBTQIfobia e na promoção de uma educação livre de preconceitos. Além disso, menciona seu engajamento no Coletivo Estadual de Combate à Homofobia da APP - Sindicato, em que teve a oportunidade de conhecer e atuar ao lado de dirigentes, assessorias e trabalhadores/as da educação que promoviam o debate sobre diversidade em todo o Paraná e no Brasil. Este relato evidencia a luta contra a discriminação e do Sindicato como espaço de formação e atuação coletiva em prol dos direitos educacionais da população LGBT.

No segundo relato, PLURAL descreve sua volta à militância no Sindicato após a aposentadoria e o período de estudos. Destaca sua participação em um Núcleo de Curitiba, em que assumiu a Secretaria de Gênero, Raça e Diversidade. Ressalta a criação de uma Secretaria específica para minorias em um congresso da APP -

Sindicato (2011) e o trabalho realizado neste espaço, incluindo cursos específicos sobre diversidade. No entanto, após duas gestões, ele se afasta do Sindicato por não se sentir à vontade para trabalhar com a Secretaria dos/as/es Aposentados/as/es. Este relato demonstra como a APP - Sindicato se consolidou como um espaço de debate e atuação em questões de gênero e diversidade, mas também aponta para os desafios e dilemas que podem surgir no contexto da militância sindical.

No terceiro pronunciamento, LIBERDADE menciona a relevância das políticas incentivadas pelo Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, que impulsionaram o Sindicato a promover a formação em diversas áreas, incluindo a temática LGBT. Destaca estas formações em sua própria trajetória, contribuindo para sua formação pessoal e profissional. Dessa forma, nota-se como as ações de formação e sensibilização do Sindicato podem impactar, positivamente, os/as/es profissionais da educação e a forma como lidam com questões de gênero e sexualidade no contexto escolar.

Logo, LUTER, menciona o debate sobre gênero e raça, permeando as discussões do Sindicato desde o início da década de 1990. Destaca que, a partir de 2010, este debate se intensificou, resultando na criação do Coletivo de Combate à Homofobia. Esse Coletivo promoveu inúmeras formações tanto em parceria com instituições de ensino quanto dentro das equipes multidisciplinares nas escolas, ampliando o diálogo sobre gênero, raça e diversidade. A ideia aponta para o desenvolvimento do debate no âmbito do Sindicato e sobre se constituírem secretarias específicas para o enfrentamento de questões de gênero, raça e LGBT+, visando a um trabalho mais direcionado e abrangente nestas temáticas.

Diante deste contexto, analisa-se que a pesquisa evidencia como o Sindicato se tornou um espaço de acolhimento, formação, engajamento e luta por direitos, com destaque para a discussão sobre gênero, sexualidade e diversidade na educação. Além disso, mostra como as ações promovidas pela APP - Sindicato podem ter impacto significativo na conscientização e na formação dos/as/es profissionais da educação, assim como na ampliação do debate sobre pautas sociais relevantes. O engajamento dos/as/es docentes nestas discussões e atuações é crucial para construir uma educação mais inclusiva e igualitária, respeitando a diversidade e promovendo o combate a todas as formas de discriminação.

Em conjunto, estas respostas indicam a existência de um movimento de reconhecimento e luta por direitos LGBTQIAPN+ dentro do Sindicato. Pela criação de coletivos, formações e secretarias específicas, o Sindicato tem se dedicado a abordar questões relacionadas à diversidade de gênero e à garantia dos direitos LGBTQIAPN+. Esta evolução ao longo do tempo reflete o debate e a conscientização destas questões dentro da categoria dos/as/es trabalhadores/as em educação. Além disso, as respostas também destacam as parcerias com outras instituições, como universidades, na realização de formações e debates sobre diversidade. Isso demonstra um esforço em buscar conhecimento e ampliar a conscientização sobre a temática LGBTQIAPN+. No entanto, é válido ressaltar que as respostas são relatos individuais e representam experiências específicas de cada pessoa. Outros membros do sindicato podem ter vivenciado trajetórias e perspectivas diferentes em relação ao trabalho da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT.

Dessa forma, compreende-se que os indivíduos envolvidos com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação trazem experiências valiosas relacionadas a questões de gênero, sexualidade e diversidade. Ao analisar estas narrativas à luz das ideias propostas por pesquisadores/as, pode-se compreender melhor as ações desenvolvidas pelo Sindicato nesta área. Por sua vez, no relato PLURAL, o indivíduo relata sua militância no Sindicato, assumindo a Secretaria de Gênero, Raça e Diversidade. Lucimar da Luz Leite (2020) argumenta que a religião é um marcador social que pode influenciar as relações de gênero e sexualidade na educação. A autora destaca que a escola é um espaço onde as marcas da religião são frequentemente reproduzidas, o que pode gerar discriminação e violência contra estudantes LGBTs, negros/as, indígenas e outros grupos.

No contexto do relato intitulado LIBERDADE, destaca-se a relevância das iniciativas educacionais e discussões conduzidas pelo Sindicato em colaboração com instituições de ensino. Esta prática alinha-se à perspectiva de Eliane Rose Maio (2011a, 2011b) sobre a importância de abordar temas relacionados a gênero e à sexualidade nas escolas, fomentando uma abordagem educacional inclusiva.

Em síntese, os relatos analisados evidenciam o engajamento do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na luta contra a discriminação e no incentivo à educação inclusiva e livre de preconceitos. As ações promovidas em parceria com

instituições de ensino reforçam sobre se capacitar os/as/es profissionais da educação para lidar com questões sensíveis e complexas relacionadas a gênero, à sexualidade e à diversidade, conforme sugerido pelas presunções acadêmicas apresentadas. Este comprometimento com a diversidade humana contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

### **5.3 Qual a relação entre a atividade sindical e a escola, em sua prática pedagógica?**

As respostas destacam a relação entre a atividade sindical e a escola, enfatizando que esta instituição é um ambiente de convívio e socialização em que ocorrem disputas de narrativas e a postura de enfrentamento às violências, superação dos preconceitos e construção de uma sociedade mais igualitária e justa, se fazem necessárias. Além disso, a escola é vista como um espaço de diversidade, tanto em relação aos/às/es alunos/as/es quanto aos/às/es professores/as e funcionários/as/es, o que demanda dedicação, estudo e lidar com diferentes realidades.

Os Sindicatos desempenham papéis de possibilidades políticas aos/às/es professores/as, mostrando que a atividade docente também é uma atividade política. Estes locais abordam a política não apenas como partidária, mas como algo presente em todas as esferas da sociedade, incluindo questões de gênero, diversidade e raça.

Para ERP:

A escola é um dos ambientes de convívio e socialização, seja entre os estudantes, estudantes e trabalhadoras e trabalhadores em educação, entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras e todos estes atores e atrizes com a comunidade escolar. Além disso, é um dos instrumentos do estado de formação da aprendizagem técnica e cidadã e um ambiente de disputa de narrativa, seja ela progressista ou conservadora [...] A escola e o processo pedagógico precisam ser ferramentas da luta sindical pela garantia de direitos da classe trabalhadora, pelo diálogo e construção coletiva, pelo respeito às diferenças e comemoração das diversidades. Não existe escola PÚBLICA se ela não for para e por todos e todas, se a escola ou o conteúdo pedagógico defendido por ela for excludente ela perde o sentido do Público, para todos. Saí da escola da APP mas jamais deixarei de lutar para que a escola derrube os muros físicos e 'morais' que ainda tentam impor sobre os/as estudantes e sobre a sociedade.

A resposta ressalta que a atuação sindical incorpora diversas pautas, como a defesa da escola pública laica, de qualidade e inclusiva, a luta contra o racismo, o machismo e a LGBTQIAPN+fobia. Essas pautas são abordadas de forma interligada, considerando o desejo de construir uma escola acolhedora, com estrutura, orçamento e uma abordagem inclusiva que valoriza a singularidade de cada estudante.

De acordo com PLURAL:

Vejo que a relação deve existir, é fundamental para que o professor tenha o sindicato e por consequência seus direitos sendo levados junto a ele (professor). O professor precisa ter um conhecimento e uma prática política para poder entender o seu papel na escola [...] A atuação do sindicato é fundamental para deixar claro essas questões e que tudo que nos rodeia são questões políticas assim como a questão de gênero, a diversidade e as questões de raça.

A prática sindical é vista como uma escola de formação, proporcionando um olhar mais sistêmico sobre a escola e seus diversos aspectos, como o racismo, a homofobia, o machismo e as discriminações. A atuação sindical auxilia nos enfrentamentos destas questões e promove uma educação mais emancipadora, que vai além do conteúdo e busca mudanças de atitude.

Para LIBERDADE:

A escola é um espaço de bastante diversidade, no que diz respeito aos alunos, no que diz respeito aos colegas, professores e também funcionários [...] essa relação, essa dinâmica que você estabelece nesse canal de comunicação da escola, das coisas que acontecem na escola, não só da questão pedagógica mas também das relações interpessoais dentro do ambiente escolar, elas são fundamentais porque mesmo eu sendo, por exemplo uma professora de química, a questão de você lidar uma diversidade muito grande de pessoas com opiniões e pensamentos diferentes, requer da gente bastante dedicação, bastante estudo [...] o sindicato, essa relação com o sindicato, ela é importante [...] o sindicato tem aquele olhar do ponto de vista do trabalhador, da trabalhadora, dos trabalhadores da área da educação, não vai olhar só professor, vai olhar também para funcionários, vai olhar toda a estrutura da escola, os alunos e é uma relação bem complexa.

O Sindicato também trabalha em uma perspectiva de construção coletiva, dialogando e promovendo debates, o que influencia a prática pedagógica. A

interdisciplinaridade, e a interseccionalidade são valorizadas, considerando o sujeito em sua totalidade e incentivando o diálogo com suas características individuais.

Como rememorou LUTER:

Como um todo, nós temos várias pautas no sindicato e a nossa luta é a defesa da escola pública laica, de qualidade para todos, todas, todes [...] é tudo isso que a gente sonha para essa escola [...] o debate no sindicato, o debate da nossa ação sindical, ele incorpora todos os assuntos que a gente tem, é tudo isso que a gente sonha para essa escola, mais uma vez falando daquele sonho de uma escola que acolhe os estudantes com suas diferenças, com suas particularidades, que tem uma estrutura para acolher todos e todas e também acolher as diferenças e fazer desse espaço, fazer desse lugar uma escola de transformação da sociedade.

A presença do Sindicato na escola, por meio de seus/suas representantes, é valorizada, pois contribui para que as pessoas compreendam seu papel na sociedade e busquem entender qual é sua contribuição para aquele espaço. O Sindicato também possui um olhar abrangente, não se restringindo apenas às/aos/es professoras/es, mas considerando toda a estrutura da escola, os/as/es alunos/as/es e os/as/es funcionários/as/es.

Para VIVER:

É uma escola de formação também [...] o Sindicato é uma escola de formação, é uma escola de vida, é uma escola política, é uma escola de entender as estruturas de poder e ter o poder de desmontar essas estruturas de poder. É uma escola de desconstrução das violências [...] Por isso a gente acredita tanto que essa formação sindical é importante e ela ajuda a gente na prática, não só no discurso, mas na prática do enfrentamento às discriminações, às violências e construção de uma sociedade igualitária, justa e emancipatória.

As respostas analisadas destacam que a relação entre a atividade sindical e a escola é fundamental para garantir direitos, promover uma educação inclusiva e combater as diversas formas de discriminação. O Sindicato atua como uma escola de formação, ampliando o olhar dos/as/es professores/as sobre a realidade escolar e contribuindo para uma prática pedagógica mais emancipadora e integrada.

Os relatos apresentados pelos indivíduos, membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, abordam a relevância da relação entre o Sindicato e a escola, destacando as questões políticas, pedagógicas e de diversidade no ambiente escolar. Ao analisar esses relatos à luz das fundamentações propostas por

pesquisadores/as, pode-se perceber a sinergia entre as experiências vivenciadas pelos indivíduos e as abordagens teóricas apresentadas nas referências acadêmicas.

No relato de ERP, destaca-se a escola como um ambiente que abrange convivência, formação técnica e cidadã, além de ser palco de confronto entre narrativas progressistas e conservadoras. Nesse contexto, as ideias de Judith Butler (2015) tornam-se pertinentes ao enfatizar a abordagem de temas relacionados à diversidade, incluindo a educação sexual, desde os estágios iniciais da educação, visando promover uma escola pública mais inclusiva e respeitosa.

PLURAL pontua a relação entre a/o/e professor/a/e, o Sindicato e o entendimento do papel político do docente na escola. Nesta linha, Lucimar da Luz Leite (2020) traz a ideia de que a atuação do Sindicato é fundamental para abordar questões políticas, de gênero e diversidade no ambiente escolar, proporcionando o empoderamento do/a/e professor/a/e na defesa de seus direitos.

Já LIBERDADE aborda a diversidade presente no ambiente escolar e a complexidade das relações interpessoais entre alunas/os/es, colegas e professoras/es.

A visão do Sindicato como um órgão que olha para a estrutura da escola e para todos os seus atores, incluindo alunos/as/es, funcionários/as/es e professores/as, destaca a relevância de abordar as diferenças e promover uma educação transformadora.

O relato de LUTER ressalta a luta do Sindicato pela defesa de uma escola pública laica e de qualidade para todos/as/es, alinhando-se com a abordagem de Jean Pablo Guimarães Rossi (2020) na questão da ênfase na escola como espaço de acolhimento das diferenças e de transformação da sociedade, e sobre promover debates e ações sindicais que levem em conta as diversidades presentes na escola. A proposta de encarar o Sindicato como uma instituição voltada para a formação, o engajamento político e a desconstrução de violências reflete a perspectiva apresentada Cláudio André de Freitas e Eduardo Furlanetto (2015). Eles abordam a formação de professores/as e a necessidade de enfrentar as discriminações como fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e emancipatória.

#### **5.4 Na sua opinião, as/os/es docentes estão preparadas/os/es para tratar de temas, como identidades de gênero e diversidade sexual em sala de aula? Por quê? Dê exemplos**

Ao analisar as respostas dos/as/es entrevistados/as/es sobre a preparação dos/as/es docentes para tratar de temas, como identidades de gênero e diversidade sexual em sala de aula, pode-se identificar algumas preocupações e alguns exemplos específicos. ERP destaca a falta de preparo dos/as/es docentes que utilizam preceitos morais e religiosos para desqualificar a diversidade nas escolas. Ele ressalta que estudantes estão sendo expulsos/as/es das salas de aula e até mesmo sendo vítimas de violência, e enfatiza a falta de responsabilização do Estado. Este exemplo ilustra a necessidade de os/as/es professores/as estarem preparados/as/es para lidar com estas questões, de forma sensível e respeitosa. PLURAL aponta para a realidade de uma cidade conservadora, em que os/as/es professores/as refletem o conjunto da sociedade. Ele menciona casos em que docentes votaram em políticos/as/es contrários/as/es à inclusão e aos direitos LGBTQIAPN+, mesmo tendo um candidato bem conceituado pela categoria. Este exemplo mostra como as convicções pessoais e influências externas podem impactar a postura dos/as/es docentes em relação à diversidade.

LIBERDADE destaca que a preparação dos/as/es docentes não se resume apenas ao conhecimento teórico, mas também à capacidade de colocar esse conhecimento em prática. Ela menciona casos em que professores/as, mesmo tendo a informação, se recusam a chamar os/as/es estudantes pelo nome social, preferindo usar o nome registrado nos documentos. Este exemplo ilustra como o preconceito e o tabu ainda podem prevalecer mesmo quando os/as/es professores/as possuem o conhecimento necessário.

LUTER destaca a necessidade de uma legislação que garanta o respeito à diversidade, mencionando que o debate na escola, muitas vezes, precisa se basear na legalidade. Ele cita a violência física presente nas escolas e a dificuldade dos/as/es professores/as em lidar com esta situação, além de destacar em se discutir questões, como o uso do banheiro e a formatação de comportamento imposto pela escola. Estes exemplos ressaltam a necessidade de uma formação mais abrangente que prepare os/as/es docentes para enfrentar diferentes desafios.

VIVER destaca a evolução na cultura escolar, como a representação das expressões e o reconhecimento da pluralidade. No entanto também menciona o retrocesso causado pela militarização das escolas, que tenta cercear a diversidade e impor padrões uniformizados. Este exemplo mostra como a luta pela inclusão ainda enfrenta obstáculos no ambiente escolar.

ERP ressalta a falta de preparo dos/as/es educadores/as, muitas vezes, recorrendo a preceitos morais e religiosos para desvalorizar a diversidade nas escolas. Esta abordagem pode resultar em exclusão e violência contra os/as/es estudantes, sublinhando a urgência de uma formação docente sensível e respeitosa diante das diversas realidades sociais. Neste contexto, a obra de Vitor Gomes da Silva Lopes e Lívia Barbosa Cavalcante (2020) se torna relevante ao sublinhar que se deve abordar tais questões desde os primeiros anos escolares, fomentando uma educação que respeite a diversidade e inclua a todos/as/es, independentemente de sua orientação sexual.

PLURAL destaca a influência das convicções pessoais e do contexto conservador da sociedade na postura dos docentes em relação à diversidade. A abordagem teórica de Jean Pablo Guimarães Rossi (2020) ajuda a compreender como aspectos políticos e ideológicos podem impactar a abordagem da diversidade na escola. Este exemplo ressalta sobre a formação docente que promova a reflexão crítica e a sensibilidade diante de questões complexas e sensíveis.

LIBERDADE chama a atenção para a necessidade de uma formação que vá além do conhecimento teórico e capacite os/as/es docentes para aplicar esse conhecimento na prática, enfrentando preconceitos e tabus. As análises de Eliane Rose Maio (2011a, 2011b) reforçam a formação que promova a transformação das práticas pedagógicas, permitindo que as/os/es docentes sejam agentes de mudança diante das questões de diversidade.

LUTER destaca a falta de uma estrutura curricular e de formação adequada para os docentes abordarem temas de diversidade. A necessidade de uma legislação que garanta o respeito à diversidade também é enfatizada, evidenciando a importância de discutir questões, como a violência física nas escolas e a formação de comportamentos impostos. Nesse sentido, Lucimar da Luz Leite (2020) destaca a necessidade de abordar questões políticas e pedagógicas no contexto da diversidade.

VIVER ressalta os avanços e retrocessos na abordagem da diversidade nas escolas, ilustrando como a cultura escolar evolui em alguns aspectos, como a representação das expressões e o reconhecimento da pluralidade, mas também enfrenta retrocessos, como a militarização das escolas, que busca cercear a diversidade. Estes exemplos mostram como a luta pela inclusão e pelo respeito à diversidade ainda enfrenta obstáculos no ambiente escolar, destacando a formação que prepare os/as/es docentes para enfrentar diferentes desafios e promover mudanças significativas.

Em resumo, ao analisar os exemplos dados pelas/os/es entrevistados/as/es, fica evidente a necessidade de preparar as/os/es docentes para tratar de temas, como identidade de gênero e diversidade sexual. Esses exemplos ilustram a importância da formação adequada, da superação do preconceito, da conscientização e das ações que promovam um ambiente escolar.

### **5.5 A entidade desenvolve ações de combate ao sexismo e LGBTIQAPN+fobia no trabalho docente? Quais?**

Ao analisar as respostas dos/as/es entrevistados/as/es sobre as ações desenvolvidas pela entidade sindical para combater o sexismo e a LGBTIQAPN+fobia no trabalho docente, pode-se identificar diversos exemplos de iniciativas promovidas pela APP.

ERP destaca que a entidade assumiu, desde 2014, a formação de educadores/as nos temas de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Isso é realizado, por meio de cursos de formação, seminários, conferências e materiais educativos. Além disso, a APP participa de fóruns estaduais e nacionais sobre o tema, demonstrando uma postura responsável e comprometida.

PLURAL ressalta que a entidade promove cursos de formação, seminários, mesas redondas e eventos relacionados às questões de gênero e visibilidade de outros gêneros. São citadas datas importantes, como o orgulho LGBTIQAPN+ e o Dia Internacional de Combate à LGBTIQAPN+fobia, em que a APP realiza atividades e ações que visam trazer estas temáticas para o espaço escolar e envolver pais/mães ou responsáveis e professores/as.

LIBERDADE destaca que a APP realiza debates, orientações e formações relacionadas ao combate ao sexismo, LGBTIQAPN+fobia e racismo. São oferecidos materiais e referências bibliográficas, além de debates diretos nas escolas. A entidade

também atua como canal de denúncia, acolhendo e encaminhando os casos, inclusive, com acompanhamento jurídico quando necessário.

LUTER aponta a necessidade de haver estruturas regionais e núcleos da APP em sintonia com a direção estadual, a fim de garantir que os debates e as ações sejam amplamente divulgados e atinjam todas as regiões do Estado. Esta estrutura permite o acolhimento de denúncias e a resolução de questões relacionadas ao preconceito e à LGBTQIAPN+fobia em âmbito local.

Ao analisar a atuação da APP (Associação dos Professores do Paraná) sobre suas ações e iniciativas relacionadas aos temas de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, podemos perceber que a entidade busca atribuir trabalhos a estas questões e o compromisso em promover debates e ações para combater a LGBTQIAPN+fobia e promover a diversidade nas escolas.

ERP destaca o papel ativo da APP na capacitação de educadores/as, por meio da promoção de cursos, seminários e conferências abordando temas, como gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Esta formação torna-se crucial para assegurar que os/as/es professores/as estejam aptos/as/es a lidar, de maneira sensível e respeitosa, com as diversas questões de diversidade no ambiente escolar. De acordo com Eduardo André Marques (2014), a abordagem da educação sexual na Educação Infantil é essencial para fomentar uma educação inclusiva desde os primeiros anos, preparando, assim, as próximas gerações para a compreensão e aceitação da diversidade.

PLURAL destaca a promoção de eventos relacionados à visibilidade de outros gêneros, como o Dia Internacional de Combate à LGBTQIAPN+fobia. Estas atividades são importantes para trazer as temáticas de gênero e diversidade para o espaço escolar e envolver não apenas os/as/es educadores/as, mas também pais, mães ou responsáveis e professoras/es. Jean Pablo Guimarães Rossi (2020) ajuda a compreender como a visibilidade e a discussão de temas relacionados à diversidade podem enfrentar obstáculos no contexto político e ideológico.

LIBERDADE destaca o papel da APP como canal de denúncia e acolhimento de casos de discriminação e violência. Além disso, a entidade oferece debates, formações e materiais educativos para combater o sexismo, a LGBTQIAPN+fobia e o racismo nas escolas. A atuação da APP como canal de denúncia e de apoio jurídico é fundamental para garantir a proteção dos/as/es estudantes e educadores/as que sofrem discriminação e violência. Eliane Rose Maio (2011a,

2011b) reforça em seus textos a importância da educação sexual no espaço escolar e a abordagem destas questões, de forma ampla e sensível.

LUTER destaca a necessidade de estruturas regionais e núcleos da APP em sintonia com a direção estadual para que os debates e as ações atinjam todas as regiões do Estado. Esta descentralização permite o acolhimento e a resolução de questões relacionadas ao preconceito e à LGBTQIAPN+fobia em âmbito local. Lucimar da Luz Leite (2020) reforça que se deve abordar essas questões no contexto educacional, considerando as diversidades regionais e culturais.

Por fim, destaca-se que a APP tem desenvolvido uma ampla variedade de atividades e ações para combater a LGBTQIA+fobia e promover o debate sobre gênero nas escolas. Estas ações incluem cursos, palestras, grupos de estudo, interações com universidades e a criação de espaços de eventos e encontros. A entidade busca socializar estas experiências e dar visibilidade ao tema, contribuindo para que a LGBTQIAPN+fobia seja debatida e combatida, de forma efetiva, nas escolas. A partir das fontes bibliográficas sugeridas, pode-se compreender as ações na construção de uma educação mais inclusiva e respeitosa, promovendo o respeito à diversidade e garantindo os direitos de todos/as/es na escola.

Em resumo, as respostas dos/as/es entrevistados/as/es mostram que a APP tem realizado uma série de ações para combater o sexismo e a LGBTQIAPN+fobia no trabalho docente. Essas ações incluem formação sindical, debates, cursos, seminários, participação em fóruns e conselhos, além do acolhimento de denúncias e acompanhamento jurídico quando necessário. A entidade busca envolver todos os níveis de sua estrutura, desde a direção estadual até os núcleos regionais, para garantir a abrangência e a efetividade das ações realizadas, além disso, dos 29 núcleos sindicais da APP - Sindicato, cada um tem um dirigente da secretaria da Mulher Trabalhadora dos Direitos LGBTQIAPN+.

#### **5.6 Colocar em pauta discussões sobre diversidade sexual na escola e direitos LGBTQIAPN+s ocasiona algum entrave na relação Escola e Sindicato? Quais as principais dificuldades das/os/es docentes detectadas pelo Sindicato no tratamento do tema da diversidade sexual na sala de aula?**

As respostas evidenciam desafios enfrentados pelos/as/es docentes ao abordar a diversidade sexual na sala de aula e na interação entre escola e Sindicato.

Entre as principais dificuldades citadas estão a resistência e a falta de conscientização por parte da classe dominante e, às vezes, até de colegas da classe trabalhadora em compreender a luta de classes e a relevância do Sindicato. No contexto da discussão sobre diversidade sexual, esta instituição confronta obstáculos, devido à falta de consciência e por desconhecimento no ambiente escolar em relação a questões patriarcais, machistas, preconceituosas, discriminatórias e criminosas.

ERP menciona um período em que o Sindicato conseguiu inserir o debate sobre diversidade sexual nas escolas, porém, com o tempo e a ascensão de governos conservadores, houve uma ruptura neste avanço. Diretores/as que apoiavam políticas educacionais conservadoras, preconceituosas e homofóbicas foram privilegiados/as/es, causando uma regressão neste tema. Administradores/as escolares com visões conservadoras impunham suas ideologias aos/às/es professores/as, dificultando o tratamento adequado da diversidade sexual em sala de aula.

PLURAL destaca o retrocesso vivido nos últimos anos, não apenas na sociedade, mas também na escola. O tema da diversidade sexual voltou a ser tabu, e há uma resistência por parte de alguns/mas professores/as e colegas em aceitar a identidade de gênero não-binária e outras formas de expressão sexual. Essa resistência afeta, negativamente, os/as/es alunos/as/es e pode levar à evasão escolar. Este entrevistado ressalta que se deve trazer novamente estes temas para dentro da escola, mesmo reconhecendo a dificuldade em encontrar a melhor forma de abordá-los.

LIBERDADE menciona a presença de preconceito enraizado na sociedade, assim como o racismo e o machismo. A LGBTQIAPN+fobia também está presente nesta estrutura social, muitas vezes, pautada no cristianismo. A presença do cristianismo nas escolas, seja por meio de imagens de santos/as, crucifixos ou práticas religiosas, pode criar entraves para os debates sobre diversidade sexual. A legislação é apontada como uma forma de amparo para esses debates, desde que estejam presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>18</sup> da escola e embasados nos documentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

---

<sup>18</sup> Um Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento elaborado por uma instituição educacional, como uma escola ou universidade, que estabelece os princípios, diretrizes e objetivos pedagógicos da instituição. O PPP é construído coletivamente, envolvendo gestores, professores, estudantes e comunidade escolar, e busca direcionar as práticas educativas, considerando as necessidades e as características do contexto em que a instituição está inserida (Brasil, 1996).

LUTER menciona que houve um avanço nas últimas décadas em relação à liberdade de atuação e ao debate sobre diversidade sexual. No entanto, nos últimos anos, houve um recuo nesse avanço, associado ao surgimento de visões fascistas, xenofóbicas e preconceituosas. O debate sobre gênero e a luta contra a LGBTQIAPN+fobia foram distorcidos e associados a conceitos equivocados, criando um ambiente hostil para o Sindicato ao tratar desses temas. Apesar disso, existem espaços em que há mais dificuldades em abordar o tema e compreender os conceitos relacionados à diversidade sexual. A escola, como ambiente educacional, deveria ser laico e promover o respeito e a socialização das pessoas, mas nem sempre isso é alcançado, sendo um desafio para os/as/es profissionais da educação.

Para VIVER, as principais dificuldades detectadas pelo Sindicato no tratamento do tema da diversidade sexual na sala de aula envolvem resistência, falta de conscientização, visões conservadoras, preconceitos enraizados na sociedade e associação equivocada do debate com ideologias políticas e religiosas. Essas dificuldades impactam as relações escola-Sindicato e afetam o ambiente educacional, o desenvolvimento dos/as/es alunos/as/es e a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa.

Ao analisar os relatos apresentados, fica evidente que o tratamento do tema da diversidade sexual nas escolas é permeado por desafios e retrocessos, ao mesmo tempo em que há ações e avanços promovidos pelo Sindicato dos/as/es Professores/as do Paraná. À luz das pesquisas apresentadas aqui, pode-se entender melhor estas dinâmicas e seus impactos na educação.

O relato de ERP destaca a ruptura no avanço do debate sobre diversidade sexual nas escolas, causado pela ascensão de governos conservadores. Esta regressão é ilustrada pelo favorecimento de diretores/as com visões conservadoras, que acabam impondo suas ideologias preconceituosas às/aos/es professoras/es. Neste contexto, a resistência em aceitar identidades de gênero não-binárias e outras formas de expressão sexual cria um ambiente hostil que pode levar à evasão escolar. Esta situação corrobora com Jean Pablo Guimarães Rossi (2020), que discute as compreensões de educadoras em tempos de Escola sem Partido, mostrando como a conjuntura política pode influenciar as abordagens sobre diversidade nas escolas.

A narrativa de PLURAL aponta para o retrocesso enfrentado nos últimos anos, em que a diversidade sexual voltou a ser um tabu. A resistência de alguns/umas professores/as e colegas em aceitar a diversidade de gênero e sexualidade impacta, negativamente, os/as/es alunos/as/es, reforçando a importância da abordagem destes

temas nas escolas. Aqui, Lucimar da Luz Leite (2020) apresenta as marcas da religião na educação relacionando ao fato de que preconceitos enraizados na sociedade, muitas vezes, associados ao cristianismo, podem dificultar o debate e a aceitação da diversidade sexual nas escolas.

LIBERDADE enfatiza a importância da legislação e do Projeto Político Pedagógico como base para o debate sobre diversidade sexual na escola. Eliane Rose Maio (2011a, 2011b) reforça essa ideia, destacando como a educação sexual no espaço escolar deve ser priorizada e embasada em documentos legais para garantir que todos tenham acesso à educação, como mencionado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). No entanto o relato também destaca a presença de visões fascistas e preconceituosas que distorcem o debate sobre gênero e a luta contra a LGBTQIAPN+fobia.

LUTER ressalta o avanço e o recuo na abordagem da diversidade sexual nas últimas décadas, com a emergência de visões preconceituosas e a associação equivocada do debate com ideologias políticas e religiosas. Esta complexidade na compreensão dos conceitos relacionados à diversidade sexual e o desafio de manter a escola laica e respeitosa refletem as regras discutidas.

Na perspectiva de VIVER, as principais complexidades no tratamento da diversidade sexual nas escolas incluem resistência, falta de conscientização e perspectivas conservadoras. Estas questões impactam não apenas as relações entre a escola e o Sindicato, mas também têm repercussões no desenvolvimento dos/as/es alunos/as/es. Observa-se que estas dificuldades estão ligadas à conjuntura política, ideológica e social, sublinhando a importância do papel do Sindicato.

A discussão sobre a abordagem da diversidade sexual nas escolas destaca um cenário desafiador e marcado por retrocessos, mas também aponta para ações e avanços promovidos pelo Sindicato dos/as/es Professores/as do Paraná. Ao analisar os relatos sob a ótica dos princípios propostos, torna-se evidente a influência da conjuntura política e ideológica na abordagem deste tema.

Conforme apontado por ERP, a ascensão de governos conservadores culminou em uma ruptura no avanço do debate sobre diversidade sexual nas escolas. A preferência por diretores/as com visões preconceituosas resultou em imposições ideológicas que afetam, diretamente, aos/as/es professores/as, dificultando o tratamento adequado destas questões. Neste contexto, a resistência em aceitar identidades de gênero não-binárias e outras formas de expressão sexual cria um

ambiente hostil que impacta, negativamente, as/os/es alunas/os/es, contribuindo para a evasão escolar.

Segundo PLURAL, a diversidade sexual permanece como um tema tabu tanto na sociedade quanto na esfera escolar. A resistência manifestada por alguns/mas professores/as e colegas em relação à aceitação da diversidade de gênero e sexualidade destaca-se como um elemento crucial para fomentar a conscientização e combater preconceitos profundamente enraizados na sociedade.

A relevância da legislação e do PPP é ressaltada por LIBERDADE como base para o debate sobre diversidade sexual nas escolas. Eliane Maio (2011a, 2011b) sustenta esta perspectiva, evidenciando que se deve priorizar a educação sexual embasada em documentos legais. No entanto a presença de visões preconceituosas e fascistas ainda impõe obstáculos ao tratamento adequado da diversidade sexual em sala de aula.

Já LUTER chama a atenção para o avanço e o recuo na abordagem da diversidade sexual nas últimas décadas, destacando a complexidade em compreender os conceitos relacionados a este tema e manter a escola laica e respeitosa. O desafio de promover debates que transcendam ideologias políticas e religiosas é fundamental para uma educação inclusiva.

Por fim, a análise de VIVER destaca as principais dificuldades enfrentadas no tratamento da diversidade sexual nas escolas, envolvendo resistência, falta de conscientização e visões conservadoras. Estes obstáculos impactam, diretamente, a relação entre escola e Sindicato bem como o desenvolvimento das/os/es alunas/os/es, tornando urgente a promoção de ações e debates para uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Assim, o Sindicato dos/as/es Professores/as do Paraná desempenha um papel essencial na formação e na conscientização das/os/es educadoras/es para lidar com a diversidade sexual nas escolas. Apesar dos desafios impostos por governos conservadores e por visões preconceituosas, a busca pela construção de uma educação inclusiva, respeitosa e amparada pela legislação deve ser incessante. Somente assim pode-se criar um ambiente escolar acolhedor, em que a diversidade seja valorizada e a LGBTQIAPN+fobia seja combatida, de forma efetiva. O Sindicato é um agente fundamental nesta luta, contribuindo para transformar a escola em um espaço de diálogo, respeito e promoção da igualdade, em que todas/os/es se sintam acolhidas/os/es e representadas/os/es.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se, portanto, que foram analisados o posicionamento de membros da APP - Sindicato e como suas falas são pertinentes para repensar as práticas de combate à LGBTQIA+fobia dentro e fora do ambiente escolar e todas/os/es as/os/es agentes envolvidos neste processo. Nesse sentido, entende-se que, ao analisar as todas as falas, cumpriu-se o objetivo geral deste trabalho que era dialogar com estes pensamentos e fazer uma reflexão sobre a escola paranaense que é construída dia após dia. Além disso, também foi possível identificar como este assunto pode evoluir para avançar no combate a práticas da LGBTQIAPN+fobia em ambiente escolar, tornando esta instituição mais justa, democrática e livre de qualquer prática de preconceito.

Desse modo, observa-se que a discussão sobre as questões de gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero no âmbito educacional desempenha um papel crucial na promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Ao abordar tais temas nas instituições de ensino, cria-se um ambiente propício para o entendimento e a aceitação da diversidade, contribuindo para a formação de cidadãs/os conscientes e empáticas/os. Portanto, a desconstrução de estereótipos de gênero e a valorização da pluralidade de identidades são aspectos fundamentais deste diálogo, visando proporcionar a todas/os/es as/os/es estudantes um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor.

É importante, contudo, reconhecer a existência de práticas educacionais que, ao contrário do ideal de inclusão, perpetuam a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Denominadas, aqui, Educação Anti-LGBTQIAPN+fóbica, tais práticas podem manifestar-se, por meio de currículos excludentes, linguagem discriminatória e atitudes prejudiciais por parte das /os/es educadoras/es. A superação destas barreiras demanda não apenas a implementação de políticas antidiscriminatórias, mas também a promoção de uma cultura educacional que celebre a diversidade e respeite a individualidade de cada aluna/o, independentemente de sua orientação sexual ou sua identidade de gênero.

Assim, com base na pesquisa bibliográfica e nas entrevistas, fica notório que o tratamento da diversidade sexual nas escolas, frequentemente, encontra diversas dificuldades, sendo uma delas a resistência por parte de alguns setores da sociedade. Visões conservadoras podem prevalecer, gerando obstáculos para a

inclusão de discussões abertas sobre orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar. Além disso, a falta de conscientização em relação à importância da diversidade pode contribuir para a perpetuação de estereótipos prejudiciais.

Estes desafios afetam a qualidade do ambiente educacional e impactam a relação entre escola e Sindicato, dificultando a implementação de políticas inclusivas e a defesa dos direitos das/os profissionais da educação. Diante destas barreiras, torna-se urgente promover ações e debates que sensibilizem a comunidade escolar, estimulando a construção de uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Compreendeu-se que existem instituições que lutam contra a discriminação e a favor da inclusão, como a Associação de Professores do Paraná (APP), que teve sua origem, em 1947, em um contexto de demandas classistas e com necessidade de fortalecer e expandir a educação pública, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com o passar dos anos, a APP evoluiu para se tornar o principal sindicato que representa os trabalhadores do serviço público, no estado do Paraná, ampliando seu escopo para além da defesa exclusiva dos direitos dos professores, solidarizando-se, também, com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais. A APP, que é filiada à CUT, desde 1996 e à CNTE, adota uma abordagem abrangente em suas iniciativas, envolvendo-se na promoção de uma educação pública de qualidade, na defesa da diversidade e inclusão, no enfrentamento ao racismo e à homofobia, além de advogar pelos direitos das mulheres e minorias.

Dessa forma, foi possível mapear a evolução da APP - Sindicato em relação à temática LGBTQIAPN+. Desde o início das discussões, nos anos 1990 até atualmente, a entidade demonstrou um compromisso contínuo com a promoção da diversidade e a garantia dos direitos educacionais. Destaca-se a criação da Secretaria LGBTQIAPN+ como um marco significativo, possibilitando avanços notáveis na realização de formações, debates e ações conjuntas com instituições de ensino.

Ressalta-se, ainda, que a formação do Coletivo de Combate à Homofobia foi essencial, e parcerias com universidades e entidades educacionais ampliaram o alcance das ações para diversas regiões do Estado. No entanto desafios surgiram diante de governos conservadores, prejudicando os avanços na abordagem da diversidade sexual nas escolas. O Sindicato enfrentou resistências e retrocessos, evidenciando a urgência e a sensibilidade da temática.

A Secretaria LGBT da APP - Sindicato persiste na promoção da inclusão e da equidade na educação pública paranaense, buscando garantir direitos e oportunidades iguais para todas/os/es os/as/es trabalhadoras/es da educação, independentemente de sua orientação sexual ou sua identidade de gênero. A pesquisa revelou que o sindicalismo desempenha um papel crucial na transformação de olhares nas escolas, contribuindo para a construção de uma sociedade livre de ódio e LGBTfobia.

Diante deste contexto, a pesquisa evidenciou que o Programa de Formação da APP - Sindicato emerge como uma ferramenta crucial na batalha por uma educação mais inclusiva e democrática, focado na sensibilização sobre questões de gênero, diversidade sexual e no combate ao racismo entre as/os/es profissionais da rede estadual de ensino.

Nesta perspectiva, a recente expansão da parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Paranavaí, demonstra o compromisso crescente com a capacitação e a conscientização. A abordagem de tais temáticas no ambiente escolar é fundamental, uma vez que este espaço desempenha um papel privilegiado na construção de identidades e na expressão de manifestações sociais associadas a estes temas, influenciando diretamente as relações sociais estabelecidas na escola e na sociedade.

Outro aspecto imprescindível que foi abordado na pesquisa é que debater a educação sexual desde a Educação Infantil é crucial, pois este período representa uma fase fundamental para a construção dos valores e das atitudes das crianças, nota-se a importância de introduzir discussões sobre diversidade desde os primeiros anos de aprendizado. Neste estágio, as crianças começam a formar suas visões de mundo e a internalizar valores, sendo, portanto, um momento propício para promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Ao integrar temas relacionados à educação sexual desde cedo, a educação pode desempenhar um papel significativo na formação de indivíduos mais éticos e conscientes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual cada pessoa seja respeitada em sua singularidade e identidade.

Além disso, pontua-se que discutir a educação sexual e a diversidade de gênero e sexualidade no currículo escolar fornecem informações essenciais sobre o corpo e as relações interpessoais e têm o potencial de contribuir para a formação de

uma consciência crítica nas/os/es estudantes, promovendo, assim, relações mais respeitadas e empáticas na sociedade. A inclusão destes temas no currículo fornece conhecimento e promove a compreensão, a aceitação e o respeito pela diversidade. Entretanto, averigua-se que, para efetivar uma educação inclusiva e democrática, é imprescindível que as/os/es trabalhadoras/es em educação estejam engajadas/os/es nessa luta. Assim, o Programa de Formação da APP-Sindicato busca capacitar e sensibilizar as/os/es profissionais para atuarem de forma mais crítica e consciente, e se empenhar em promover ações concretas no combate à discriminação e violência.

A parceria com outras organizações, especialmente outros sindicatos, evidencia-se nas ações de denúncia e combate ao bullying homofóbico nas escolas, visando conscientizar alunas/os/es e professoras/es sobre o respeito à diversidade sexual. O Programa desempenha um papel significativo na inserção das discussões sobre gênero e diversidade sexual no cotidiano escolar, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e críticos em relação a estas questões.

O Sindicato, nesse contexto, é percebido como um espaço de luta e resistência para a comunidade LGBT. Sua atuação promove a inclusão, a diversidade e o combate ao preconceito, desempenhando um papel crucial na transformação social. O estudo da história do Sindicato e do sindicalismo LGBT inspira a continuidade da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas sejam respeitadas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Analisa-se que as Secretarias de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBT em sindicatos têm uma função crucial na fomentação da equidade de gênero e raça, bem como na asseguarção dos direitos e da inclusão de indivíduos LGBTQIAPN+ no cenário laboral e na sociedade em geral. O propósito central destas secretarias consiste em estabelecer um ambiente profissional e uma sociedade mais equitativos, em que as disparidades sejam reconhecidas, proporcionando igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou origem étnico-racial.

Estas secretarias têm a capacidade de implementar diversas estratégias para efetivar seus objetivos. Isso engloba a promoção de campanhas de conscientização

sobre questões de gênero e raça, com o intuito de instruir as/aos/es trabalhadoras/es e a sociedade em geral.

Ademais, a realização de debates e seminários sobre estes temas oferece um espaço valioso para diálogos construtivos e a troca de ideias. A produção de material informativo destinado à distribuição às/aos/es trabalhadoras/es intensifica a disseminação de conhecimento, enquanto o respaldo a projetos de inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar evidencia um compromisso efetivo na criação de espaços educacionais mais diversos e acolhedores.

Destaca-se, também, que estas secretarias desempenham um papel essencial na batalha contra a discriminação e o assédio no ambiente de trabalho, assumindo o papel de defensoras dos direitos e da dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua identidade.

Percebe-se, com base na análise das obras, que a busca por igualdade e justiça deve transcender as barreiras das categorias tradicionalmente consideradas em movimentos sociais, como gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero. É fundamental compreender que existem diversas outras formas de opressão e desigualdade que afetam, diretamente, as/os/es trabalhadoras/es, incluindo a discriminação por idade, a deficiência, a classe social e outras características. A APP, ciente desta complexidade, desempenha um papel crucial ao articular esforços não apenas para abordar as questões mais evidentes, mas também para enfrentar as múltiplas facetas das desigualdades sociais.

Diante deste panorama, a APP não pode enfrentar estes desafios de maneira isolada. A colaboração contínua com outros movimentos sociais e sindicais é imperativa para construir uma coalizão eficaz na luta contra todas as formas de opressão e discriminação. Assim, a solidariedade e a união tornam-se instrumentos essenciais para esta empreitada, permitindo que a APP e seus parceiros avancem na construção de um mundo mais equitativo, onde a justiça social seja uma realidade para todas as pessoas, independentemente das características que as tornam únicas.

Assim, analisa-se que realizar esta pesquisa foi uma experiência enriquecedora e desafiadora, pois o trabalho exigiu uma abordagem multidisciplinar, combinando revisão bibliográfica, pesquisa de campo e análise etnográfica. A revisão bibliográfica permitiu contextualizar o tema dentro do cenário acadêmico, enquanto a pesquisa de campo proporcionou compreensão mais aprofundada da

atuação da APP - Sindicato no combate à violência e ao preconceito de gênero e orientação sexual.

Neste sentido, pontua-se que o Mestrado representou um período de imersão profunda no campo de estudo, oferecendo a oportunidade de aprimorar habilidades de pesquisa, análise crítica e síntese de informações. A interação com professores/as orientadores/as e colegas de curso desempenhou um papel crucial, proporcionando suporte e estímulo intelectual ao longo do processo.

Por fim, destaca-se a importância do NUDISEX (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual) neste percurso acadêmico, tendo em vista que contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento da pesquisa, oferecendo um ambiente propício para discussões, troca de ideias e apoio metodológico. A interação com outras/os/es pesquisadoras/es e a participação em eventos promovidos pelo Núcleo enriqueceram minha compreensão do campo de estudos de gênero e sexualidade.

## REFERÊNCIAS

- APP - SINDICATO. **Caderno de Resoluções do V Congresso Estadual da APP**. Curitiba: APP - Sindicato, 1994.
- APP - SINDICATO. **Caderno de Teses do VI Congresso Estadual da APP**. Curitiba: APP - Sindicato, 1995.
- APP - SINDICATO. **Caderno de Resoluções do VII Congresso Estadual da APP**. Curitiba: APP - Sindicato, 1996.
- APP - SINDICATO. **Caderno de Teses do X Congresso Estadual da APP**. Curitiba: APP - Sindicato, 2007a.
- APP - SINDICATO. Grupos Temáticos e de trabalho dinamizam o X Congresso. **APP - Sindicato**, Curitiba, 7 dez. 2007b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=12414/>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- APP - SINDICATO. **Caderno do X Congresso Estadual da APP**. Curitiba: APP - Sindicato, 2011.
- APP - SINDICATO. **Reinstalado o XI Congresso Estadual da APP**. APP - Sindicato, Curitiba, 6 jul. 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7667/>. Acesso: 23 jan. 2024.
- APP - SINDICATO. **Caderno de Teses do XV Congresso Estadual**. Curitiba: APP - Sindicato, 2016.
- APP - SINDICATO. Jornal da APP - Sindicato em comemoração ao Dia Internacional de Combate à LGBTIfobia. **Jornal 30 de agosto – Especial 17 de maio**, Curitiba, 16 maio 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/jornal-30-de-agosto-especial-17-de-maio/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqbzJJYh7pwSkjdzpN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BECK, Dinah Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **Holos**, Natal, v. 4, p. 172-182, 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1597/714>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=26.,da%20economia%20e%20da%20clientela](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=26.,da%20economia%20e%20da%20clientela). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.427 e Mandado de Injunção nº 4.733**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 13 jun. 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15715772620&ext=.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 30 de janeiro de 2020**. Estabelece diretrizes para a promoção da educação inclusiva e o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. Diário Oficial da União: seção 1, p. 39-41. Brasília, DF, 3 fev. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/@/web/dou/-/resolucao-n-1-de-30-de-janeiro-de-2020-24091461> 4. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.213, de 2021**. Dispõe sobre o direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2299267>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CAILLÉ, Alain. Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 151-163, fev. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/JmmPvPrqhTPhwWMLwhLyfgR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. **Ação sindical na construção da Agenda Política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP - Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015**. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CARRARA, Sérgio. O movimento LGBT e a escola no Brasil. **Revista Educação em Foco**, v. 23, n. 2, p. 277-294, maio/ago. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 165-186.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Gênero e diversidade sexual na escola: a CNTE apoia os movimentos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 9, n. 16, p. 187-194, jan./jun. 2015.

COELHO, Denila; CASTANHA, André Paulo. Formação política de educadores: presença de Lênin e Gramsci nos cadernos utilizados na escola de formação da APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 59, p. 204-217, out. 2014. Disponível em: <https://periodico.s.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640357/7916>. Acesso em: 14 nov. 2023.

COSTA, Hermes Augusto. O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 104, p. 259-285, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/PFcRNFjFdrTLMg36n3pLsrq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FERREIRA, Sandramor do Amaral. Pedagogia *Queer*: uma nova proposta no meio educacional. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, p. 12-21, ago. 2019. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/268>. Acesso em: 24 maio 2023.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; SANTOS, Luciano Pereira dos. Diversidade sexual e docência na produção do grupo de trabalho 23 da ANPEd (2004/2011). **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 195-204, set./ dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2853/1955>. Acesso em: 18 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

JACINTO, Ana Gabriela. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LEITE, Lucimar da Luz. **Marcas da religião na educação**: gênero, sexualidade e formação docente. 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LOPES, Vitor Gomes da Silva; CAVALCANTE, Lívia Barbosa. Os sindicatos no enfrentamento à homofobia e à transfobia: desafios e possibilidades na atual conjuntura. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 26-39, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAGALHÃES, Guilherme Aurélio Crestani; OLIVEIRA, Émerson Dias de; DENEZ, Cleiton Costa. A organização territorial da APP - Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, n. 19, p. e202041, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/17723/9625>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: UniCorpore, 2011a.

MAIO, Eliane Rose. Gênero, educação sexual no espaço escolar, priorizando a educação infantil e o ensino fundamental (1º ao 5º ano). *In*: SIMILI, Ivana Guilherme. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Maringá: Eduem, 2011b. p. 89-102.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, Eduardo André. Direitos humanos e educação: desafios para a promoção da diversidade sexual nas escolas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 41-57, 2014.

MARQUES, Gisiane Maria Vasconcelos; TELES, Mayara Soares Brito; FEIJÃO, Georgia Maria Melo. Psicologia e abuso sexual infantil: uma delicada essencial intervenção. *In*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 1., 2013. Sobral. **Anais [...]**. Sobral: Faculdade Luciano Feijão; Programa de Iniciação à Docência, 2013. p. 1-5. Disponível em: [http://www.faculda.de.flucianofeijao.com.br/site\\_novo/encontro\\_de\\_iniciacao\\_a\\_doc](http://www.faculda.de.flucianofeijao.com.br/site_novo/encontro_de_iniciacao_a_doc). Acesso em: 3 fev. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-163, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2010/1788>. Acesso em: 7 dez. 2023.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAZETO, Walkiria Olegário. **A luta sindical tem gênero?** As demandas das docentes da rede estadual de educação do Paraná nas deliberações da APP - sindicato. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MISKOLCI, Richard. Diferença sexual e desigualdade de gênero na escola: perspectivas LGBT. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 142, p. 1007-1025, out./dez. 2018.

NASCIMENTO, Marli Aparecida. **APP - Sindicato: 60 Anos de Lutas e Conquistas**. Curitiba: APP - Sindicato, 2002.

NANTES, Elaine da Silva; FERREIRA, Thais Carolina. Contribuições da Psicologia perante o fenômeno de abuso sexual infantil. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017. Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2017. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3349.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. Doutorado (Tese em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ONDE os outros não existem. Trailer Alternativo. Teatrando na Escola, 7 maio 2017. 1 vídeo (1min48s). Disponível em: [https://youtu.be/bHrVW7LA\\_3g](https://youtu.be/bHrVW7LA_3g). Acesso em: 18 jan. 2024.

PARANÁ. **Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-PR), com vigência por dez anos [...]: Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Paraná. **Editais nº 9/2023 – GS/SSED**. Protocolado nº 19.956.467-6. Processo Seletivo Simplificado (PSS), visando à contratação temporária para atuar como Assistente Administrativo. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/pss#:~:text=%C2%B0%2026%20%2D%20GS%2FSeed\),para%20atuar%20como%20Assistente%20Administrativo](https://www.educacao.pr.gov.br/pss#:~:text=%C2%B0%2026%20%2D%20GS%2FSeed),para%20atuar%20como%20Assistente%20Administrativo). Acesso: 4 jan. 2024.

PINHEIRO, José Querino; PEREIRA, Ana Carla Conceição. Educação, sindicalismo e diversidade sexual: um estudo a partir do projeto “educação de qualidade para todos e todas”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-18, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 13-29.

ROSENO, Camila dos Passos; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. Políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual: atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do movimento “Escola Sem Partido”. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/47804/23915>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães. **Gênero e educação em tempos de Escola sem Partido**: compreensões de educadoras em debate. 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2020.

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado. **Orientação Sexual na Educação Infantil**. 2006. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Normal Superior) - Faculdade Palas Atena, Astorga, 2006.

SANTOS, André Luiz Paiva dos. Estética da existência em Michel Foucault, resistências ao poder e a abjeção queer. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 341-356, nov. 2017/abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21405/15533>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SANTOS, Luciano Pereira dos. Os temas homofobia e homossexualidade no processo de formação e prática docente. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS, 15., 2016. Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo: SIE, 2016. p. 1-15. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/ec7a7dd5-6b57-4d9c-a248-45534f2592e3/Os%20temas%20homofobia%20e%20homossexualidade%20no%20processo%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20pr%C3%A1tica%20docente%20.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SANTOS, Luciano Pereira dos. **Políticas LGBT+ em Sindicatos de Trabalhadoras/es em Educação**. 2020. 240f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SANTOS, Solange Ferreira dos; MOREIRA, Rosani do Rosário. Uma experiência de formação em gênero, diversidade sexual e igualdade racial. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2., 2011. Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2011. p. 44-63.

SCUSSEL, Renato Rodvalho; SILVA, Simone Costa Resende da; VITALINO, Cristina Ferreira; NUNES, Cristina Benvindo; COUTINHO, Eustáquio; SANTOS, Viviane Amaral dos. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, DF: TJDF, 2005.

SILVA, Rhayane Lourenço. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: estudo a partir da psicologia histórico-cultural**. 2009. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOUZA, Mariana Barbosa de. **A mapeadora de ausências: metapesquisa da produção histórica sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil (1987-2018)**. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sílvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 25-45.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaria de convidá-lo/a participar da pesquisa intitulada “**SECRETARIA LGBTQIAPN+: ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – APP - SINDICATO**”. A pesquisa em questão faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq), orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Rose Maio. O objetivo da pesquisa é analisar as ações e políticas desenvolvidas pela APP - Sindicato para promover uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica no estado do Paraná. Para isto, a **sua participação** será por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas, podendo ser utilizada a Plataforma Zoom ou pessoalmente e poderá ser respondido em dia e horário, de acordo com sua disponibilidade. Quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderão ser elucidadas, quanto à sua metodologia, antes e durante a sua realização. Informamos que poderão ocorrer os **riscos/desconfortos** a seguir: salientando que podem gerar algum incômodo por adentrarem em questões delicadas, devido ao tema sobre a violência, porém se afirma que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo, ainda, a garantia de que se não quiser responder por se sentir desconfortável, terá plena liberdade de recusar, ou retirar seu consentimento, durante a pesquisa, sem nenhuma penalização. Em relação aos **benefícios**, esperamos que a aplicação desta pesquisa possibilite suscitar-lhe os debates acerca dos temas citados e permita que estas discussões possam desenvolver novos níveis de compreensão. Com relação às garantias mínimas, evidencia-se a garantia de que danos previstos serão evitados. Em caso de dúvidas ou se necessitar de mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelas/os pesquisadoras/es e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as de modo a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar, **voluntariamente**, da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica

Data:

Eu, Claudemar Pedroso Lopes, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data:

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço a seguir:

Coordenadora: **Eliane Rose Maio**

Endereço: Av. Colombo, 5790 - Maringá - Paraná

Telefone/e-mail: (44) 3011-4887 - elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: **Claudemar Pedroso Lopes**

Endereço: Rua Murillo Szabo, 133 - Curitiba-Paraná.

Telefone/e-mail: (41) 9 9276 0805 - claulopeslgbti@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço a seguir:

COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) da UEM.

Bairro Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá-Pr.

Tel: (44) 3011 - 4597

Fax: (44) 3011 - 4444

E-mail: copep@uem.br

## **Apêndice B – Roteiro de questões estruturadas e semiestruturadas utilizadas no desenvolvimento do debate**

### **QUESTÕES**

1. Como e quando iniciou a participação no Sindicato?
2. Qual sua relação com a Secretaria de Direitos LGBTQIAPN+? Comente sobre o processo histórico desta Secretaria.
3. Qual a relação entre a atividade sindical e a escola, em sua prática pedagógica?
4. Na sua opinião, as/os docentes estão preparadas/os para tratar de temas, como identidades de gênero e diversidade sexual em sala de aula? Por quê? Dê exemplos.
5. A entidade desenvolve ações de combate ao sexismo e LGBTQIAPN+fobia no trabalho docente? Quais? Exemplos: formação sindical, debates, cursos, seminários etc.
6. Colocar em pauta discussões sobre diversidade sexual na escola e os direitos LGBTQIAPN+s ocasiona algum entrave na relação escola e sindicato? Quais as principais dificuldades das/os docentes, detectadas pelo sindicato, no tratamento do tema da diversidade sexual na sala de aula?
7. De que forma a atuação do Sindicato pode influenciar a realidade da diversidade sexual no ambiente escolar? E na sociedade?

**Apêndice C – Questionário referente ao perfil dos/as participantes****DADOS GERAIS:**

PSEUDÔNIMO: \_\_\_\_\_

1. Qual é a sua Identidade de gênero? Considere o termo cisgênero para as pessoas que se identificam com o gênero determinado ao nascer, e o termo transgênero para as pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer.

- Homem cisgênero.
- Mulher cisgênero.
- Mulher transgênero.
- Homem transgênero.
- Travesti.
- Não-binárie.
- Intersexo.
- Outro. Qual: \_\_\_\_\_

2. Como você se considera?

- Branca/o.
- Parda/o.
- Preta/o.
- Amarela/o.
- Indígena.
- Outra. Qual: \_\_\_\_\_

3. Idade: \_\_\_\_\_ anos completados.

4. Religião

- Católica.
- Evangélica.
- Espírita.
- Eu não tenho.
- Eu sou ateu.
- Outra. Qual? \_\_\_\_\_

5. Curso Superior: \_\_\_\_\_

6. Pós-Graduação:

- Especialização. Qual curso? \_\_\_\_\_
- Mestrado.
- Doutorado.

Área: \_\_\_\_\_

7. Tempo de atuação na área da Educação: \_\_\_\_\_

8. Jornada de trabalho: \_\_\_\_\_ horas/semanais.

Manhã.

Tarde.

Noite.

9. Pertence ou já pertenceu a alguma direção sindical da APP - Sindicato?

Se sim:

Núcleo Sindical de ...       Direção Estadual

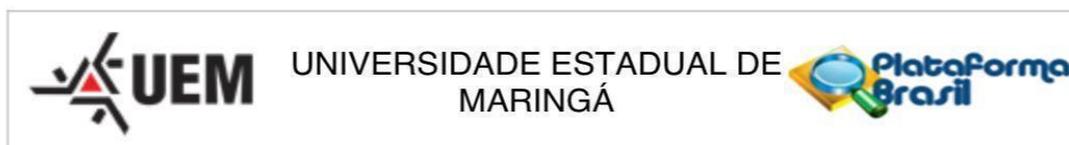
Período da gestão sindical: \_\_\_\_\_

Função sindical: \_\_\_\_\_

Nunca foi dirigente.

## ANEXO

## Anexo A – Carta de Aceite do COPEP



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** SECRETARIA LGBT: ESTUDOS SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ e APP SINDICATO

**Pesquisador:** Eliane Rose Maio

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 68459423.0.0000.0104

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Maringá

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.240.694

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de análise de resposta a pendências relatadas no Parecer Consubstanciado CEP n. 6.062.127, de 16 de maio de 2023.

O presente projeto versa sobre o papel da APP-Sindicato no combate à violência e ao preconceito contra a identidade de gênero e discorrerá com uma pesquisa historiográfica e etnográfica, tanto do ponto de vista da construção setorial da APP-Sindicato. Tem como objetivo geral: pesquisar sobre a história da efetivação da Secretaria LGBTQIAPN+, a partir de entrevistas com membros da APP-Sindicato, que colaboraram neste sentido. Pretende-se empreender uma análise de conteúdo com base nas informações coletadas em entrevistas semiestruturadas junto a membros do referido sindicato e professoras/es e funcionárias/os, que auxiliaram na construção da Diretoria da Diversidade, e na análise documental de estatutos e outros materiais produzidos pela entidade. Espera-se que esse processo permita identificar padrões de pensamento e práticas relacionadas à promoção de uma educação anti-LGBTQIAPN+fóbica, bem como identificar possíveis obstáculos e oportunidades para o avanço desse tema na educação do Paraná. A análise deverá ser embasada pela perspectiva da sociologia do reconhecimento, que busca compreender as lutas por reconhecimento de identidades e diferenças na sociedade, incluindo a luta por direitos LGBTQIAPN+.

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.240.694

**Objetivo da Pesquisa:**

Pesquisar sobre a história da efetivação da Secretaria LGBTQIAPN+, a partir de entrevistas com membros da APP-Sindicato, que colaboraram neste sentido.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa serão suplantados pelos benefícios apontados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A partir dos objetivos delineados, a metodologia desta pesquisa inclui entrevistas, análise de conteúdo e análise documental.

Para as entrevistas, do ponto de vista metodológico, será utilizada a análise de conteúdo baseada nos estudos de Laurence Bardin (1977) e Maria Cecilia de Sousa Minayo (2004); os Estatutos da APP-Sindicato serão examinados na perspectiva da análise documental de André Cellard (2008).

As análises ancorar-se-ão principalmente nas teorias do reconhecimento de Taylor, Honneth e Fraser, conforme discutido por Patrícia Castro Mattos (2006). Nesse sentido, para a análise dos dados coletados durante da pesquisa será utilizada a abordagem pela avaliação de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 42), é conceituada como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas. Apresenta as autorizações necessárias. Na atual submissão foram acrescentados os seguintes documentos: PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2116043.pdf; folhaderosto.pdf; autorizacaoAPP.pdf; TCLE.pdf e respotapendencias.pdf, em 19/07/2023.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Análise de resposta a pendências relatadas no parecer citado na apresentação do projeto, acima:

PENDÊNCIA 1- Quanto ao Termo de Autorização do Sindicato das/os Trabalhadoras/es em Educação Pública do Paraná -APP SINDICATO:

1.1 - O terceiro parágrafo informa que “Os dados colhidos serão eticamente tratados, seguindo as

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 6.240.694

normas prescritas pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP). Assim, além dos cuidados com a coleta de dados, a identidade dos/as alunos/as será preservada." SOLICITA-SE esclarecimento sobre a definição da população em estudo.

Resposta: Foi arrumado e acrescentado ao invés de alunos/as: dirigentes sindicais e sindicalizadas/os.

1.2 - O referido documento contém a autorização da entidade elaborada de forma correta. No entanto não se encontra nenhuma referência de data, seja de envio ou de resposta à solicitação. Solicita-se adequação do item.

Resposta: Está datado agora.

ANÁLISE: De acordo com o conteúdo e justificativas das respostas apresentadas, além da conferência das alterações realizadas nos documentos implicados, considerou-se a PENDÊNCIA ATENDIDA.

PENDÊNCIA 2- Em relação ao TCLE, está elaborado em quatro páginas, devidamente Identificadas de acordo com as normativas vigentes, tendo sido constatada a necessidade de algumas adequações:

2.1 - SOLICITA-SE informar os HORÁRIOS do COPEP para atendimento ao público;

Resposta: Horários do COPEP: foram acrescentados – das 7h40 às 11h40 e das 13h30 às 17h30.

2.2 - Também é necessário acrescentar, em linguagem simples, um parágrafo com BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O QUE É O CEP (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso IX).

Resposta: Explicação sobre o que é o CEP: Informamos que o CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, conforme a Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso IX.

2.3 - Na redação do TCLE (p. 1 de 4) o pesquisador informa que "Devido a sua vivência e relacionamento com a APP-Sindicato, você foi escolhido(a) para compor o grupo de participantes que farão parte da pesquisa e sua participação ocorrerá PRESENCIALMENTE mediante a aplicação de entrevistas, em local estabelecido por você, ou pela PLATAFORMA ZOOM." Lembramos que, em caso de realização de qualquer fase da pesquisa por meio digital/virtual, ainda que considerada como possibilidade, implica na informação dos riscos inerentes a essa metodologia ao participante de pesquisa. Assim, solicita-se que tais riscos sejam acrescentados neste TCLE e no tópico RISCOS do formulário eletrônico de informações sobre o projeto na PB, bem como, a possibilidade de

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 6.240.694

entrevistas

pela plataforma Zoom, na Metodologia do mesmo formulário e do Projeto de trabalho. Para isso poderá consultar o endereço eletrônico: <http://www.ppg.uem.br/images/downloads/copep/Orientacoes-CONEP-25fev2021.pdf>

Resposta: Optamos que as entrevistas serão todas PRESENCIAIS, estando inserida somente esta nova informação no TCLE.

2.4 - Na p. 4 de 4, está informado que o participante recebeu uma cópia do TCLE. Solicita-se que o termo "cópia" seja substituído por "via", quando se tratar de entrevista presencial (Norma operacional 001/2013-CNS). Da mesma forma, deverá ser inserido parágrafo/informação explicando como será o fornecimento dessa via: "assegurar de forma clara e afirmativa que o participante de pesquisa receberá uma via (não cópia) do documento, assinada pelo participante de pesquisa e pelo pesquisador, rubricada em todas as páginas por ambos (Vide item IV.3.f da Resolução CNS N° 466/2012).

Resposta: Sobre este item, não encontramos a palavra "cópia" e somente via, após a revisão e sobre este questionamento: "Da mesma forma, deverá ser inserido parágrafo/informação explicando como será o fornecimento dessa via: "assegurar de forma clara e afirmativa que o participante de pesquisa receberá uma via (não cópia) do documento, assinada pelo participante de pesquisa e pelo pesquisador, rubricada em todas as páginas por ambos (Vide item IV.3.f da Resolução CNS N° 466/2012)". Já está assim, no TCLE enviado: "Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos

campos específicos pelas/os pesquisadoras/es e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as de modo a garantir o acesso ao documento completo.

2.5 - Caso o pesquisador considere a possibilidade de entrevistas não presenciais, deve realizar alteração do procedimento, incluindo o envio do TCLE por e-mail (ou outro meio digital) e deverá assinalar sua concordância em caixa de diálogo. Além disso, "em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR No 2/2021/CONEP/SECNS/MS, solicita-se que no arquivo "TCLE\_UEM" seja incluído parágrafo que atenda à recomendação: "Quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), na modalidade de consentimento (Registro ou TCLE), o pesquisador deve enfatizar a importância do participante de

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.240.694

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MARINGÁ, 15 de Agosto de 2023

---

**Assinado por:**

**Maria Emília Grassi Busto Miguel  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

**Bairro:** Jardim Universitário

**CEP:** 87.020-900

**UF:** PR

**Município:** MARINGÁ

**Telefone:** (44)3011-4597

**Fax:** (44)3011-4444

**E-mail:** copep@uem.br